

*Faculdade de Letras
da Universidade do Porto*



*As Portadas na Arquitectura Civil do Concelho de Ponte de Lima:
Estruturas, Funções e Significados*

Maria Amélia da Silva Paiva

Volume I

Porto, 2004

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

**AS PORTADAS NA ARQUITECTURA CIVIL DO CONCELHO DE
PONTE DE LIMA: ESTRUTURAS, FUNÇÕES E SIGNIFICADOS**

VOLUME I

MARIA AMÉLIA DA SILVA PAIVA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL,
SOB ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DO PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM
JAIME B. FERREIRA-ALVES**

PORTO
2004

À minha Mãe

*“Ponte do Lima oferece-te, leitor, a mais bela colecção
de casas fidalgas de Portugal.
Ainda nas mãos dos seus morgados, algumas,
deterioradas, tantas destas;
nas mãos de caseiros, as ruínas de outras;
reduzidas a um portal brasonado, a maioria.
Representam porém, o mais vasto campo
para o estudo de heráldica, de genealogia, de arquitectura,
para o simples diletante, o artista, o curiosos, o poeta.”*

Conde D’Aurora ¹

*“Andei por muito tempo a procurar
Entre alfarrabios, sacudindo pós,
Os antigos escudos do solar,
O armorial azul dos meus avós.*

*Depois de muito procurar achei-o
No archivo secular das tradições;
E como d’elle a inspiração me veio
Fica sobre o portal d’estas canções.”*

João Verde ²

¹AURORA, Conde D’ – *Monografia do Concelho de Ponte de Lima*. Porto: Litografia Nacional, 1946.

²VERDE, João – *Ares da Raya*. Viana do Castelo: Edição da Câmara Municipal de Monção, 1953.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa nunca é uma tarefa solitária. Resulta da vivência, do estudo e da reflexão de muitas pessoas, que de forma directa ou indirecta, acompanham o processo. No nosso caso, tivemos a sorte e a oportunidade de poder partilhar os conhecimentos e o entusiasmo de muitos investigadores, amigos e familiares que de forma incondicional nos apoiaram. Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer ao Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, nosso orientador científico, por todos os ensinamentos que nos transmitiu ao longo dos anos, assim como pela constante disponibilidade e atenção que sempre mostrou no acompanhamento desta tese. Gostaríamos igualmente de manifestar o nosso reconhecimento aos Professores e Investigadores da secção de História da Arte do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, mormente ao Professor Doutor Agostinho Araújo, à Professora Doutora Lúcia Rosas e ao Professor Doutor Fausto Sanches Martins, elementos da Comissão Coordenadora deste Mestrado, pela confiança que depositaram em nós. Também a todos os nossos professores de Licenciatura queremos deixar uma palavra calorosa. Em especial, ao Professor Doutor Fausto Sanches Martins, por nos ter ensinado um vocabulário artístico que na altura nos parecia tão distante, mas que posteriormente se revelou tão necessário. Ao Professor Doutor Diogo Alcoforado por nos ter ensinado a ver a Arte numa perspectiva tão Humana. Um agradecimento muito particular ao nosso querido Amigo e Insigne heraldista Artur Vaz-Osório da Nóbrega, pela disponibilidade permanente e pelo apoio imprescindível na leitura de tantas pedras de armas. Ao Exmo. Senhor Eng.º Francisco de Calheiros e Meneses, do Paço de Calheiros, ao Exmo. Senhor Padre Manuel Dias, ao Exmo. Senhor Dr. José Dantas, ao Exmo. Senhor Dr. Adelino Tito de Moraes, ao Exmo. Senhor Amândio de Sousa Vieira, e ainda a todos os outros limianos que nos ajudaram neste projecto, um sincero agradecimento. Não podemos deixar de referir especialmente o Exmo. Senhor Dr. João de Sá Coutinho Rebelo Sottomaior, da Casa de Nossa Senhora da Aurora, e o Exmo. Senhor Padre António José Baptista, Pároco da Freguesia da Facha, que nos deram uma ajuda preciosa. Agradecemos igualmente à Dra. Maria do Carmo de Azevedo Ferraz Machado, pela sua hospitalidade nas Casas Novas, na freguesia de Anais; à Marta, que nos facilitou as pesquisas na Biblioteca Pública do Porto; à amiga Amarilis e ao Eduardo Jorge, que nos acompanharam em algumas excursões fotográficas; ao Joaquim Faria e ao Manuel Fernando Pereira pelo apoio na área da informática. Aos colegas Lília e Jorge, pelo saudável companheirismo, pelo apoio nas boas e más horas, e pelas muitas sessões de *brainstorming*. Por fim, um agradecimento muito especial ao José Luís, pela paciência, pela disponibilidade, e por ter conseguido sobreviver a mais esta provação.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	7
APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUITECTURA CIVIL DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA	20
1.1 – Da casa - torre medieval à casa do <i>brasileiro</i> de torna-viagem	24
1.2 – Encomendadores	38
1.2.1 – As famílias nobres de Ponte de Lima	41
1.2.2 – Os <i>brasileiros</i> de torna-viagem	44
1.3 – Arquitectos e artífices	47
CAPÍTULO II	
ESTUDO TIPOLOGICO DAS PORTADAS	58
2.1 – Tipologias arquitectónicas	65
2.2 – Tipologias de enquadramento	76
CAPÍTULO III	
ELEMENTOS ESTRUTURAIS, DECORATIVOS E IDENTIFICATIVOS	82
3.1 – Elementos estruturais	85
3.2 – Elementos decorativos	87
3.3 – Elementos identificativos	94
CAPÍTULO IV	
A PORTADA E AS INFLUÊNCIAS	99
4.1 – Da tratadística	100
4.2 – Da arquitectura militar	107
4.3 – Da arquitectura religiosa	113
4.4 – Dos modelos pré-existentes	120

CAPÍTULO V

AS PORTADAS NA ARQUITECTURA CIVIL DO CONCELHO

DE PONTE DE LIMA: FUNÇÕES E SIGNIFICADOS

122

CONCLUSÃO

130

FONTES

132

I – Bibliografia

133

II – Documentos Electrónicos

156

ABREVIATURAS

A. – Autor

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga

A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

C.B.A. – Carta de Brasão de Armas

Cf. – Confrontar

Col. – Colecção

Coord. – Coordenação

D. – Dona

DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Dir. – Direcção

DL – Depósito Legal

DR – Diário da República

Dr. – Doutor

Ed. – Edição

Ed. Lit. – Edição Literária

EN – Estrada Nacional

Eng.º – Engenheiro

Exmo. – Excelentíssimo

Ext. – Extraído

L.T.N.P. – Livro do Tesouro da Nobreza de Portugal

N.º – Número

Ob. cit. – Obra citada

P. – Página

Pe. – Padre

S. – São

S. d – *Sine data* (Sem data)

S. l. – *Sine loco* (Sem lugar)

S. n. – *Sine nomine* (Sem nome)

Séc. – Século

Vol. – Volume

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A casa nobre oferece vários desafios e oportunidades de investigação, e muitos historiadores, genealogistas, heraldistas, historiadores da Arte, arquitectos, arquitectos paisagistas, e outros investigadores, têm contribuído para o conhecimento cada vez mais integrado deste tipo de habitação e do seu enquadramento sociocultural. A interdisciplinaridade do assunto e a ausência de uma inventariação e estudo sistemáticos da casa nobre em Portugal³, fazem desta uma tarefa praticamente inesgotável.

Quando iniciámos o Curso de Mestrado do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na área da Arquitectura Civil (séc. XVI-XVIII), sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, este tema surgiu de imediato. Estando conscientes da complexidade e do alcance do trabalho proposto, e dos limites impostos pela sua natureza, definimos inicialmente como objecto de estudo as portadas da casa nobre do concelho de Ponte de Lima.

Começámos por identificar as portadas seiscentistas e setecentistas; contudo, no decurso da pesquisa, apercebemo-nos de que existiam outras de construção posterior, algumas do século dezanove, e outras do século vinte. Constatámos, igualmente, que nem todas as casas com portada podiam ser consideradas “nobres”⁴. Perante os resultados do trabalho de campo, optámos por alargar os limites do nosso estudo, dilatando as barreiras cronológicas e o enquadramento sociocultural inicialmente definidos. Assim, decidimos incluir todas as portadas inventariadas, assumindo o estudo da portada na arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima um âmbito arquitectónico e cronológico mais vasto. Apesar dos riscos e dos problemas metodológicos implícitos, acreditámos que assim se podia compreender melhor uma tradição que, usando modelos pré-existentes, perdura até aos nossos dias.

³Ressalvam-se, para a região da Ribeira Lima, os estudos sistemáticos que têm vindo a ser publicados sobre as Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez, que consideramos obras de referência. Por outro lado, verificámos que no caso da Galiza existem, há vários anos, inventários exaustivos e estudos sobre os paços galegos. Muito deste trabalho louvável tem sido promovido pela “Asociación Amigos de los Pazos”, que, pelo esforço desenvolvido na preservação e divulgação do Património Artístico Rural Galego, já recebeu diversas distinções de mérito. No âmbito académico, foram também defendidas várias teses de mestrado e doutoramento sobre esta temática.

⁴Temos consciência de que o conceito de nobreza é muito amplo e suscita muitas questões epistemológicas; por isso, urge esclarecer que, neste contexto e na ausência de melhor expressão, nos referimos concretamente às casas que são armoriadas.

A escolha do concelho de Ponte de Lima não foi casual: a sua beleza paisagística e riqueza patrimonial despertaram em nós a vontade de conhecer e estudar esta região. Como ponto de partida para a tarefa de inventariação servimo-nos do excelente “*Roteiro da Ribeira-Lima*” do Conde de Aurora⁵, complementado por outras publicações, que embora menos apaixonadas, foram igualmente úteis para a descoberta do concelho.

Depois de definido o tema e a área geográfica alvo do nosso estudo, começámos por consultar guias, roteiros, corografias, dicionários enciclopédicos, inventários arquitectónicos, registo do património classificado e outros trabalhos, nomeadamente jornais e publicações locais e regionais, com o objectivo de nos prepararmos o melhor possível antes de iniciar a identificação e inventariação das casas. Remetemos a referência de todas as obras para as fontes consultadas; no entanto, gostaríamos de destacar duas que foram determinantes na nossa pesquisa. A primeira, escrita pelo historiador limiano António Matos Reis, “*Ponte de Lima no Espaço e no Tempo*”, foi a única obra que não se limitou a enumerar as casas por freguesia, tendo além disso proposto novas ideias para o seu estudo⁶. A segunda, “*Alto Minho*”, escrita pelo Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que embora não sendo limiano, conhecia profundamente esta região⁷.

Esta aventura resultou num processo de aproximações sucessivas, que envolveu várias visitas às diferentes freguesias, na perspectiva de localizar no terreno todas as casas e de as fotografar nas melhores condições de luminosidade e exposição. Assim, a identificação, inventariação e recolha de imagens nas cinquenta e uma freguesias tornou-se um processo longo e difícil, devido não só ao elevado número de casas com interesse arquitectónico, mas também às diferentes condições de acessibilidade das mesmas. Contudo, revelou-se muito gratificante, sobretudo pela descoberta de um património artístico e cultural riquíssimo, e muito especialmente pelos contactos que estabelecemos com as pessoas da terra, as quais se mostraram sempre disponíveis para apoiar a nossa iniciativa. Em diversas ocasiões foi

⁵O “*Roteiro da Ribeira-Lima*” do Conde D’Aurora é uma obra única de excepcional valor, escrita de forma apaixonada por um grande limiano, que amou a sua terra e que a enalteceu como ninguém. A leitura das suas obras foi para nós absolutamente fundamental. AURORA, Conde D’ – *Roteiro da Ribeira-Lima*. 4.^a ed. Ponte de Lima: Edição LIMICI, 1996. ISBN 972-95844-1-9. IDEM – *Monografia do Concelho de Ponte de Lima*. Porto: Litografia Nacional, 1946.

⁶REIS, António Matos – *Ponte de Lima no Espaço e no Tempo*. Ponte de Lima: Câmara de Ponte de Lima, 2000. ISBN 972-96581-7-X.

⁷ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Alto Minho*. Col. “Novos Guias de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

possível falar com os proprietários, que sempre nos receberam amavelmente e nos prestaram informações preciosas para a nossa pesquisa.

À riqueza patrimonial que encontramos em todo o concelho não corresponde uma produção bibliográfica proporcional. Todas as publicações que consultámos são unânimes em considerar a Ribeira Lima, e particularmente o concelho de Ponte de Lima, uma das regiões de Portugal com um maior número de casas nobres e outros edifícios com interesse arquitectónico. Muitas casas são, aliás, edifícios classificados ou em vias de classificação, sendo umas consideradas Imóveis de Interesse Público e as outras de Valor Concelhio⁸.

Curiosamente, a pesquisa bibliográfica que empreendemos não revelou qualquer estudo de carácter científico sobre as casas do concelho de Ponte de Lima⁹. Ficámos igualmente surpreendidos por não termos encontrado nenhum trabalho sobre as numerosas pedras de armas existentes em todo o concelho. Deste modo, a falta de bibliografia específica, de estudos monográficos e de inventários arquitectónicos, bem como a escassez documental sobre a construção das casas, e especialmente das portadas, dificultaram o nosso estudo. Estamos conscientes de que poderíamos eventualmente obter algumas informações através da consulta a arquivos familiares, registos paroquiais e arquivos públicos e do cruzamento dos respectivos dados; contudo, face ao elevado número de casas e à diversidade das ligações familiares envolvidas, tal tipo de investigação não é compatível com as limitações temporais inerentes à realização de uma tese de mestrado.

Obstáculos ainda maiores surgiram ao pretendermos identificar os encomendadores e os artífices envolvidos. A facilidade de construir livremente em terra própria sem necessidade de requerer licenças a entidades públicas¹⁰, e a falta de plantas e desenhos de arquitectura, impossibilitaram essa identificação.

Assim, o nosso trabalho alicerçou-se sobre o próprio objecto de estudo, tendo as portadas sido assumidas como verdadeiros documentos. Com efeito, algumas portadas estão

⁸Estas categorias de classificação estão definidas na lei: o Imóvel de Interesse Público, referido no Decreto n.º 20985, de 7 de Março de 1932, e o Valor Concelhio, definido pela Lei n.º 2032, de 11 de Junho de 1949. LOPES, Flávio (coord.) – *Património. Informar para Proteger*. Lisboa: IPPAR, 1994. ISBN 972-8087-13-6.

⁹Referimo-nos a estudos que tratem exclusivamente da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima; já que, em obras de âmbito nacional, algumas casas do concelho são mencionadas pelo seu valor patrimonial e pelo seu carácter de excepção.

¹⁰A nossa dificuldade em encontrar documentação e fontes iconográficas para o estudo da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima não é, infelizmente, caso isolado; outros autores têm denunciado o mesmo problema para outros concelhos. Pensamos, no entanto, que essa carência aumenta nos concelhos rurais, possivelmente devido a um controlo menos rigoroso, no passado, por parte das entidades públicas.

datadas e apresentam cartelas epigrafadas com o nome dos encomendadores; frequentemente incluem pedras de armas, que ajudam a identificar famílias; e a sua linguagem arquitectónica consubstancia influências diversas que ilustram um gosto e uma época. Testemunham pois um passado rico e mantêm viva uma tradição, podendo contribuir de forma rigorosa e séria para um estudo mais alargado da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima.

A dissertação está organizada em duas partes. No primeiro volume apresenta-se o texto resultante da pesquisa e da posterior análise e reflexão, com a bibliografia consultada e respectiva conclusão. No segundo volume apresentam-se as fichas de inventário das portadas e a leitura das pedras de armas, quando estas estão presentes, com os respectivos registos fotográficos. Incluiu-se ainda um índice armorial, uma listagem das casas inventariadas no concelho, independentemente de terem ou não portada, e um glossário de termos arquitectónicos, decorativos e heráldicos.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Quando iniciámos esta dissertação, uma das primeiras questões com que fomos confrontados foi a ausência de uma definição abrangente e consensual relativamente ao nosso objecto de estudo. A multiplicidade de vocábulos usados para referir aquilo que entendemos por portada (portão armoriado, portão nobre, portal brasonado, muro heráldico) exigiu uma reflexão sobre a sua origem, as suas características fundamentais e a sua evolução.

A título de exemplo, podemos citar dois autores cuja obra é incontornável. Assim, Carlos Azevedo escreve:

“(...) os muros heráldicos são, porém os mais numerosos e surgem como um dos elementos mais pitoresco da arquitectura setecentista do Norte, quer se encontrem fazendo parte do conjunto residencial, quer isolados e servindo como afirmação da fidalguia.”¹¹

Por seu lado, o Conde de Aurora, que escreveu entusiasticamente sobre o património limiano, refere-se às portadas da seguinte forma:

“De casas solarengas, toda a verdura que rodeia Ponte de Lima, está salpicada. Por todos os caminhos velhos – que a estrada de macadame é de ontem! – portões brasonados, capelas, torres, cunhais, granitos falantes, pedaços de história, relíquias de Portugal.”¹²

Deste modo, e tendo em conta as várias fontes consultadas, podemos coligir que este tipo de estrutura arquitectónica tem sido quase exclusivamente associado à casa nobre e à heráldica¹³. Efectivamente, era essa a nossa primeira convicção; contudo, acreditamos hoje

¹¹Cf. AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 83.

¹²Cf. AURORA, Conde D’ – *Roteiro da Ribeira-Lima*. 4.^a ed. Ponte de Lima: Edição LIMICI, 1996. ISBN 972-95844-1-9. p. 115-116.

¹³As portadas têm sido alvo de atenção por parte de heraldistas, nomeadamente quando incluem pedras de armas. Podemos referir a propósito as obras de Artur Vaz-Osório da Nóbrega, que fez um levantamento sistemático das pedras de armas em vários concelhos do Norte do país. Também Armando de Mattos se refere às portadas no âmbito da heráldica. Por seu lado, o Conde de Campo Belo sublinha a importância do estudo e da

que o estudo das portadas na arquitectura civil não se pode restringir a estas áreas de investigação, muito embora os seus contributos sejam fundamentais, como teremos oportunidade de elucidar.

Tendo identificado numerosas portadas que não são armoriadas, um novo campo de pesquisa se abriu, obrigando-nos a uma redefinição de objectivos e à análise sistemática destas estruturas, conduzindo ao actual programa de trabalho.

Comecemos, pois, por expor alguns conceitos que nos ajudaram nessa pesquisa, e em particular na definição e compreensão do que é uma portada enquanto estrutura arquitectónica, que podemos encontrar em diferentes contextos. Note-se que o mesmo termo também se emprega no campo da tipografia, referindo-se à principal das páginas preliminares de um livro, às “*estampas e gravuras soltas e, naturalmente, na tratadística, por vezes com honras de exclusividade.*”¹⁴

Segundo Rafael Bluteau, portada é uma “*Porta grande de Palácio, Convento, ou outro grande edifício com seus ornatos de Architectura, & Porta maior, ou maxima, ou porta decumana.*”¹⁵ O mesmo autor esclarece ainda:

“*[porta] he a abertura na parede, ou no muro de qualquer lugar fechado, & serve para entrar, & sair. As primeyras portas forão as das Cidades, Villas & Povoações affim para guardar os moradores dellas, como para introduzir os mantimentos. (...) Os romanos chamavam porta, não he madeyra, com que se abre, & fecha, mas a entrada, ou abertura no muro, ou parede, & sendo de cantaria, ou marmore tem sua verga na parte superior, duas ombreiras nos lados & couceira em bayxo.*”¹⁶

preservação dos portais armoriados da cidade do Porto e seu termo, por estes serem: “(...) *fragmentos da existência multi-secular do nosso burgo*”. Cf. CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e Cernache) – *Portas e Casas Brasonadas do Porto e seu termo*. [S.l.: s.n.], 1945. MATTOS, Armando de – *Pedras-de-Armazens de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, [s.d.]. NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga: Cidade de Barcelos e Freguesias Rurais do seu Concelho (Aquém-Cávado)*. Braga: Junta Distrital de Braga, 1975. Vol. V.

¹⁴FERRÃO, Leonor – Um Motivo Arquitectónico Emblemático. In *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Vol. 2. Porto, 1991, p. 595.

¹⁵BLUTEAU, D. Rafael – *Vocabulario Portuguez & Latino*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, (1720), Vol. 7. p. 630.

¹⁶IDEM, *Ibidem*. p. 625.

Outras enciclopédias, dicionários de termos técnicos e livros de arquitectura revelaram-se igualmente úteis e esclarecedores quanto ao significado que é atribuído ao termo portada. Por exemplo, a “*Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*” define-a como:

“*Ornato de arquitectura ó pintura que se hace en las fachadas principales de los edificios suntuosos para su mayor hermosura. La buena portada honra la casa.*”¹⁷

Ainda, de acordo com o arquitecto catalão Andrés Calzada Echevarría¹⁸, portada é:

“(…) *cómunmente monumental, situada en el muro de cerramiento y que da acceso al patio en que tienen su portal las casas señoriales. Se compone por lo común con una puerta en arco, encuadrada o no de decoración arquitectónica, y una espadaña o ático superior donde campea el escudo de la familia dueña de la posesión. Son elementos comunes los frontones truncados o no y los remates en bolas e obeliscos. Su desarrollo desde el siglo XVII explica la adaptación de los motivos del Renacimiento herreriano y del barroco.*”¹⁹

Assim, cotejando as definições recolhidas, podemos concluir que portada é “*o conjunto arquitectónico e ornamental que forma a entrada de um grande edifício, quer de um palácio, quer de uma igreja*”, tratando-se pois do “*emolduramento decorativo que, em muitos edifícios de qualquer época, adquire o nível de obra de arte.*”²⁰ Curiosamente, uma das

¹⁷ *ENCICLOPEDIA Universal Ilustrada Europeo-Americana*. Barcelona: Hijos de J. Espasa, Editores. [s.d.]. Tomo XLVI. ISBN 84-239-4500-6. p. 590.

¹⁸ Andrés Calzada Echevarría, arquitecto, professor, ensaísta e investigador catalão, tem várias obras escritas no âmbito da arquitectura, destacando-se: “*Historia de la Arquitectura Española*” e o “*Diccionario Clásico de Arquitectura y Bellas Artes*”. Durante anos, com o objectivo de completar a “*Historia de la Arquitectura Española*” Andrés Calzada trabalhou na recolha de termos de arquitectura e belas artes até à sua trágica morte (Foi fuzilado no dia 5 de Abril de 1938, por razões políticas). A compilação das 15. 313 entradas do dicionário só foi possível devido ao esforço e persistência dos seus herdeiros e à colaboração de muitos notáveis historiadores e académicos. Depois de muitas vicissitudes, a edição completa do dicionário aconteceu em 2003.

¹⁹ CALZADA ECHEVARRÍA, Andrés – *Diccionario Clásico de Arquitectura y Bellas Artes*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003. ISBN 84-7628-406-3. p. 730.

²⁰ Cf. GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1998. ISBN 972-8258-04-6. Vol. XXII. p. 547.

fotografias que ilustra a definição de portada na “*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*”, é a da Casa da Boavista, na freguesia de Moreira de Lima²¹.

Logo, uma portada pressupõe sempre um vão de porta de grandes dimensões, e serve-se da gramática decorativa e dos elementos estruturais das ordens arquitectónicas clássicas. O vão é emoldurado com ornatos de arquitectura que, pela sua importância, lhe conferem o valor de obra de arte. Há portadas que se inserem nas fachadas dos edifícios civis, militares ou religiosos. Contudo, o nosso estudo visa aquelas que, sendo independentes das casas, com elas se relacionam directamente, umas vezes antecipando-as, quando incluídas nos panos de muro que delimitam uma propriedade, outras vezes como elementos que uniformizam e articulam espaços. Assim, e neste contexto específico, as portadas, além do emolduramento do vão, integram panos de muro, que podem ser mais ou menos extensos e elaborados, contribuindo igualmente para o aparato do conjunto.

As portadas são o elemento estruturante dos panos de muro e do espaço envolvente; sendo frequentemente a parte mais monumental do conjunto edificado. Podem ser ou não armoriadas, mas exibem sempre elementos decorativos, exaltando o seu carácter festivo.

A portada, na sua dupla funcionalidade de proteger e simultaneamente de projectar para o exterior uma imagem de poder e de segurança, cumpre na perfeição uma função lúdica ligada à afirmação social, como se de um arco de triunfo se tratasse. Aliás, Wilfried Koch, na sua obra “*Estilos de Arquitectura*”²², defende que o precursor do portal ocidental é o Arco de Triunfo romano²³, ideia igualmente partilhada por Leonor Ferrão²⁴.

Tal como na arquitectura comemorativa clássica ou no frontispício de um livro, a portada surge como um veículo de propaganda e ostentação. A representação heráldica das famílias nas pedras de armas, as datas de construção e os nomes de encomendadores

²¹Cf. IDEM, *Ibidem*, p.548.

²²KOCH, Wilfried – *Estilos de Arquitectura II*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 192.

²³O arco do triunfo surge como um dos monumentos mais emblemáticos da civilização romana. O Triunfo era a mais alta honra atribuída a um chefe militar vitorioso. Para celebrar uma vitória, era organizado um longo cortejo em que se incorporavam magistrados, senadores, músicos e aqueles que transportavam os despojos de guerra tomados ao inimigo: estátuas, armas, vasos de ouro e de prata, representações simbólicas das regiões conquistadas e dos chefes vencidos, quando estes não incorporavam o próprio desfile. Para o cortejo passar construíam-se arcos e decorações provisórias, que posteriormente davam lugar a arcos de triunfo construídos com materiais duráveis: “*É a transposição para a pedra de uma arquitectura efémera*”. Os primeiros arcos de triunfo terão sido construídos em Roma, no séc. II AC, tendo-se depois expandido por todo o mundo romano. Cf. BORGES, Nelson Correia – *A Arte nas Festas do Casamento de D. Pedro II*. Porto: Paisagem Editora, 1982. p. 85.

²⁴Cf. FERRÃO, Leonor – Um Motivo Arquitectónico Emblemático In *Actas do Congresso Internacional do Barroco*, Volume 2. Porto, 1991, p. 595.

epigrafados em cartelas, as cruces que marcam a existência de capelas vinculares, foram elementos fundamentais que nos permitiram trabalhar o nosso objecto de estudo como um verdadeiro documento, registando a evolução de formas arquitectónicas e a sua constante interacção com o meio.

Estruturámos o nosso trabalho em cinco capítulos com a respectiva conclusão, tendo começado por traçar a evolução da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima, desde a casa-torre de cariz medieval, até à casa do *brasileiro*. Procurámos ainda identificar os potenciais encomendadores, e os arquitectos, engenheiros militares e mestres pedreiros mais influentes da região. Da análise das casas inventariadas, podemos inferir que as portadas surgem, como estrutura arquitectónica autónoma, nos finais de seiscentos, tendo-se generalizado o seu uso no século XVIII, perdurando até aos nossos dias.

O estudo objectivo das portadas conduziu-nos à definição de tipologias arquitectónicas e de enquadramento, permitindo-nos compreender como esta estrutura se relaciona com o conjunto edificado, bem como a sua evolução formal. Concluímos que há uma clara persistência de modelos arquitectónicos, já que uma das tipologias representa mais de 50% das portadas inventariadas do concelho. No que se refere ao enquadramento, verificámos também que há uma maioria de portadas autonomizadas do conjunto edificado.

Depois de classificadas as portadas segundo os critérios arquitectónicos e de enquadramento, analisámos os seus elementos estruturais, decorativos e identificativos, o que nos remeteu de imediato para as influências que nelas se consubstanciam, mostrando como a sua evolução ocorreu em sintonia com as gramáticas decorativas.

Finalmente, discorreremos sobre as funções e significados desta estrutura emblemática da região, que nos conduziu naturalmente a uma visão escatológica da portada:

“(...) todo o conjunto organizado de sinais, qualquer que seja o aspecto que revistam os elementos materiais em que se manifeste, acaba por remeter para “outra coisa” que não ele próprio, e “é o homem que é o significado de todas as linguagens”, como escreverá Greimas. Abordar a fachada de um templo, como abordar um texto ou uma pintura, é também, ter a possibilidade de pensar as razões profundas que terão presidido à organização das formas que, sendo essas

e não outras, correspondem a uma relação particular, e significativa, do homem com o mundo.”²⁵

²⁵ALCOFORADO, Diogo – A Igreja dos Terceiros do Carmo: contribuição para uma leitura da sua fachada. Separata da *Revista de História*. Porto: Edição do Centro de História da Universidade do Porto, 1979. Vol. II. p. 6.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUITECTURA CIVIL DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUITECTURA CIVIL DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA

Em 1979, por altura das Feiras Novas²⁶, foi organizada pelo Instituto de Estudos Limianos uma exposição intitulada “*A Casa Limiana*”. Com essa mostra, documentada com fotografias de algumas casas da região, quiseram os seus responsáveis chamar a atenção para a riqueza e diversidade da arquitectura civil do concelho, e para a urgência do seu estudo. Passados vinte e cinco anos esse trabalho continua por fazer. Assim, o estudo da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima mostra ser uma tarefa especialmente difícil, sobretudo devido ao elevado número de exemplares com valor arquitectónico e artístico. Aliás no concelho existem várias casas classificadas, umas consideradas Imóveis de Interesse Público, e outras de Valor Concelhio, o que indicia a importância arquitectónica destes exemplares em termos regionais, e particularmente no âmbito nacional. Apesar da carência de um estudo alargado sobre os inúmeros edifícios civis limianos, vários historiadores e arquitectos têm realçado a riqueza patrimonial do concelho. Raras são as obras sobre a arquitectura civil em Portugal que não os mencionem, sobretudo os mais emblemáticos, aqueles que possuem uma estrutura e um passado histórico notáveis. Assim, são frequentemente referidos os mesmos exemplares: o Paço de Bertandos, o Paço de Calheiros, a Casa de Pomarchão, a Casa de Nossa Senhora da Aurora e o Paço de Vitorino. Compreendemos e partilhamos as razões que levam a distinguir estes dos restantes; contudo, quando concluímos o inventário das casas do concelho, ficámos surpreendidos por encontrar tantos outros, porventura menos eruditos, por vezes até um pouco degradados, mas sem dúvida merecedores de estudo e consequentemente de um projecto de preservação.

²⁶Esta exposição realizou-se de 15 de Setembro a 15 de Outubro. *Todos os anos, no terceiro fim-de-semana do mês de Setembro, a Vila de Ponte de Lima celebra as tradicionais festas em honra de Nossa Senhora das Dores, as populares “Feiras Novas”. Esta romaria do Minho, fecha também o ciclo festivo da região. A sua fundação remonta ao ano de 1826, por uma provisão do rei D. Pedro IV, datada de 5 de Maio do mesmo ano, a pedido dos moradores da Vila, para dar “maior solenidade à festa da Virgem” que se venera em altar próprio da Matriz, sendo a mesma de grande devoção entre o povo limiano. Assim, criadas as feiras anuais de 19, 20 e 21 de Setembro, o povo classificou-as de “Feiras Novas” para as distinguir das que se realizam às segundas, quinzenais, já documentadas no ano de 1125, sendo as mais antigas de Portugal. De simples festejos da gente da sede do concelho, passaram por volta de 1935 a festas do concelho de Ponte de Lima.*

No pequeno catálogo da exposição acima referida, pode ler-se:

*“Na realidade, por casa limiana há que considerar casas cujos donos que as construíram tinham diversas condições sociais e económicas, que forçosamente os levavam a optar por diferentes tipos de casa e até, muitas vezes, diferentes materiais de construção. Naturalmente que a mais notada tem sido sempre a casa nobre, quer se trate de solar ou só de casa fidalga. Ela impõe-se pela opulência da traça e da decoração, nomeadamente as construídas por todo o século XVIII.”*²⁷

De facto, como já referimos, têm sido as casas nobres, e especialmente as setecentistas, aquelas que mais interesse têm despertado. A atestar esta realidade vejam-se as casas referidas na bibliografia específica. Carlos Azevedo, em *“Solares Portugueses”*, estudo de âmbito nacional que o autor considera como *“introdução a uma matéria que entre nós tem sido particularmente descurada”*²⁸, refere onze casas do concelho de Ponte de Lima²⁹. Serve-se destas o autor para ilustrar a evolução da arquitectura civil portuguesa, desde a casa-torre medieval até aos solares barrocos, focando sobretudo a análise arquitectural dos edifícios, *“e não a história genealógica das famílias”*³⁰. Já António Lambert Pereira da Silva, em *“Nobres Casas de Portugal”*³¹, faz referência a nove casas armoriadas³² do séc XVIII, privilegiando quase exclusivamente uma abordagem genealógica e heráldica, em detrimento de uma leitura arquitectónica. Também Gustavo de Matos Sequeira, na obra *“Palácios e Solares*

MORAIS, Adelino Tito de – O que são as “Feiras Novas”. *O Anunciador das “Feiras Novas”*. Ponte de Lima. Ano IV. II série. Nº IV, 1987, p. 98.

²⁷ A CASA Limiana. Ponte de Lima: Instituto de Estudos Limianos, [1979], p. 4.

²⁸ Já então o autor se lamentava da falta de estudos na área da arquitectura civil contrastando com os abundantes trabalhos no campo da arquitectura religiosa. Cf. AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 9.

²⁹ Carlos de Azevedo estuda as seguintes casas do concelho de Ponte de Lima: Casas da Granja e de Pomarchão, (freguesia de Arcozelo); Torre de Beiral (freguesia de Beiral de Lima); Solar de Bertandos (freguesia de Bertandos); Paço de Calheiros (freguesia de Calheiros); Casa das Torres (freguesia da Facha); Casa de S. Bento (freguesia de Fontão); Paço de Curutelo (freguesia do Freixo); Torre de Refóios (freguesia de Refóios de Lima); Casa da Torre das Donas e Paço de Vitorino (freguesia de Vitorino das Donas).

³⁰ Carlos Azevedo valorizou sobretudo a análise arquitectural; tema de investigação totalmente inovador para o seu tempo, já que a casa nobre era quase sempre abordada no âmbito da genealogia e da heráldica. IDEM, *Ibidem*, p. 10.

³¹ SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, [s.d.]. 5 vol.

³² As casas do concelho de Ponte de Lima que António Lambert Pereira da Silva refere são: no Vol. I, a Casa de Calheiros (freguesia de Calheiros), o Paço de Vitorino (freguesia de Vitorino das Donas) e o Paço de Bertandos (freguesia de Bertandos); no Vol. II, a Torre de Siqueiros (freguesia de Gondufe) e a Casa de Nossa Senhora da Aurora (freguesia de Ponte de Lima); no Vol. III, a Casa da Boavista (freguesia de Refóios do Lima), a Casa de

Portugueses”³³, refere apenas dez casas³⁴ do concelho, todas construções ou reconstruções setecentistas.

Outro projecto editorial de âmbito nacional, “*Arquitectura Popular em Portugal*”³⁵, bastante mais recente, levado a cabo por seis grupos de arquitectos, resulta de um inventário à arquitectura popular portuguesa realizado nos finais dos anos cinquenta do séc. XX. A equipa que trabalhou a zona onde se insere o concelho de Ponte de Lima foi liderada por três arquitectos – Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres. No seu trabalho, os autores não deixam de referir a Ribeira Lima como uma das regiões do Norte do país onde a arquitectura solarenga se desenvolve extraordinariamente na tipologia do “*solar rural, misto de erudição longínqua e de vincada presença de elementos locais.*”³⁶ Consideram ainda que tal tema daria matéria para todo um extenso trabalho.

Outras obras podiam ser referidas; escolhemos no entanto estas por serem publicações marcantes no seu tempo, dentro do projecto editorial em que se inscrevem. Assim, podemos concluir que as casas referidas nas obras citadas, cuja amplitude cronológica é muito vasta, são na maior parte dos casos as mesmas, tratando-se indiscutivelmente das casas armoriadas mais notáveis, e aquelas que tipificam a casa nobre do concelho. São quase todas de risco setecentista, ou resultado de ampliações feitas neste período, o que mostra claramente a dinâmica construtiva do século, a importância dos seus encomendadores e a continuidade de um determinado gosto arquitectónico. No entanto, a riqueza e a diversidade da arquitectura civil de Ponte de Lima, assim como o seu enquadramento sociocultural, não se esgotam nestas leituras, merecendo um projecto alargado, integrado e multidisciplinar. Projecto esse que terá que passar por um levantamento arquivístico, quer dos arquivos regionais e distritais, quer dos particulares, que na maioria dos casos não estão tratados, assim como por um estudo

Navais (freguesia da Gandra) e a Casa de Pomarchão (freguesia de Arcozelo); no Vol IV, a Casa da Lage (freguesia dos Arcos).

³³SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Palácios e Solares Portugueses*. Porto: Livraria Lello, 1932.

³⁴As casas referidas por Gustavo de M. Sequeira são: a Casa de Pomarchão (freguesia de Arcozelo); o Paço de Bertandos (freguesia de Bertandos); o Paço do Cardido (freguesia de Brandara); o Paço de Calheiros (freguesia de Calheiros); o Solar de Santo Estêvão (freguesia da Facha), que curiosamente não encontramos durante o nosso trabalho de campo, nem vimos referido em qualquer outra obra; a Casa e Torre do Curutelo (freguesia do Freixo); o Paço de Anquião (freguesia de Fornelos); o Paço dos Marqueses e a Casa de Nossa Senhora da Aurora (freguesia de Ponte de Lima); e o Paço de Vitorino (freguesia de Vitorino das Donas).

³⁵*ARQUITECTURA Popular em Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Os solares limianos referidos nesta obra são: o Solar de Bertandos (freguesia de Bertandos); o Solar de Pomarchão e a Quinta de Sabadão (freguesia de Arcozelo); e o Paço do Vitorino (freguesia de Vitorino das Donas).

³⁶IDEM, *Ibidem*, p. 11.

genealógico e heráldico das famílias dominantes do concelho, estendendo-se a toda a região de Entre Douro e Minho. E como é óbvio, pela análise arquitectural dos vários exemplares, traçando a sua evolução e registando todas as intervenções a que foram sujeitos, sem descurar o enquadramento artístico em que Ponte de Lima se inclui. É evidente que um projecto desta dimensão não se inscreve no âmbito de um mestrado. Aliás, desde o início deste trabalho, fomos muitas vezes confrontados com a angústia de nos sentirmos superados pelo número extraordinário de casas com interesse arquitectónico, e com a magnitude dos temas envolvidos. Deste modo, reconhecendo embora que o nosso projecto de investigação não vai de forma cabal responder às necessidades já sentidas pelos organizadores da exposição acima referida, propomo-nos no entanto contribuir de forma séria e rigorosa para o início do estudo da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima, começando metaforicamente pelas portadas, como que dando um primeiro passo em direcção ao caminho certo.

A fim de contextualizar o nosso objecto de estudo, vamos abordar neste capítulo a evolução da arquitectura civil no concelho e os seus agentes promotores: os encomendadores e os arquitectos e artífices.

1.1 – DA CASA-TORRE MEDIEVAL À CASA DO *BRASILEIRO* DE TORNA-VIAGEM

A riqueza e a diversidade da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima permitem-nos explicar a sua evolução, desde a vetusta casa-torre medieval até à ostentação da casa do *brasileiro* de torna-viagem, passando pelo período áureo do barroco, correspondente à fase de maior pujança construtiva. Assim, a nossa abordagem situa-se cronologicamente entre os finais da Idade Média e os alvares do séc. XX.

O concelho, com as suas cinquenta e uma freguesias³⁷, faz parte integrante da Ribeira Lima portuguesa, conjuntamente com os concelhos de Arcos de Valdevez, de Ponte da Barca e de Viana do Castelo, e insere-se na região do Alto Minho e na velha terra de Entre Douro e

³⁷O Concelho de Ponte de Lima, com a reforma administrativa do período liberal, assumiu a configuração que hoje apresenta: cinquenta e uma freguesias, trinta e três a Sul do rio Lima, e dezoito a Norte.

Minho – berço da nacionalidade. A antiguidade e a história sociocultural desta região explicam a existência de tantas casas senhoriais, sendo a mais antiga a casa-torre:

*“Entre nós, a história da casa senhorial começa com a torre, que tanta influência havia de exercer no ulterior desenvolvimento da casa portuguesa.”*³⁸

No concelho de Ponte de Lima encontram-se casas-torre no espaço urbano³⁹, isto é, na antiga vila medieval, muralhada até ao século XIX⁴⁰, e nas povoações rurais. A história do espaço urbano de Ponte de Lima remete-nos para o início do século XV, quando um pequeno grupo de inquiridores régios percorreu as ruas da cerca medieval e registou com a “*minúcia do funcionário administrativo*”⁴¹ os nomes dos proprietários e o valor dos impostos pagos por estes. As informações anotadas raramente incidiam sobre os aspectos qualitativos das habitações; “*assim, temos quase sempre e apenas casas, com dono, com moradores mas sem um “rosto” que as individualize*”⁴². Contudo, alguns detalhes aventavam diferenças entre as habitações da vila. No meio de casas de estrutura muito simples, pouco especializadas e sem características arquitectónicas específicas, sobressaíam “*habitações diferentes que só eram acessíveis a pessoas diferentes*”⁴³ – torres e paços, de arquitectura mais elaborada,

³⁸AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 19.

³⁹A obra “*Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*” de Amélia Aguiar Andrade, é fundamental neste contexto, nomeadamente para o estudo dos tipos de habitação aí identificados. Esta resulta da dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1985. A sua publicação esteve sujeita a ampliações, adaptações e correcções necessárias para o novo formato. ANDRADE, Amélia Aguiar – *Ponte de Lima. O Espaço e as Gentes*. Porto: [s.n.], 1985. 2 vol. Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Policopiada), IDEM – *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN 972-24-0771-6. Ainda no mesmo âmbito, ver IDEM – *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. ISBN 972-24-1173-X.

⁴⁰A destruição da muralha, que durante séculos definia o núcleo urbano medieval pontelicense, foi iniciada em 1787 e prosseguiu de forma inexorável até 1857, data em que a última torre foi desmoronada. “*Esvaziada de qualquer sentido militar por estratégias mais recentes, a muralha tinha-se transformado numa estrutura inútil que ensombrava ruas e casas.*” Cf. IDEM – *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima, ob cit.*, p. 14-21.

⁴¹IDEM, *Ibidem*, p. 37.

⁴²IDEM, *Ibidem*, p. 38.

⁴³A este propósito, Amélia Aguiar Andrade esclarece: “*Na rua dos mercadores, o ex-meirinho Gonçalo Martins tinha uma casa com torre; o mesmo acontecia com o mercador Gil Fernandes na rua do Souto enquanto o escudeiro Garcia Lopes de Calheiro habitava num paço na rua de Carazido, tal como o seu vizinho João Rodrigues de Sá. Não se tratava, pois de “casas vulgares, mas de habitações diferentes que só eram acessíveis a pessoas diferentes. Com efeito, o acréscimo de uma torre à moradia ou a construção de um paço que se caracterizava por um maior número de compartimentos, amplos e especializados, não estava financeiramente ao alcance do comum vizinho de Ponte. Só uma elite urbana – e funcionários, mercadores e escudeiros eram-*

construídos com materiais de boa qualidade. Seriam certamente as casas de uma elite urbana de funcionários régios, mercadores e escudeiros, já que os nobres não podiam viver intramuros, visto a vila limiana ser só de um senhor: o rei. Só a atribuição do título de Alcaide-Mor a Leonel de Lima e conseqüente construção do seu “castelo”, veio alterar esta realidade⁴⁴, aspecto que abordaremos posteriormente.

A Torre de Refóios, ou Torre de Malheiros⁴⁵, na freguesia de Refóios de Lima, é um dos exemplares de casa-torre melhor conservados na região⁴⁶. Trata-se de uma torre de planta quadrangular, com quatro pisos, cujos alçados são de aparelho regular de silhares graníticos, em fiadas pseudo-isódomas. Apresenta uma estrutura maciça com poucas aberturas: apenas umas pequenas frestas, em cada face, no terceiro piso. O acesso ao interior faz-se através de um vão de porta em arco quebrado, situado a um nível elevado, ao qual se tem acesso através de um lanço estreito de escadas adossadas à torre. Esta é coroada com merlões

na nesta vila – podia e queria construir casas, como já dissemos anteriormente, diferentes, quase “nobres” – não é o que mais nos sugerem os designativos torre e paço? – que consolidavam a imagem pública do seu prestígio social”. IDEM, Ibidem, p. 38.

⁴⁴A acção de D. Leonel de Lima, fidalgo de ascendência galega, situa-se na segunda metade do reinado de D. João I, tendo também participado activamente nos acontecimentos do reinado de D. Duarte e no período da regência de D. Pedro. Esteve igualmente ao lado de D. Afonso V na tomada de Alcácer Ceguér, no ano de 1458. Foi com alguma astúcia que conseguiu deste monarca o título de Alcaide-mor para si e para os seus sucessores, nomeação essa que desagradou à população da vila, que o acusava de proteger malfeitores, e de prender e maltratar os habitantes da vila. Cf. MORENO; Humberto Baquero – Um fidalgo de ascendência galega: Leonel de Lima. In *1º Colóquio Galaico-Minhoto, Actas*, Vol I, Ponte de Lima: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, (1981). p. 259-274.

⁴⁵A Torre de Refoios foi classificada como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto nº 2/96. AMARAL, Paulo – *Torre de Malheiros/Torre de Malheiras/Torre de Refóios*. <http://www.monumentos.pt>.

⁴⁶Nem todos os historiadores estão de acordo relativamente à antiguidade da Torre de Refoios. Assim, para José Custódio Vieira da Silva, “*deverá ter sido construída já no século XIII uma vez que, comparando-a com a torre de Penegate [Vila Verde, Braga], a sua estrutura arquitectónica é manifestamente mais arcaizante*”. Em contrapartida, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, profundo conhecedor da região, defende que a sua construção remete para os inícios de quinhentos: “*O maciço torreão tem sido classificado como medieval, tanto do século XIV como do XV. Parece-nos, pela sua largura e soluções, obra posterior, já dos começos de quinhentos*”. Para Luís de Figueiredo da Guerra, a Torre achava-se na Família Malheiro desde o início do séc. XVI, “*e mesmo antes, dando como senhor dela em 1433 a Diogo Afonso Malheiro*”; opinião partilhada por José Afonso Ferrão, que defende igualmente que a construção da Torre de Refoios é tardia, de meados do século XV. Segundo este historiador, o documento mais antigo que a refere é uma escritura feita no ano de 1512, pela qual Leonor Malheiro entra na posse da dita Torre e quinta anexa, que era propriedade de sua prima Maria Vasques Malheiro, filha de Vasco Afonso Malheiro. Também o “*Memorial de Calheiros*”, datado de 1568, a menciona: “*Na freguesia de Refóios não há casa nem geração antiga; somente a Torre que ficou de Vasco Afonso Malheiro, todo o resto são lavradores*”. Cf. AFONSO, José Ferrão (dir.) – *Vale do Lima. Memória. Sentimento. Situação*. Ponte de Lima: Edição Valima, 2002. ISBN 972-97510-6-4. p. 82; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Alto Minho*. Col. “*Novos Guias de Portugal*”. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 116; GUERRA, Luís de Figueiredo da – *Tôrres Solarengas do Alto Minho*. Separata de *O Instituto*, Vol. 27, 4. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. p. 36; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. 2.ª ed. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002. ISBN 972 -8736-11-8. p. 50-51.

quadrangulares, nos quais se rasgam seteiras. Toda a estrutura arquitectónica remete para a ideia de defesa, reproduzindo fielmente uma torre de menagem. A casa-torre medieval, símbolo de poder militar e senhorial⁴⁷, sobrevive para além da Idade Média, tornando-se num dos elementos mais emblemáticos da Ribeira Lima.

É também a partir da casa-torre que se desenvolvem algumas tipologias de casas senhoriais da região. Designadamente, casas com uma ala residencial adossada a uma torre; casas com duas torres ligadas entre si por um corpo central; ou casas com torre ao centro⁴⁸. Apesar desta última ser a menos comum, encontramos no concelho de Ponte de Lima pelo menos três exemplares de grande qualidade: o Paço de Bertandos⁴⁹ (freguesia de Bertandos), a Casa da Torre de Sequeiros⁵⁰ (freguesia de Gondufe) e o Paço do Curutelo⁵¹ (freguesia do Freixo).

O Paço de Bertandos é um dos mais emblemáticos da região, sendo constituído por dois edifícios setecentistas, dos quais irrompe uma torre ameada mandada construir por D. Inês Pinto em 1566⁵². Apesar de harmonioso, o conjunto não é regular. No início do séc. XVIII ergueu-se a ala poente, mais baixa e recuada. Este edifício é dividido em três partes: a parte central, armoriada, está assente em dois arcos abatidos, e apresenta no piso superior

⁴⁷As casas-torre, pela sua relação com a defesa, só podiam ser construídas com autorização régia, pelo que, nos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV foram destruídas algumas, que tinham sido erguidas indevidamente. Só no tempo de D. Manuel I, quando os progressos da artilharia tornaram obsoleta a arquitectura militar medieval, esta situação se alterou. Assim, as casas-torre continuaram a ser construídas, mas agora como símbolo de poder e de prestígio social.

⁴⁸Carlos de Azevedo identificou estas tipologias no seu estudo pioneiro de âmbito nacional sobre as habitações senhoriais portuguesas. Cf. AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 26.

⁴⁹O Paço de Bertandos foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto-lei nº 129/77 de 29 de Setembro de 1977. NOÉ, Paula – *Solar de Bertandos, incluindo a alameda e carvalhos que do solar vai até ao rio*. <http://www.monumentos.pt>.

⁵⁰A Casa da Torre de Sequeiros foi classificado como Imóvel de Valor Concelhio pelo Decreto-lei nº 129/77 de 29 de Setembro de 1977. IDEM – *Paço de Siqueiros*. <http://www.monumentos.pt>.

⁵¹O Paço do Curutelo foi classificado como Imóvel de Valor Concelhio pelo Decreto-lei nº 129/77 de 29 de Setembro de 1977. IDEM – *Castelo do Curutelo/Paço do Curutelo*. <http://www.monumentos.pt>.

⁵²D. Inês Pinto mandou construir uma torre ameada, acrescentou terras às existentes e fundou dois vínculos: o primeiro, encabeçado no filho mais velho Francisco Pereira, situava-se a Nascente; e o outro, no filho secundogénito António Pereira Pinto, com a torre quinhentista e as terras voltadas a Poente. Segundo documentos do Arquivo da Casa de Bertandos, os dois irmãos desentenderam-se, tendo sido cortadas as relações entre os dois vínculos. Só com o casamento [2-2-1792] entre o 10º administrador do 1.º vínculo, Damião Pereira da Silva de Sousa e Menezes, e a 9.ª Morgada do 2.º vínculo, D. Maria Angelina Senhorinha José Justa Pereira Forjaz de Eça Montenegro, também senhora da Casa dos Biscaínhos, em Braga, os dois vínculos se voltaram a unir. Para saber mais sobre as origens e história dos senhores do Paço de Bertandos, desde Fernão Pereira (neto de uma irmã do Condestável Nuno Álvares Pereira e sua mulher, Maria Vasques Malheiro) até aos nossos dias, Cf. AURORA, Conde D' – O Solar de Bertandos. Separata da *Revista Lusitana*,

duas janelas de sacada. Os corpos laterais, onde se abrem varandas alpendradas com colunelos da ordem toscana, têm um piso térreo com janelas de peitoril. Ainda do séc. XVIII,



Fig. 1 – Misericórdia de Viana do Castelo

mas de fábrica posterior, encontra-se o edifício construído a nascente, mais alto e mais avançado. É formado por dois torreões, cuja verticalidade é acentuada por elegantes pináculos. Entre os torreões corre um corpo central com uma ampla varanda alpendrada, um dos elementos mais característicos da casa nobre da Ribeira Lima, cuja origem pode estar no espectacular frontispício da Misericórdia de Viana do Castelo⁵³ (Fig. 1), revelando ainda a influência italiana de Sebastiano Serlio e Andrea Palladio.

Ainda da mesma tipologia, a Casa da Torre de Sequeiros, na freguesia de Gondufe⁵⁴, é uma das raras residências portuguesas que se conserva desde há seis séculos na posse dos descendentes dos fundadores. É berço da Família Sequeiros, que se espalhou sobretudo pelo Alto Minho e Galiza. No início do séc. XVIII a casa estava reduzida a ruínas, restando apenas alguns vestígios da primitiva torre. A actual casa nobre foi reconstruída entre 1789 e 1806⁵⁵,

nº 8. Porto, 1956; e SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, [s.d]. Vol. I.

⁵³O Edifício da Misericórdia de Viana do Castelo, datado de 1589, foi classificado como Monumento Nacional por Decreto-lei de 16 de Junho de 1910. Da construção quinhentista resta apenas o frontispício armoriado voltado para a Praça da República. Este é ricamente ornamentado com influência da tratadística flamenga, e poderá ser da autoria de Mateus Lopes. Apresenta três pisos: o primeiro é constituído por arcos de volta perfeita assentes em colunas da ordem jónica, e os restantes apresentam varandas alpendradas com pilares decorados com *tondi*, figuras togadas adossadas e cartelas. O segundo e o último piso são rematados por cornijas de ressalto, frisos decorados com festões e arquivada. Um frontão triangular, com crucifixo no vértice, encima o conjunto. O frontispício é ainda enquadrado por cunhais de aparelho *isodomum*, alçados por duas esculturas de vulto redondo sobre plintos com relevos escultóricos em cada uma das faces. O edifício foi modificado no século XVIII (1716) segundo o risco de Manuel Pinto de Vilalobos. Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Alto Minho*. Col. “Novos Guias de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 82. AURORA, Conde D’ – *Roteiro da Ribeira-Lima*. 4.ª ed. Ponte de Lima: Edição LIMICI, 1996. ISBN 972-95844-1-9. p. 35. LOPES, Flávio (coord.) – *Património Arquitectónico Classificado: Distrito de Viana do Castelo*. Lisboa: IPPAR, 1993. ISBN 972-8087-07-01. p. 78. SERRÃO, Vítor – O Renascimento e o Maneirismo. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. Vol. 3. ISBN 972-23-2924-3. p. 201.

⁵⁴O Couto de Gondufe foi durante quatro séculos um pequeno concelho com câmara própria, incluído no antigo distrito e comarca de Barcelos. Pertenceu aos Arcebispos de Santiago de Compostela desde 1134 até 1426, altura em que com outras terras foi vendido à Casa de Bragança e integrado no termo de Barcelos. Com a extinção dos coutos no período liberal foi integrado no concelho de Ponte de Lima. Cf. VASCONCELOS, Francisco de – *O Couto de Gondufe*. Ponte de Lima: [s.n.], 1982. p. 157.

⁵⁵A Casa de Sequeiros foi reconstruída após o casamento de D. Helena de Sousa Castro e Melo, herdeira da casa, com Francisco de Vasconcelos Monteiro de Lima, cavaleiro fidalgo da Casa Real. Cf. IDEM – Paço de Sequeiros: uma Casa que completa 600 anos. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. V, (1984), p. 83-85.

sendo constituída por uma torre ameada, com pedra de armas, ladeada por dois corpos mais baixos, fazendo-se o acesso por uma escadaria de pedra, de dois lanços afrontados. A pedra de armas do Paço de Sequeiros apresenta um escudo de fantasia assente sobre cartela rococó encimado por um coronel de nobreza, tendo composição esquartelada com as armas dos SOUSAS (do Prado), VASCONCELOS, SEQUEIROS e LIMAS (ou CASTROS).

O Paço do Curutelo, edifício quinhentista erguido na tradição medieval da casa-torre, é constituído por uma torre quadrangular ladeada por duas alas residenciais mais baixas. O paço, de feição acastelada, apresenta estrutura de cantaria em aparelho *vittatum*, sendo o conjunto coroado por merlões talhados em ponta.

Quanto à tipologia da casa com duas torres ligadas entre si por um corpo central, podemos referir a Casa da Lage (freguesia de Arcos), a Casa do Cardido (freguesia de Brandara), o Paço de Calheiros (freguesia de Calheiros), a Casa das Torres (freguesia da Facha) e o Paço do Marquês (freguesia de Ponte de Lima), entre outras.

Na Vila, o Paço do Marquês⁵⁶ é um dos exemplares que se insere nesta tipologia



Fig. 2 – Paço do Marquês

(Fig. 2). Foi construído por D. Leonel de Lima, nomeado Alcaide-Mor de Ponte de Lima por D. Afonso V em 1464. Do edifício original, iniciado em 1469, resta apenas parte da fachada virada a Norte, onde se destacam três vãos de janela com emolduramentos de composição manuelina. Mais tarde sofreu diversos acrescentos,

⁵⁶O Paço do Marquês sofreu muitas vicissitudes ao longo dos tempos. Após a morte do último Marquês de Ponte de Lima, foi adquirido por um alfaiate que lhe abriu janelas de sacada nas duas torres. Nas palavras de Ramalho Ortigão: “Este artífice, impelido por um arrojado impulso profissional, começou a usufruir a legítima posse do monumento deitando-lhe uns fundilhos. Assim foi que o actual senhor do histórico palácio dos alcaides-mores de Ponte-do-Lima me proporcionou a fantástica surpresa de ver aberta ao meio de cada uma das suas duas torres de estratégia feudal, inteiriças, fendidas de seteiras e coroadas de ameias góticas, uma grande janela de sacada no mais chato e mais barato estilo de mestre de obras contemporâneo, com a sua caixilharia feita à máquina e a sua competente varanda de ferro fundido, pintada de verde!”. Em 1874, o Paço foi adquirido por Francisco António da Cunha Magalhães, que o legou à Misericórdia por testamento datado de 1905. Em 1927, foi aí instalado o Hospital da Misericórdia, tendo mais tarde passado para a Câmara Municipal. Foi recentemente restaurado após uma intervenção arqueológica, albergando hoje a Delegação de Turismo e um espaço plurifuncional de apoio à actividade cultural limiana, da responsabilidade da Câmara Municipal. Cf. LEMOS, Miguel Roque dos Reis – *Estudo para os Anais Municipais de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal, 1938. p. 64-69; ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943. Vol. I. p. 45-46.

nomeadamente as duas torres, uma erguida no séc. XVIII (possivelmente pelo 1.º Marquês de Ponte de Lima, D. Tomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva) e a outra no séc. XIX.

O Paço do Marquês inscreve-se na tipologia de casa com duas torres ligadas entre si por um corpo central, já que a sua frontaria foi redesenhada à maneira dos paços limianos setecentistas, como o Paço de Calheiros⁵⁷, um dos mais proeminentes do concelho, e sem dúvida um dos mais referidos no âmbito da casa nobre portuguesa.

Pela sua deslumbrante implantação geográfica e soluções planimétricas, ao adoptar duas fachadas diferentes, uma delas flanqueada por duas torres, o Paço de Calheiros transformou-se num dos edifícios setecentistas mais significativos da Ribeira Lima, sendo considerado o arquétipo desta solução arquitectónica. A fachada sul é constituída por duas torres quadrangulares de três pisos, coroadas por pirâmides com bolas nos quatro cunhais, ligadas por um corpo central de dois pisos com sete janelas de peitoril no andar nobre (que terão sido de sacada), enquanto que no piso inferior há quatro janelas de peitoril e três portas que dão para um jardim de buxos. A fachada nobre da casa, virada a poente, tem dois pisos e integra ao centro uma capela, à qual se acede por uma escadaria em eixo com a portada armoriada (Fig. 3). Esta composição é invulgar no concelho de Ponte de Lima. Da escadaria partem dois lanços divergentes de escada que permitem o acesso aos corpos laterais, sendo mais interessante o da direita, com uma varanda alpendrada.



Fig. 3 – Fachada poente do Paço de Calheiros
(Fotografia cedida por Amândio de Sousa Vieira)

A Casa do Cardido, de origem setecentista, foi remodelada no séc. XIX sob influência do Paço de Calheiros, tendo-lhe sido acrescida uma torre. A fachada poente apresenta

⁵⁷O Paço de Calheiros é berço da Família Calheiros, como refere a lápide da portada. A origem desta família não é clara, sendo-lhe atribuídas várias procedências. O Paço já teve vários nomes: Antepaço de Baixo, Paço Velho e Quinta do Pinheiro, assumindo a actual designação a partir da sua reconstrução, em 1700, no tempo de Francisco Jácome Lopes Calheiros. Intervenções recentes, levadas a cabo pelo actual proprietário, puseram a descoberto partes de uma construção anterior. O Paço de Calheiros foi classificado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto-lei nº 129/77 de 29 de Setembro de 1977.

composição idêntica à da fachada sul de Calheiros. Também a Casa da Lage⁵⁸ tinha inicialmente uma só torre, virada a poente, tendo posteriormente sido erguida a segunda.



Fig. 4 – Casa das Torres

Pelo contrário, a Casa das Torres (Fig. 4), construída por um limiano regressado do Brasil “*que se blasonava de ser mais fácil acabarem as areias no mar ou no rio do que o dinheiro na sua carteira*”⁵⁹, teve desde a origem as suas duas torres, segundo a escritura de contrato e obrigação lavrada em 18 de Dezembro de 1751 entre o mestre pedreiro Pedro Gonçalves de Carvalho e o proprietário.

A terceira tipologia, que consiste numa ala residencial adossada a uma torre, é sem dúvida a mais frequente no concelho de Ponte de Lima. Dos exemplares existentes, destacam-se a Casa de Pomarchão e a Casa da Granja (freguesia de Arcozelo), a Casa de Vermil

⁵⁸A Casa da Lage, cuja origem remonta documentalmente ao séc. XV, pertenceu à Família Sousa Machado, tendo no Séc. XIX passado para a Família Costa Azevedo (do Visconde da Barrosa). A primeira família é responsável pela construção da casa, tendo Jerónimo de Sousa Machado construído junto ao núcleo primitivo uma torre (Torre Velha) e uma capela dedicada a Nossa Senhora da Apresentação, datada de 1674. Seu filho, Manuel de Sousa Machado de Menezes construiu a segunda torre (Torre Nova), o corpo que corre entre as duas torres e a portada. O terceiro administrador do morgadio, António Diogo de Sousa Machado, ampliou a capela, adossando-a à casa e mudou a invocação para Nossa Senhora da Conceição. A segunda família restaurou a casa, que esteve abandonada durante muito tempo. Coube a José Adolfo da Costa Azevedo a principal tarefa, que foi continuada pelo seu filho, o actual proprietário. Cf. AZEVEDO, José Adolfo da Costa – Sousas Machados, Senhores que foram da Casa da Lage. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. VII, (1986), p. 261-271; SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, [s.d]. Vol. IV. p. 287-293.

⁵⁹A Casa das Torres foi mandada construir no ano de 1751 por André Pereira da Silva, nascido no lugar de Arribão, na freguesia da Facha, que fez fortuna no Brasil. Apesar da riqueza do proprietário, a casa foi vendida em hasta pública, tendo sido comprada por Duarte Rite em 1770. Posteriormente passou para a posse da Família Barreto. Pinho Leal, quando andava a fazer a pesquisa para a sua obra “*Portugal Antigo e Moderno*”, ficou alojado na Casa das Torres e refere-se a ela nestes termos: “*Nada há de notável na freguesia a não ser o bom palacete do Exmo. Sr. Francisco de Melo Barreto, que fica a poucos metros da igreja, para o sul, e que, exceptuando o palácio da Brejoira, é dos melhores do Minho. Fica mesmo junto à raiz da serra da Nó o que é de grande vantagem para o edifício no sentido de o fazer sobressair, pelo contraste que formam ambos. Goza-se das janelas das suas duas torres, que são elevadíssimas e elegantes e guarnecidas de graciosas pirâmides, um panorama pouco vulgar pela sua tríplice vista de serra, veiga e rio. O palacete é duma arquitectura primorosa pelos seus engraçados labores de pedra, na fachada. A porta principal, que fica no centro da grande varanda (para onde se sobe por uma ampla escada de pedra) e que dá para a sala nobre, é uma peça magnífica pelos seus arabescos e trabalhos de talha. Mas o que prende aí mais a atenção são as maneiras e o tracto lhan e franco com que o Sr. Melo costuma receber a todos*”. Posteriormente a casa passou para a Família Malheiro até aos nossos dias. Cf. BAPTISTA, António José – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 128 - Ano XXII, (1988), p. 3-4. IDEM – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 129 - Ano XXII, (1988), p. 3-4; IDEM – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 130 - Ano XXII, (1988), p. 3-4; IDEM – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 131 - Ano XXII, (1988), p. 3-4; IDEM – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 132 - Ano XXII, (1988), p. 3.

(freguesia de Ardegão), o Paço de Beiral (freguesia de Beiral de Lima), a Casa do Barrenho (freguesia de Calheiros), a Casa da Torre de Pousada (freguesia de Calvelo), a Casa do Paço, a Casa de Santo António da Pedreira e a Casa dos Padres Maciéis (freguesia da Facha), a Casa Grande (freguesia de Fontão), a Casa dos Casais (freguesia da Gemieira), a Casa do Bário e a Casa das Cruzes (freguesia de Moreira de Lima), a Casa do Baganheiro (freguesia da Queijada), a Casa dos Barbosas Aranhas (freguesia de Ponte de Lima), a Casa do Crasto (freguesia da Ribeira), a Casa da Fonte da Bouça, a Casa da Torre das Donas e a Casa do Mosteiro (freguesia de Vitorino das Donas).

A Casa do Paço é provavelmente das casas senhoriais mais antigas no concelho, que se presume ser o Solar medieval dos Velhos⁶⁰. Conserva ainda parte de uma torre com dois vãos de porta ogivais, um deles com simbologia heráldica nos gonzos, que se repete nas vergas de uma janela hoje reconstruída.

A Casa de Pomarchão (Fig. 5) é uma das mais significativas casas solarengas do Alto



Fig. 5 – Casa de Pomarchão
(Fotografia cedida por Amândio de Sousa Vieira)

Minho. Tomou o aspecto que hoje se lhe conhece na ampliação, realizada em meados do séc. XVIII, de um edifício mais modesto que remontava ao séc. XVII⁶¹. Desta remodelação é certamente a capela, datada de 1755, que se encontra adossada em ângulo recto a uma torre de três pisos. Também o emolduramento dos vãos de janela e o coroamento da torre denunciam

uma linguagem própria da segunda metade do séc. XVIII. Já o corpo residencial apresenta um

⁶⁰BAPTISTA, António José – *Capelas da Freguesia da Facha*. Ponte de Lima: [s.n.], 1989. p. 18-25.

⁶¹A Casa de Pomarchão encontra-se na mesma família (Malheiro Reimão) desde a sua fundação, tendo sido António Gonçalves Reimão o 1º Senhor da Casa. Posteriormente, em 1681, no tempo de Manuel Gonçalves Reimão, é instituído o Morgadio de Pomarchão, tendo em 1690 sido constituída em vínculo a Quinta de Pomarchão a favor dos descendentes de Gaspar Malheiro Reimão (irmão de Manuel Gonçalves Reimão). A remodelação da casa ocorreu na segunda metade do século XVIII, no tempo de Ventura Malheiro Reimão, com o apoio financeiro do irmão, D. António do Desterro Malheiro, Bispo do Rio de Janeiro. Nas palavras de António Matos Reis, “*poderá tratar-se do primeiro palacete da Ribeira Lima com influência brasileira*”. Esta casa, ligada à actividade agrícola, passou a ser residência secundária da família, depois de ter sido construído em Viana do Castelo, no século XVIII, o Palacete dos Malheiro Reimão, com a Capela das Malheiras anexa. Cf. REIS, António Matos – *Ponte de Lima no Espaço e no Tempo*. Ponte de Lima: Câmara de Ponte de Lima, 2000. ISBN 972-96581-7-X. p. 219. SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, [s.d.]. Vol. III. p. 201-206. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Alto Minho*. Col. “Novos Guias de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 77.

esquema arquitectónico maneirista, com varandas alpendradas, de linhas mais severas, nas fachadas nascente e sul, às quais se acede por duas escadarias barrocas de um lanço.

Ainda na freguesia de Arcozelo e dentro da mesma tipologia, destaca-se a belíssima Casa da Granja, construção igualmente setecentista, particularmente notável pela sua escadaria e pela ampla varanda de dupla arcada.

O séc. XVIII foi sem dúvida o apogeu da arquitectura civil em toda a região da Ribeira Lima, coincidindo com a afirmação da exuberância barroca, em correspondência com o afluxo de riqueza proveniente sobretudo do Brasil:

“Entrado o séc. XVIII, o inesgotável filão brasileiro vê-se agora adornado de gemas e pedrarias e o país rodopia em manifestações de sumptuária que pragmática alguma consegue travar.”⁶²

É neste período que se ampliam ou reconstroem casas, que se edificam capelas particulares e portadas de grande aparato. As casas setecentistas são primorosamente construídas com belos trabalhos de cantaria artística, realçando exuberantemente a fachada principal em prejuízo das restantes, com escadaria monumental e com varandas alpendradas, simples ou com dupla colunata da ordem toscana. Nas palavras de Adriano de Gusmão:

“O melhor destes solares é a parte da cantaria, em granito da região, recebendo as portas principais ou das capelas os seus emolduramentos, os cunhais as suas molduras, as escadas os seus remates em sóbrio estilo barroco, repetindo-se muito um modelo, com pequenas variantes, que se foi transformando à medida que se avançava pelo século XVIII.”⁶³

Apesar da torre ser um elemento característico das casas da Ribeira Lima, como o próprio nome de muitas delas atesta (Casa da Torre da Anta, Casa da Torre de Bouçapaio, Casa da Torre de Pousada, Casa das Torres, Casa da Quinta da Torre, Casa Torre dos Barbosa

⁶²LIMA, João Gomes de Abreu de – Solares da Ribeira Lima. In OLIVEIRA, Eduardo Pires de (coord.) – *Vale do Lima: um rio, dois países*. Ponte de Lima: Edição Abril, 2001. ISBN 972-95663-7-2. p. 155.

⁶³GUSMÃO, Adriano de – Solares Barrocos da Região de Bastos. In *Ensaio de Arte e Crítica*. Lisboa: Vega Edições, 2004. ISBN 972-699-609-0. p. 376-377.

Aranha, Casa da Torre das Donas), outros esquemas arquitectónicos surgem igualmente na primeira metade do séc. XVIII. Neste contexto podemos referir a Casa de Nossa Senhora da Aurora (freguesia de Ponte de Lima) e a Casa da Ferreira de Faldejães (freguesia de Arcozelo), que mostram um risco próprio das casas citadinas, à imagem de outras de Viana do Castelo, sem torre e sem escadaria monumental, e com a capela adossada.

A Casa de Nossa Senhora da Aurora⁶⁴, uma das mais belas casas de Ponte de Lima, é um notável exemplar da casa solarenga de carácter urbano, denunciando erudição e novidade em relação a outros edifícios contemporâneos construídos na região⁶⁵ (Fig. 6). Apresenta alçado de dois pisos, com frontispício seccionado por pilastras da ordem toscana, com onze janelas de sacada no andar nobre, de ombreiras e verga rectas, sobrepujadas por frontões triangulares, e com varandins de ferro forjado. No cunhal da casa, junto à capela, vê-se uma pedra de armas com elmo, paquife e timbre, assente numa cartela decorativa (escudo esquartelado com as armas de SÁS, SOTOMAIORES, REBELOS e ABREUS. Timbre de SÁS).

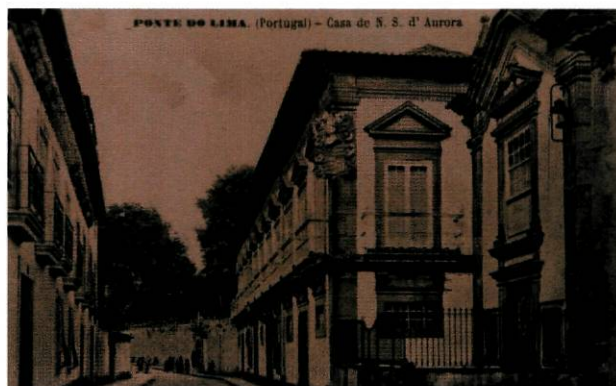


Fig. 6 – Casa de Nossa Senhora da Aurora
(Fotografia cedida por Amândio de Sousa Vieira)

A capela datada de 1731, ligeiramente recuada, é enquadrada por pilastras de canto da ordem toscana, terminando em empena, com portal de verga e ombreiras rectas sobrepujado por um janelão rematado com um frontão interrompido.

⁶⁴Não há certeza relativamente à data da fundação da Casa de Nossa Senhora da Aurora, no entanto, presume-se pela documentação existentes no arquivo da casa, que tenha sido construída nos finais do séc. XIV. Entre 1714 e 1730 foi totalmente reformada por João de Sá Sotomaior, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Desembargador da Relação do Porto e de S. Salvador da Baía, no Brasil. É sem dúvida uma das casas mais imponentes no concelho, tendo sido classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto-Lei nº 129/77 de 29 de Setembro de 1977. Cf. SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, [s.d]. Vol. II. p. 99-104. NOÉ, Paula – *Casa de Nossa Senhora da Aurora*. <http://www.monumentos.pt>.

⁶⁵O risco da Casa de Nossa Senhora da Aurora tem sido atribuído ao engenheiro militar Manuel Pinto de Vilalobos, pela semelhança com outras casa nobres de Viana do Castelo, embora não exista nenhum suporte documental para tal atribuição.

Também a Casa da Ferreira de Faldejães⁶⁶, datada do primeiro quartel do séc. XVIII, se assemelha a um palacete urbano (Fig. 7). Mostra fachada de dois pisos seccionada por



Fig. 7 - Casa da Ferreira de Faldejães

pilastras da ordem toscana formando dois corpos, com cinco janelas de sacada de ombreiras rectas e lintel almofadado, no primeiro piso. No piso inferior há três vãos de porta com ombreiras rectas e lintel almofadado, e dois vãos de janela de peitoril. No topo sul tem adossada uma capela, cuja fachada segue o esquema

compositivo da casa. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Estrela, apresenta duas cartelas com o cronograma da edificação (1721).

No séc. XIX, a abolição dos morgadios, as várias crises políticas e sociais, o abandono progressivo dos campos e o fascínio pela cidade, levaram à ruína gradual de muitas casas nobres no Minho. Os solares do concelho de Ponte de Lima também testemunharam períodos de crise e abandono, que se prolongaram até meados do séc. XX, como nos diz o Conde D' Aurora:

*“Ponte do Lima oferece-te, leitor, a mais bela colecção de casas fidalgas de Portugal. Ainda nas mãos dos seus morgados, algumas, deterioradas, tantas destas; nas mãos de caseiros, as ruínas de outras; reduzidas a um portal brasonado, a maioria.”*⁶⁷

Felizmente, a partir da década de sessenta, com a introdução de um novo conceito de turismo – o turismo de habitação e o turismo rural – muitas casas foram restauradas, tendo recuperado a beleza de antanho.

⁶⁶Esta casa foi mandada construir por Gaspar Araújo de Azevedo e sua mulher, D. Maria das Neves Clara Isabel Maciel Pereira, com o dote enviado do Brasil por Domingos Maciel de Brito. Cf. SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada). Vol. I. p. 188-189.

⁶⁷AURORA, Conde D' – *Monografia do Concelho de Ponte de Lima*. Porto: Litografia Nacional, 1946. p. 19.

Se no séc. XIX se assistiu à decadência paulatina de uma classe social, e consequentemente das suas casas, outros encomendadores emergiram no panorama da arquitectura civil limiana, sobretudo os *brasileiros* de torna-viagem, que construíram as suas casas com aparato e fantasia. A linguagem arquitectónica que escolheram para expressar o seu regresso triunfal difere da dos emigrantes setecentistas. Enquanto que estes seguiram um estilo vincadamente senhorial, baseado nos modelos pré-existentes, como as tipologias com torre (de que é exemplo a Casa das Torres, na freguesia da Facha) ou então, rompendo com a tradição, optaram por projectos mais inovadores mas de grande coerência formal (como a Casa de Nossa Senhora da Aurora, na freguesia de Ponte de Lima), aqueles demarcaram-se por completo das correntes setecentistas.

A casa do *brasileiro* destacava-se na paisagem limiana pela sua volumetria e enquadramento, pela diversidade dos materiais usados e pelo excesso decorativo, que por vezes raiava o puro exibicionismo:

*“É na estrutura, nos materiais utilizados, nas dimensões e na decoração, próprios do espaço urbano, mas inadequados ao ambiente rural, que os romancistas nos descrevem aquelas edificações. Sempre evidenciando um sentido surpreendentemente exótico, desajustado do espaço e da sua natural vocação agrícola.”*⁶⁸

Também nesta tipologia de casa podemos considerar duas tendências no concelho de Ponte de Lima: as casas construídas em altura, de que são exemplos a Casa do Bom Gosto e a Vila Marieta, na freguesia da Seara, e a Casa de Insuelas, na freguesia da Ribeira; e as casas *“normalmente designadas pelos proprietários pelo nome de “Vila” a que acrescentava o nome da sua própria mulher, a casa apalaçada, não sendo um palácio na estrutura clássica é larga e ampla e com forte sentido individualizante, construída nos limites das cidades, dentro das vilas e no espaço rural”*⁶⁹, de que é exemplo a Vila Morais, na freguesia de Ponte de Lima.

⁶⁸Cf. MONTEIRO, Miguel – Marcas Arquitectónicas do *Brasileiro* na Paisagem do Minho. In *Catálogo da Exposição “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. ISBN 972-787-00-2. p. 73.

⁶⁹IDEM, *Ibidem*. p. 71.

A Vila Morais (Fig. 8), construída a partir de 1899 por João Francisco Rodrigues de Morais no antigo Pomar do Marquês e parte da cerca do extinto Convento de S. António⁷⁰,



Fig. 8 – Vila Morais
(Fotografia cedida por Amândio de Sousa Vieira)

assemelha-se, embora noutra escala, à casa do seu irmão Miguel Francisco Rodrigues de Morais, na cidade de S. Salvador da Baía, no Brasil. A Vila Morais é um edifício imponente, de risco neoclássico, marcado por manifestações de gosto eclético, tendo introduzido em Ponte de Lima a gramática decorativa Arte Nova. Apresenta quatro fachadas, num exercício extremo de simetria, dando à casa uma forma quase cúbica. Insere-se num excelente parque arborizado, onde se destacam as arquitecturas de jardim: um castelo revivalista, um pavilhão galante junto de uma gruta, uma ponte que atravessa um lago, uma estufa envidraçada e uma gaiola para pássaros exóticos, construídas segundo modelos parisienses. A circunscrever a Vila e o parque adjacente encontram-se panos de muro animados por portadas constituídas por monumentais pilares unidos por portões de ferro.

Um dos exemplares mais significativos da casa construída em altura é a Casa da Quinta do Bom Gosto (Fig. 9), edifício singular construído entre 1891 e 1900, que mostra uma profusão eclética de estilos, resumindo, afinal, a fantasia do encomendador, José Maria Cerqueira, que pretendeu sintetizar todas as referências culturais que o fascinavam.



Fig. 9 – Quinta do Bom Gosto
(Fotografia cedida por Amândio de Sousa Vieira)

⁷⁰Referimo-nos a dois espaços, que no passado estiveram ligados a D. Leonel de Lima: o Paço do Marquês e o Convento de S. António.

Ainda do fim do séc. XIX, e dentro do espírito revivalista e eclético, destaca-se a Vila Belmira (Fig. 10), edifício construído entre 1890 e 1893 pelo Dr. António Inácio Pereira de Freitas, e então conhecido por *Chalet do Dr. Freitas*. Depois da morte do primeiro proprietário, a casa foi vendida a José Maria Cerqueira, dono da Quinta do Bom Gosto, na freguesia de Seara, que a ampliou e melhorou. Por morte deste a casa foi novamente vendida, tendo sido adquirida por António da Cunha Nogueira, que em homenagem a sua esposa, D. Belmira dos Reis Nogueira, a baptizou de Vila Belmira.

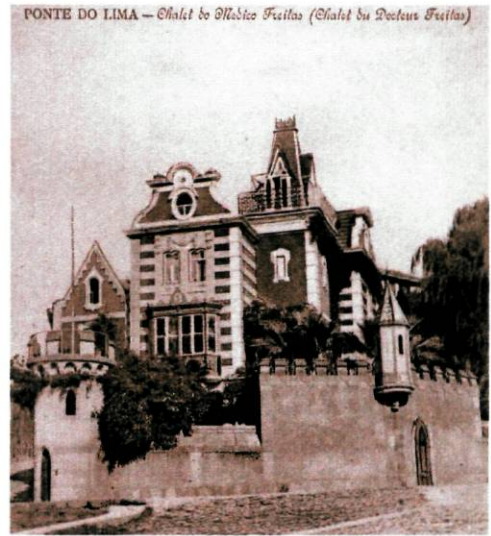


Fig. 10 – Vila Belmira
(Fotografia cedida por Amândio de Sousa Vieira)

1.2 – ENCOMENDADORES

A análise da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima permite reconhecer diferentes grupos de encomendadores. Dentro destes destacam-se aqueles que, em momentos diferentes, protagonizaram a encomenda de edifícios de qualidade arquitectónica notável, construídos com materiais nobres, de acordo com um elevado estatuto económico e social.

Assim, identificámos dois grupos principais: um que apelidámos de famílias nobres e outro de *brasileiros* de torna-viagem. Apesar de ambos serem grupos sociais muito heterogéneos, acreditamos que cada um se vinculou a uma expressão arquitectónica específica, que denuncia as suas origens, o seu tempo histórico e os seus desígnios.

A Ribeira Lima foi palco de profundas alterações sociais e económicas desde meados do séc. XV. O posicionamento estratégico de Ponte de Lima como lugar central de acessibilidades do Alto Minho e o de Viana do Castelo como entreposto comercial de importantes rotas marítimas, foram determinantes no processo de desenvolvimento desta região. Todo o Vale do Lima beneficiou da vitalidade do porto de Viana do Castelo, sobretudo entre os séculos XVI e XVIII. A cultura do milho, a colonização das ilhas, a pesca do bacalhau, a epopeia da Índia, o comércio com o norte da Europa, o açúcar de Pernambuco

e da Baía e o ouro e as pedras preciosas de Minas Gerais trouxeram à Ribeira Lima, durante mais de três séculos, abundantes recursos, que permitiram a construção de belíssimos edifícios.

Contudo, além dos aspectos eminentemente económicos, outro factor concorreu de forma determinante para as transformações ocorridas nesta região, o fenómeno da emigração.

Nas palavras de Eugénio dos Santos:

“A emigração revelou-se como um dos comportamentos mais marcantes da sociedade portuguesa ao longo de toda a sua vivência colectiva, designadamente a partir do século XVIII. Muitos a designam também como diáspora, uma vez que os lusos se espalharam, sobretudo a partir do século XVI, por todo o orbe, embora mantendo uma forte ligação à sua terra de origem. Emigrar tornou-se mesmo ao longo da Época Moderna e Contemporânea uma marca indelével da identidade de alguns povos, designadamente os do noroeste da península ibérica, de tal modo que um autor contemporâneo chamou a essa região “a terra dos adeuses”, tão frequente e volumoso era o número de saídas dos seus naturais.”⁷¹

Efectivamente, da Ribeira Lima partiram em momentos diferentes muitos limianos, sobretudo para o Brasil, à procura de novas perspectivas de vida. Dos que regressaram com fortuna, destacam-se numa primeira fase, aqueles que eram figuras da confiança do rei, a quem este concedia vastas extensões de terra para colonizar, ou então os que se ocupavam de altos cargos administrativos, comerciais ou militares.

Segundo Jorge Fernandes Alves:

“(…) os afidalgados, os grandes responsáveis pela administração dos contratos reais, esses, sim, capazes de se retirarem com avultadas fortunas, de que os

⁷¹SANTOS, Eugénio dos – Os Brasileiros de Torna-Viagem. In CATÁLOGO da Exposição “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. ISBN 972-787-00-2. p. 15.

*solares setecentistas, um pouco por todo o Noroeste português, mas em especial na Ribeira Lima, são um sinal exterior.”*⁷²

Do concelho de Ponte de Lima podemos referir, entre tantos outros: João de Sá Sottomaior, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Desembargador na Relação da Baía, que mandou construir a Casa de Nossa Senhora da Aurora, nos arrabaldes da vila; Francisco Malheiro de Araújo, Capitão-Mor em Minas Gerais, que edificou a Casa do Cardido, na freguesia de Brandara; e ainda D. António do Desterro Malheiro Reimão, Bispo do Rio de Janeiro e Governador Interino do Brasil, que terá financiado as obras de remodelação da Casa de Pomarchão, em Arcozelo.

Posteriormente outros partiram, devido à miséria que então se vivia no campo, provocada pelas crises cerealíferas e devido às doenças da vinha, que contribuíram para o excesso de mão-de-obra rural, que não sendo absorvida pela débil indústria nacional, obrigava à procura de outras formas de subsistência longe da pátria. Eram membros da classe média e média alta rural:

*“Dos cerca de 300.000 emigrados para o Brasil entre 1866 e 1889, um pouco mais de um terço eram minhotos, na sua maioria eram homens, filhos de lavradores proprietários, comerciantes/caixeiros e artesãos.”*⁷³

Nem todos regressaram, e muito menos com fortuna, como nos diz Maria da Conceição Meireles Pereira:

“Como todas as histórias de emigração, esta também se faz de risos e de lágrimas, de situações felizes e de casos dramáticos. A par de alguns percursos jubilatórios, muitos foram os sonhos que não se cumpriram, desfeitos entre o trabalho opressor e a vida miserável do emigrado – pejorativamente apodado de “galego” –, destituído até da possibilidade de morrer na terra natal, rever, pela

⁷²ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: [s.n.], 1994. p. 45.

⁷³SILVA, Manuel Carlos – *Emigração*. In OLIVEIRA, Eduardo Pires de (coord.) – *Vale do Lima: um rio, dois países*. Ponte de Lima: Edição Adril, 2001. ISBN 972-95663-7-2. p. 178.

última vez, os entes queridos. (...) Dos vitoriosos consta a História e recontam-se as histórias dos protagonistas que emergem distintivamente sobre um fundo esbatido, repleto de figurantes.”⁷⁴

Deste modo, e numa versão simplificada da problemática social da região, considerámos fundamentalmente dois grupos de encomendadores, que em momentos históricos diferentes, e com prerrogativas distintas, ilustram períodos políticos, sociais e culturais da história da Ribeira Lima.

1.2.1 – AS FAMÍLIAS NOBRES DE PONTE DE LIMA

No decurso do nosso trabalho de inventariação das casas do concelho de Ponte de Lima, encontramos numerosas pedras de armas em portadas, torres, capelas vinculares, nos cunhais das casas e no coroamento das fachadas, que permitiram identificar diversas famílias nobres. Pela frequência com que algumas delas aparecem representadas, podemos inferir que se trata das famílias mais influentes da região. Convém precisar que, neste contexto, considerámos como famílias nobres todas aquelas que usam brasão de armas, apesar de estarmos conscientes dos perigos desta generalização. Com efeito, a vulgarização do termo “nobre” levanta algumas questões epistemológicas, que não cabe aqui aprofundar. Apesar da heterogeneidade e das diferentes origens deste grupo social, estamos aqui a considerar famílias cujas prerrogativas se transmitem de geração em geração, e que por isso se distinguem das restantes.

Ao falar das linhagens nobres de Ponte de Lima temos que considerar as suas relações com as de Entre Douro e Minho e obviamente com as da Galiza. A contiguidade fronteiriça, a história comum e as relações culturais entre as duas regiões fazem delas parentes próximos, como nos diz o poeta João Verde⁷⁵:

⁷⁴PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *Os Brasileiros Notáveis e ... os Outros*. In Catálogo da Exposição “*Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*”. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. ISBN 972-787-00-2. p. 359.

⁷⁵José Rodrigues Vale (pseudónimo *João Verde*), poeta e jornalista, nasceu em Monção em 1866 e morreu na mesma vila em 1934. Da sua obra poética, de acentuada inspiração regionalista, existem três livros: “*Musa Minhota*”, “*Na Aldeia*” e “*Ares da Raia*”. Entre 1901 e 1918 dirigiu *O Regional*, jornal de Monção, tendo

*”Vendo-os assim tão pertinho,
A Galliza e mail’ o Minho,
São como dois namorados
Que o rio traz separados
Quasi desde o nascimento.
Deixal-os, pois, namorar,
Já que os paes para casar
Lhes não dão consentimento.”*⁷⁶

Deste modo, muitas famílias nobres de Entre Douro e Minho, as mais antigas de Portugal, têm as suas raízes mais remotas na Galiza, em torres e paços senhoriais de grande valor arquitectónico⁷⁷. Conforme nos diz Baquero Moreno,

*“Ao longo de séculos de história portuguesa são inúmeros os fidalgos portugueses de ascendência galega que por razões de vizinhança e proximidade geográfica acabaram por fixar residência, quer na região de Entre-Douro-e-Minho, quer ainda na região de Trás-os-Montes.”*⁷⁸

Esta é certamente uma das razões da persistência de modelos arquitectónicos idênticos nas duas regiões.

Até ao crepúsculo da Idade Média, as transformações políticas e sociais derrubaram algumas famílias antigas e elevaram outras ao poder. Deste modo, algumas casas nobres desapareceram, outras mudaram de nome e ainda outras saltaram para a ribalta.

Segundo Oliveira Marques,

sido anteriormente redactor do periódico *Aurora do Lima*, de Viana do Castelo. Cf. *GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1960]. Vol. XXXIII. p. 844.

⁷⁶VERDE, João – *Ares da Raya*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Monção, 1953.

⁷⁷Para o estudo da casa nobre da Galiza existem vários trabalhos publicados; entre outros, gostaríamos de destacar: LÓPEZ-CHAVES MELÉNDEZ, Juan M.; MORENO AMOR Grato E. – *Inventario Pazos y Torres de la Provincia de Pontevedra*. 2.ª ed. Pontevedra: Edição da Diputación Provincial de Pontevedra, 1998. Tomo I. ISBN 84-86845-09-02. PEREIRA MORALES, Ana María – *La arquitectura del pazo en Vigo y su comarca*. Santiago de Compostela: Colexio de Arquitectos de Galicia, 1979. ISBN 84-85665-00-7. RIVERA RODRIGUEZ, Maria Teresa – *Arquitectura del Siglo XVIII en la Provincia de Orense. Los Pazos Orensanos*. 2.ª ed. La Coruña: Editorial Atlântico, 1982.

⁷⁸MORENO, Humberto Baquero – Um fidalgo de ascendência galega: Leonel de Lima. In *1º Colóquio Galaico-Minhoto, Actas*, Vol. I, Ponte de Lima: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, (1981). p. 259.

*“De vinte e três famílias nobres estudadas por Braamcamp Freire (nos seus Brasões da Sala de Sintra) e existentes nos primeiros anos do século XVI, só uma remontava aos finais do século XI e quatro ao século XII, distribuindo-se as outras pelas centúrias de Duzentos e Trezentos. Nove provinham de emigrados de além fronteiras, todos já nobres; oito recrutavam-se em obscuros patrimónios herdados, com origem em coutos e honras concedidas pelos reis ou simplesmente usurpados; duas derivam dos episódios da Reconquista e do repovoamento por presúria; três tinham origem puramente vilã; e uma resultava da bastardia régia.”*⁷⁹

No “*Memorial de Calheiros*”, escrito em 1568, Diogo Lopes de Calheiros⁸⁰ faz referência a várias famílias nobres e honradas do concelho de Ponte de Lima. Claro que o autor não deixa de fazer referência à sua própria ascendência - os Calheiros, antiga família minhota que parece provir dos Velhos, que apoiaram incondicionalmente D. João I. Faz igualmente alusão aos Malheiros, aos Pereiras, aos Pintos e aos Sousas, entre outras famílias. Refere também famílias de origem galega, como os Araújo, os Castros e os Limas, que lutaram ao lado do fundador da dinastia de Avis. Os Limas, descendentes de Fernão Eanes de Lima que foi um “*fervoroso adepto de D. João I quando em 1398 o nosso monarca pôs cerco à cidade de Tui*”⁸¹, Senhores da Casa de Giela, nos Arcos de Valdevez⁸², são uma das famílias nobres mais influentes na região de Entre Douro e Minho. Leonel de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira e Alcaide-Mor de Ponte de Lima, foi um dos homens mais poderosos e mais contestados do seu tempo. Foi também um grande mecenas, tendo fundado o Convento de Santo António em Ponte de Lima, entre outras obras.

⁷⁹MARQUES, A. H. de Oliveira – Nobreza - Na Idade Média. In SERRÃO; Joel – *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, [s.d.]. Vol. 4. p. 385.

⁸⁰O manuscrito original do “*Memorial de Calheiros*” perdeu-se; aquilo que se conhece deste documento são cópias, tendo as mais conhecidas sido feitas em tempos diferentes por notáveis investigadores, num primeiro momento pelo Dr. Luís de Figueiredo da Guerra e posteriormente pelo Dr. António de Sousa Machado. Cf. CALHEIROS, Diogo Lopes de – *Memorial de Calheiros*. Ponte de Lima: [s.n.], 1987.

⁸¹MORENO, Humberto Baquero – Um fidalgo de ascendência galega: Leonel de Lima. In *1º Colóquio Galaico-Minhoto, Actas*, Vol I, Ponte de Lima: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, (1981). p. 260.

⁸²A Casa de Giela foi doada por D. João I a Fernão Eanes de Lima em 24 de Junho de 1398. Esta doação foi acrescida de outra, datada de 2 de Janeiro de 1399, “*com a concessão em juro e herdade das terras de Fraião, Coura, São Martinho, Santo Estêvão, Jaraz e Val de Vez, todas elas localizadas na região de Entre-Douro-e-Minho*”. Cf. IDEM, *Ibidem*. p. 60.

Voltando ao “*Memorial de Calheiros*”, ficamos também a conhecer as famílias mais influentes de Viana do Castelo. Num primeiro momento, eram somente três famílias: “*No tempo de quatrocentos anos não procedia nem havia honradas gerações na dita vila, somente os Rochas, os Velhos e um Barros*”⁸³, mas posteriormente surgem outras famílias nobres como os Regos, os Barbosas, os Brandões, os Sousas, os Abreus, os Melos, os Machados, os Jácomes, os Sás, os Amorins, entre outras. Curiosamente, todas as famílias referidas por Diogo Lopes de Calheiros aparecem representadas nas pedras de armas que identificámos no concelho de Ponte Lima. Também na obra de Manuel Gomes de Lima Bezerra “*Os Estrangeiros do Lima*”, de 1785, são referidas as famílias mais influentes na região de Entre Douro e Minho. Aliás, muitas são as obras de genealogistas e heraldistas que, ao longo dos tempos, têm procurado reconstituir as linhagens da região. Apesar de se tratar de uma área de investigação histórica fundamental, não é nosso propósito seguir aqui essa via.

Foi no entanto muito útil identificar, através da leitura dos escudos de armas, as famílias dominantes na região e os seus cruzamentos familiares, para melhor percebermos a insistência num esquema arquitectónico que sobreviveu até aos nossos dias. Ou não será a construção de uma torre, de uma varanda alpendrada ou de um beiral coroadado com merlões e, claro, de uma portada, ainda hoje, o resultado de um processo cultural muito antigo?

1.2.2 - OS BRASILEIROS DE TORNA-VIAGEM

O *brasileiro* de torna-viagem, personagem muito caricaturada na literatura oitocentista portuguesa⁸⁴ era fundamentalmente o emigrante rural, originário da classe média ou média alta rural, que saía directamente das aldeias minhotas para as grandes cidades brasileiras. No

⁸³CALHEIROS, Diogo Lopes de – *Memorial de Calheiros*. Ponte de Lima: [s.n.], 1987. p. 17.

⁸⁴Vários foram os romancistas oitocentistas portugueses que caricaturaram os *brasileiros* de torna-viagem; Camilo Castelo Branco, cuja obra romanesca traça o quadro da vida social da região de Entre Douro e Minho, não deixa de o referir de forma acutilante. Nos romances, “*O Senhor do Paço de Ninães*” (1867), “*As Novelas do Minho*” (1875-1877), “*Eusébio Macário*” (1879), “*A Brasileira de Prazins*” (1882), “*Os Brilhantes do Brasileiro*”, “*A Corja*”, entre outros, o autor ridiculariza a figura do *brasileiro*, que embora tendo regressado rico, continua grosseiro e de manifesto mau gosto: “*Vão-se os olhos n'aquillo! Esta maravilha architectonica devem-na as artes ao gosto e genio pintoresco de um rico mercador que veio das luxuriantes selvas do Amazonas, com todas as côres que lá viu de memoria, e todas aqui fez reproduzir sob o inspirado pincel de trolha (...)*” Cf. BRANCO, Camilo Castelo – *O Senhor do Paço de Ninães*. 4ª ed. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1911. p. 8. Também Júlio Dinis na obra “*A Morgadinha dos Canaviais*” (1868) o retrata de forma sarcástica. Como de resto o fizeram Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

seu regresso triunfante construía uma casa, cuja expressão architectónica evidenciava sinais da arquitectura urbana, com elementos decorativos então desconhecidos na paisagem rural, e de um exotismo expresso nas cores de gosto tropical, que por vezes raiava o mau gosto, como ironiza Camilo Castelo Branco:

“(...) um palacete de azulejo côr de gema d’ovo, com terraço no tecto para quatro estatuas symbolicas das estações do ano, e dous cães de bronze, em baixo, sobre as umbreiras do portão de ferro, com as armas fundidas, de saliencias arrogantes, entre os dous molossos de dentaduras anavlhadas, minazes, como todos os bichos da heráldica.”⁸⁵

No entanto, se o *brasileiro* e as suas representações eram menosprezados no seu tempo, sobretudo pela burguesia urbana, hoje a atitude é diferente:

“A casa do brasileiro pode ser vista em várias perspectivas: uma intrínseca, que lhe dá sentido histórico; outra, mais sociológica, que decorre da diferença das significações atribuídas pelos proprietários e, finalmente, a que é construída pelos que lhe são exteriores, sendo, por isso, explicada diferenciadamente pelos vizinhos que sempre a legitimara, e pelos escritores urbanizados que a criticaram.”⁸⁶

Com efeito, os *brasileiros* de torna-viagem têm merecido a atenção dos historiadores e dos sociólogos, há já algumas décadas, e estes investigadores não deixam de enaltecer os seus contributos positivos para a sociedade portuguesa oitocentista. Não nos podemos esquecer que muitos eram possuidores de um espírito filantrópico que os levava à construção de edificações cívicas, como hospitais, asilos, escolas, igrejas, passeios públicos e teatros, tornando-se assim alvos preferenciais do historiador da Arte, como grandes encomendadores.

Segundo Jorge Fernandes Alves:

⁸⁵Cf. BRANCO, Camilo Castelo – *Eusébio Macário*. 3ª ed. Porto: Livraria Chardron, 1897. p. 71.

⁸⁶Cf. MONTEIRO, Miguel – *Marcas Architectónicas do Brasileiro na Paisagem do Minho*, ob cit., p. 74.

*“Uma das imagens mais marcantes na biografia dos brasileiros é a sua tendência para a filantropia. Podemos afirmar que grande parte do equipamento de solidariedade social do século passado no Norte de Portugal foi activado, incentivado ou mesmo sustentado pelos ex-emigrantes, que, enquanto vivos e na hora da morte, mostravam uma atenção ao seu semelhante pouco compatível com a imagem de avareza que normalmente envolve o capitalista.”*⁸⁷

Efectivamente, os *brasileiros* foram os dinamizadores da encomenda artística oitocentista, e não há aldeia, vila, ou cidade portuguesa, sobretudo no Minho, que não tenha um edifício mandado construir por um.

Ponte de Lima também neste campo nos mostra belos exemplares, ligados a figuras como José Maria Cerqueira e João Francisco Rodrigues de Morais.

João Francisco Morais, que se fixou definitivamente em Ponte de Lima aos 40 anos de idade, *“dedicou toda a sua vida a praticar o bem, a engrandecer a sua Terra, a dotá-la de empreendimentos sócio-culturais de que estava carecida.”*⁸⁸ Era obviamente referido na imprensa local, como podemos confirmar pela notícia do jornal *“Voz do Lima”* de 4 de Março de 1892:

“Era o tipo que Ponte de Lima precisava para lhe vir quebrar a monotonia de séculos (...) pelo seu gosto artístico (...) pela sua inteligência não vulgar (...) só pensa no engrandecimento da sua Terra, sacrificando o seu dinheiro, o seu tempo e o seu trabalho.”

⁸⁷ ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, ob. cit., p. 315.

⁸⁸ João Francisco Rodrigues de Morais (1851-1936) nasceu na Rua Dentro de Vila, em Ponte de Lima, a 7 de Setembro de 1851. Viveu no Brasil, onde criou fortuna; ao regressar à pátria, em 1888, instalou-se inicialmente em Lisboa, tendo-se fixado definitivamente em Ponte de Lima em 1891. Recusou honrarias, títulos e postos públicos, tendo apenas assumido cargos ligados à acção social, como o de Provedor da Santa Casa da Misericórdia e o de Director do Asilo Camões e Creche limianos. Foi senhor de um património notável, distribuído por quase todas as freguesias do concelho, possuindo ainda vários prédios na vila. Legou diversos bens à população pontelimense: a Capela de Nossa Senhora da Lapa, que ampliou e mobilou, a Escola Primária, na Praça da República, e o Teatro Diogo Bernardes; custeou igualmente obras de valorização urbanística e intervenções em diversos templos do concelho de Ponte de Lima: o alargamento da Rua Domingos Tarrozo; o arranjo do miradouro da Madalena, na freguesia da Feitosa; obras na Igreja Matriz de Ponte de Lima, nas capelas de Santo Ovídio, em Arcozelo, na igreja paroquial da Gemieira, etc. Cf. MORAIS, Adelino Tito de – *Palacete Villa Moraes: subsídios históricos*. Ponte de Lima: Ed. A., 1995.

A Vila Morais, edifício grandioso construído por João Francisco de Morais em Ponte de Lima, tinha um interior magnífico⁸⁹, tendo sido o local escolhido para receber o então Presidente do Brasil, Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, quando este se deslocou à vila limiana no dia 29 de Outubro de 1908. Curiosamente, também este tinha raízes no concelho, já que os seus pais eram emigrantes da freguesia da Correlhã⁹⁰.

Também José Maria Cerqueira, encomendador da Quinta do Bom Gosto e da Vila Marieta, e posteriormente proprietário do *Chalet* do Dr. Freitas, foi um *brasileiro* de torna-viagem. Das casas que encomendou, destaca-se aquela que o próprio apelidou de Bom Gosto; trata-se de edifício de “*pitoresca amálgama de estilos, em que descobrem estruturas e ornatos de arte gótica e muçulmana, renascentista e barroca, além de elementos de pura imaginação romântica.*”⁹¹

1.3 - ARQUITECTOS E ARTÍFICES

Sem uma investigação arquivística que permita identificar documentação relativa aos autores do risco das casas do Concelho de Ponte de Lima, tarefa particularmente penosa, não só pelo elevado número de casas com interesse arquitectónico, mas também porque quase nunca os documentos os referem, entramos facilmente no campo perigoso das atribuições.

Se para os séculos XVII e XVIII identificar arquitectos e artífices já é difícil, tal tarefa torna-se ainda mais problemática para a Baixa Idade Média e para o início da Época Moderna⁹², em Portugal, à excepção de algumas obras de encomenda régia. Neste período dominava a figura do mestre pedreiro, que idealizava a obra, fazia a aquisição e gestão dos materiais e a ligação entre o encomendador e os artífices. A formação profissional fazia-se de forma empírica, exigindo muitos anos de experiência para evoluir de aprendiz a mestre,

⁸⁹Existem registos fotográficos dos interiores da Vila Morais, nomeadamente da Sala Dourada, onde o Presidente da República do Brasil foi recebido. O salão nobre da casa era decorado com móveis de estilo Luís XV, com espelhos, lustres, porcelanas, belos reposteiros, e com as paredes e o tecto pintados a ouro. Cf. VIEIRA, Amândio de Sousa – *Ponte de Lima. Outros tempos: 1858-1949*. 2.ª ed. Ponte de Lima: Edição Foto Lethes, 2000. ISBN 972-96357-0-6. p. 79.

⁹⁰Cf. IDEM, *Ibidem*. p. 132.

⁹¹Cf. GONÇALVES, Flávio – Inventário Artístico da Região do Norte. Porto: Comissão de Planeamento da Região do Norte. Série *Estudos Regionais* - nº 10, 1973. p. 44.

⁹²Apesar das incertezas quanto à datação rigorosa das casas-torre limianas, podemos enquadrar a sua construção neste período.

desenvolvendo-se esta actividade frequentemente no seio da mesma família. Christof Thoenes esclarece:

*“O Gótico estava solidamente ancorado na prática construtiva do seu tempo, as oficinas de pedreiros ou os locais de construção faziam também as vezes de locais de aprendizagem, onde os saberes e os saber-fazer – da construção à realização do pormenor decorativo – se transmitiam oralmente de geração em geração.”*⁹³

Assim, o espírito corporativo era dominante, e a figura do artista ou autor da obra, conceito humanista, só começa a ser valorizada mais tarde.

Por outro lado, afigura-se-nos mais importante enquadrar a acção dos arquitectos, engenheiros militares, mestres pedreiros e artífices contemporâneos da construção das portadas inventariadas, cuja linguagem arquitectónica e decorativa remete para os períodos maneirista e barroco. Acreditamos que a portada, enquanto estrutura arquitectónica autónoma, surge neste período, servindo-se da gramática decorativa clássica, e integrando muitos dos símbolos senhoriais da casa-torre medieval.

Os autores de projectos para a arquitectura civil em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, têm origens e formações distintas: arquitectos; engenheiros militares; arquitectos amadores e ainda mestres pedreiros, que segundo Joaquim Jaime B. Ferreira Alves *“ocuparam um lugar da maior importância na concepção e execução de muitas casas nobres urbanas e principalmente no contexto rural”*, sendo frequentemente estes, que em parceria com os proprietários, definiam o risco das casas⁹⁴.

Porém, importa salientar a responsabilidade que os engenheiros militares tiveram na elaboração de projectos de arquitectura na região do Minho. Além das obras militares e religiosas, que em muitos casos estão bem documentadas, eles foram directa ou indirectamente responsáveis pela construção de muitas casas nobres na região, sobretudo

⁹³THOENES, Christof – Introdução. In LAMERS-SCHÜTZE, Petra (coord.) – *Teoria da Arquitectura do renascimento aos nossos dias*. Colónia: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6. p.10.

⁹⁴Cf. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Col. “Portucale”. Lisboa: Edições Inapa, D.L. 2001. ISBN 972-8387-91-1. p. 36.

aquelas que mostram erudição e cuidado no desenho, onde a influência da tratadística é evidente.

No reinado de D. Pedro II, a criação da Aula da Fortificação em Viana do Castelo, por decreto régio de 20 de Julho de 1701, veio contribuir para a afirmação do engenheiro militar e para a conseqüente dinamização da arquitectura na região de Entre Douro e Minho:

“Viana, mercê da importância que adquiriu no desenrolar das guerras da Restauração, tornou-se o centro coordenador das acções militares do extremo norte de Portugal, e, em sequência, da planificação e controle das obras públicas, realçando-se o papel insubstituível dos engenheiros militares, pela sua formação e superioridade técnica, referência obrigatória na edificação civil e religiosa.”⁹⁵

Contudo, não podemos esquecer que, antes da consagração da Aula de Fortificação de Viana do Castelo, já o engenheiro militar francês Miguel de Lescole⁹⁶ desenvolvia a sua

⁹⁵REIS, António Matos – Caminhos da História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do séc. XVIII. *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo. Tomo 19, (1995). ISSN 0871-4282. p. 155.

⁹⁶Miguel de Lescole (Miguel de Lescol ou Michel de L'École - na documentação o seu nome aparece escrito de várias formas) nasceu em Paris, tendo vindo muito novo para Portugal, a seguir à Restauração. Fez exame para engenheiro em 1642 com o engenheiro-mor Lassart, e em 1643 inicia a sua actividade nas Beiras, como sucessor de outro engenheiro militar francês, Nicolau de Lila, ou de Lille. A 10 de Novembro de 1653 era nomeado engenheiro para o Algarve, para desenhar e obrar fortificações, tendo a sua nomeação desagradado ao conde de Val de Reis, governador da província. A sua permanência no Algarve, se de facto se efectivou, terá sido de curta duração, já que no ano seguinte o encontramos a trabalhar no Norte de País: em 1654 dirigia a construção dos armazéns de Caminha, e em 1656 ocupava-se da construção das muralhas de Monção, sendo nomeado engenheiro oficial do Minho com a alta patente de mestre-de-campo general. Em 1659, a Regente D. Luísa de Gusmão manda construir um hospital militar em Ponte de Lima para os soldados feridos na Guerra da Restauração, ficando este a cargo dos religiosos da Ordem de São João de Deus. O projecto terá sido elaborado por Miguel de Lescole. (Foi extinto em 1716 e posteriormente teve várias funções, servindo actualmente de Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ponte de Lima. É considerado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 28/82, DR 47 de 26 de Fevereiro de 1982). Em 1661, o Conde do Prado resolveu confiar-lhe a construção de um forte de quatro baluartes, que servisse para defender Valença. Também nesta data, iniciavam-se as obras do chamado Castelo do Queijo, no Porto, igualmente com risco do engenheiro francês. Desde 1662 até 1667 participou em campanhas militares no Norte de Portugal e Galiza, tendo fortificado um quartel com dois terços de artilharia sobre a vila de Ponte da Barca, em 1662. Após o tratado de paz com a Espanha dedicou-se essencialmente à arquitectura civil e religiosa. Assim, em 1672 projecta um cais de acostagem nas margens do Mondego; em 1675, lavrava-se o contrato para as obras da nova capela-mor da Colegiada de Guimarães, obras mandadas fazer por D. Pedro II para celebrar o fim da guerra com Espanha; em 1680, propôs-se efectuar uma intervenção a montante da vila de Ponte de Lima, destinada a permitir a navegação fluvial até ao Lindoso; em 1682 trabalha para Câmara do Porto, tendo sido encarregado das obras do cais do Douro; em 1684 trabalha na reparação das muralhas de Vila do Conde. D. Luís de Sousa, arcebispo de Braga, encarregou-o de riscar a igreja de S. Victor, em Braga, obra iniciada em 1686. O engenheiro Miguel de Lescol faleceu a 2 de Fevereiro de

actividade na região, “*tendo tido um papel essencial na evolução do barroco no Norte do País, sobretudo, no Minho.*”⁹⁷ Em 1668, após o tratado de paz com a Espanha, fixou residência em Viana do Castelo, como comprova o relato de viagem de Cosme de Médicis, em Fevereiro de 1669⁹⁸, tendo-se dedicado a actividades de arquitectura e engenharia sobretudo civil e religiosa. Além disso, exerceu uma actividade pedagógica importante: sabe-se que possuía uma boa biblioteca, com tratados de Alberti, Marolois e Freitag, e que tinha pronto para impressão, em 1670, um *Tratado de Fortificação*, que não chegou a ser publicado. Da sua Aula de Artilharia, em Viana do Castelo, ficou-nos o manuscrito *Breves Lições de Artilharia*, datado de 1676 e existente na Biblioteca Nacional, em Lisboa. Daqui teve origem um núcleo de discípulos que viria a exercer enorme influência na arquitectura da região de Entre Douro e Minho no século XVIII, do qual se destaca Manuel Pinto de Vilalobos. António Matos Reis acredita que “*dependeu dele [Miguel de Lescole], em grande parte, o caminho seguido pela arquitectura do Alto Minho na primeira metade do século XVIII, pelo menos através do mais importante dos seus discípulos, Manuel Pinto de Vila Lobos.*”⁹⁹

Manuel Pinto de Vilalobos¹⁰⁰ fez a sua formação na Aula de Fortificação e Arquitectura Militar¹⁰¹ em Lisboa, dirigida pelo Cosmógrafo-Mor Luís Serrão Pimentel¹⁰².

1688, tendo sido sepultado no Mosteiro de S. Domingos, em Viana do Castelo. Existe no Arquivo Distrital de Viana do Castelo, no Registo de Óbitos, um documento que refere: “*Miguel de Lescol mestre de campo faleceu aos dois dias de Fevereiro de 1688 com todos os sacramentos, esta sepultado em o capítulo de S. D. os aos 3 do dito mes de que fiz este assento, dia mes e ano ut supra. O coadjutor Francisco de Crasto*”. Cf. MOREIRA, Rafael – Miguel Lescole. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 259-260; REIS, António Matos – Miguel de Lescol, Engenheiro e Arquitecto. *Estudos Regionais-V*. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, (1989). p. 53-63; IDEM – *Caminhos da História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do séc. XVIII*. *Ob. cit.*, p. 155-200; SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada). Vol. I.

⁹⁷MOREIRA, Rafael, *ob. cit.*, p. 259-260.

⁹⁸REIS, António Matos – *Miguel de Lescol, Engenheiro e Arquitecto*, *ob. cit.*, p. 56.

⁹⁹IDEM, *Ibidem*, p. 59.

¹⁰⁰Não se conhece a data de nascimento de Manuel Pinto de Vilalobos; sabe-se que nasceu na cidade do Porto, e que era filho de Manuel Pinto Villa Lobos, natural de Évora, que antes de 1640 se terá fixado no Porto. Sabe-se, no entanto, que veio a casar com Maria Sanches da Costa, de quem teve um filho Manuel Pinto Vilalobos Sanches, nascido em Viana do Castelo a 27 de Agosto de 1691. Como era tradição, o filho seguiu a carreira profissional do pai. O facto de os três terem o mesmo nome, embora de gerações diferentes, tem gerado alguma confusão.

¹⁰¹A Aula de Fortificação e Arquitectura Militar foi criada por D. João IV em 13 de Julho de 1647 e surge da necessidade de organizar um Estado Moderno, que apostava na formação de um corpo de técnicos ao serviço da Coroa, assim como na reorganização de todo o sistema militar e numa nova gestão do território. Além dos

Este, em Março de 1683, indicava-o para trabalhar na província do Minho “*para tomar a doutrina de Miguel de Lescol.*”¹⁰³ A 1 de Janeiro de 1684 é chamado para trabalhar no Minho, tendo acompanhado o seu mestre em vários trabalhos, nomeadamente no projecto da Igreja de S. Vítor, em Braga. Quando Miguel de Lescole faleceu, a 2 de Fevereiro de 1688, Manuel Pinto de Vilalobos sucedeu-lhe, tendo sido nomeado, em Março de 1688, capitão engenheiro da província de Entre Douro e Minho. Além de ter continuado a actividade pedagógica de Lescole, também trabalhou em obras de engenharia militar e arquitectura civil iniciadas pelo mestre: em 1691 concluiu o edifício da Vedoria Militar (Fig. 11), onde hoje funciona o Arquivo Distrital de Viana do Castelo, e avançou com as obras da Coroada. Quando foi criada a Aula de Fortificação de Viana do Castelo, em 1701, tornou-se no seu primeiro mestre, tendo composto e traduzido vários tratados para complemento das suas aulas ao longo da sua carreira docente, como mais à frente veremos.



Fig. 11 – Casa da Vedoria

Manuel Pinto de Vilalobos revelou-se um artista multifacetado, trabalhando “*no campo da fortificação, da engenharia hidráulica, da traça retabulística e do urbanismo, nesta última modalidade se revelando um digno sucessor (e prático) das teses de Luís Serrão Pimentel.*”¹⁰⁴ A partir de 1714, dedica-se sobretudo a projectos de arquitectura civil e religiosa, dos quais se destacam: ampliação da Igreja Matriz de Ponte da Barca (1714); remodelação da Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo (1714 a 1722); claustro grande do

aspectos eminentemente políticos e estratégicos, a Aula de Fortificação e Arquitectura Militar contribuiu efectivamente para a formação de uma nova geração de engenheiros militares, que alargou as suas áreas de intervenção para a arquitectura civil e militar.

¹⁰²Luís Serrão Pimentel (1613-1679) é considerado o criador de uma tradição na arte de fortificar, herdeira dos sistemas italianos, francês e holandês; a obra póstuma “*Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*”, publicada em 1680 (primeira do género a ser escrita em língua portuguesa), está dividida em duas partes: na primeira, encontramos uma síntese resultante do seu trabalho de campo, de pareceres técnicos, e desenhos de fortalezas; na segunda parte, encontramos uma dissertação teórica destinada às necessidades dos engenheiros militares portugueses, que trabalhavam no reino e outros que em missão partiram para além fronteiras. Assim, esta obra consubstancia aspectos práticos e teóricos: *Nesta atitude epistemológica reconhecemos a continuidade de vertente experiencialista portuguesa cujas raízes próximas mergulham na cultura dos Descobrimentos quatrocentistas.* PEREIRA, José Fernandes – Luís Serrão Pimentel. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 354-355.

¹⁰³REIS, António Matos – *Caminhos da História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do séc. XVIII*, ob. cit., p. 167.

Hospital de S. Marcos, em Braga (1721 a 1723); aljube de Braga (iniciado em 1717); colabora ainda nas obras de transformação da Sé de Braga ocorridas no tempo do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1714-1732). Também lhe são atribuídas várias casas nobres de Viana do Castelo: Casa do fidalgo António Lobo da Cunha, Palácio da Carreira (ou Távora), Casa Félix Barreto da Gama, Casa do Mirante, Casa do Dr. Gonçalo de Barros, Casa do Abade João Bezerra de Abreu¹⁰⁵. A influência do seu traço estendeu-se a outras terras da Ribeira Lima, merecendo destaque, no Concelho de Ponte de Lima, a Casa Ferreira de Faldejães (freguesia de Arcozelo) e a Casa de Nossa Senhora da Aurora (freguesia de Ponte de Lima). É ainda particularmente relevante, no contexto do presente trabalho, a sua influência nas portadas armoriadas de algumas casas do Concelho de Ponte de Lima, que seguem um desenho erudito baseado na tratadística, que serviu também de modelo às portadas das fortalezas militares. Embora não seja possível fazer uma atribuição segura destas portadas a Manuel Pinto de Vilalobos, é evidente que houve uma assimilação dos modelos que ele e Miguel de Lescole introduziram.

Deste modo, a acção dos engenheiros militares Miguel de Lescole e Manuel Pinto de Vilalobos prolonga-se para além das obras que realizaram, através dos seus discípulos e colaboradores: os mestres pedreiros da família Alves do Rego¹⁰⁶ (João Alves do Rego, Feleciano Alves do Rego, José Alves do Rego, Domingos Gonçalves do Rego) e António Bernardes¹⁰⁷.

No entanto, outras figuras se destacam no panorama arquitectónico seiscentista e setecentista de Entre Douro e Minho: o mestre pedreiro de arquitectura Pascoal Fernandes¹⁰⁸

¹⁰⁴SERRÃO, Vítor – O Barroco. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003. Vol. 4. ISBN 972-23-3017. p. 142.

¹⁰⁵SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada). Vol. I.

¹⁰⁶Continua hoje a não ser possível demonstrar os laços exactos que ligavam todos os artífices deste apelido, mas não só a coincidência onomástica como a do lugar de origem indicam tratar-se da mesma dinastia. Cf. SOROMENHO, Miguel – Contributos para história da arte no Alto Minho nos séculos XVII e XVIII - I. Uma Linhagem de Pedreiros do Noroeste: Os Alves do Rego. *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo. ISSN 0871-4282. Tomo 23, (1998), p. 221-242.

¹⁰⁷Das obras de António Bernardes destaca-se a ampliação do Convento de Santa Ana, em Viana do Castelo (1696-1699), e posteriormente as obras da igreja do mesmo convento.

¹⁰⁷REIS, António Matos – *Caminhos da História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do séc. XVIII, ob. cit.*, p. 186-187.

¹⁰⁸Pascoal Fernandes nasceu a 15 de Abril de 1648 na freguesia de Lobão, no concelho da Feira. As vicissitudes profissionais levaram-no a deslocar-se primeiro para o Porto, onde trabalhou com o Padre Pantaleão da Rocha Magalhães, e depois para Braga, desde 1691 até à data da sua morte a 6 de Agosto de 1722. FERREIRA-

que trabalhou em Braga nas obras da Igreja de S. Vítor, provavelmente por indicação de Miguel de Lescole, que o terá conhecido no Porto, e seu filho, Manuel Fernandes da Silva, assim como André Soares.

Manuel Fernandes da Silva fez a sua formação de mestre de pedraria com seu pai, e a partir de 1693 começou a trabalhar em Braga (a primeira obra que arrematou sozinho, para a qual pediu autorização paterna, foi a Igreja de Santa Cruz, em Braga), tornando-se uma referência obrigatória na arquitectura bracarense da primeira metade de setecentos, assim como em toda a região de Entre Douro e Minho. Trabalhou frequentemente em parceria com seu pai¹⁰⁹ e em colaboração com Manuel Pinto de Vilalobos. Das suas obras de arquitectura civil salientam-se: a fachada da casa de Manuel da Costa Pessoa, no Campo de Santa Ana, (1699), o palácio dos Meira Carrilho, no Campo de Santiago (1703), o palácio do Deão da Sé Francisco Pereira da Silva, na rua dos Biscaínhos (1712), o Aljube (1717-1718) e o chafariz do Largo do Paço (1723-1724), em Braga; uma casa na quinta de S. Miguel, em Sande, Guimarães (1713); e o palácio do Cónego António Felgueira Lima (Fig. 12), no largo de S. Domingos, em Viana do Castelo (1723-1724)¹¹⁰. Miguel Soromenho, contrariamente a António Matos Reis e a Manuel Joaquim Pereira da Rocha, atribui esta última obra a Manuel Pinto de Vilalobos, entre outras razões, pela sua notável semelhança com o edifício da Vedoria Geral de Viana do Castelo¹¹¹ (Cf. Fig. 11).

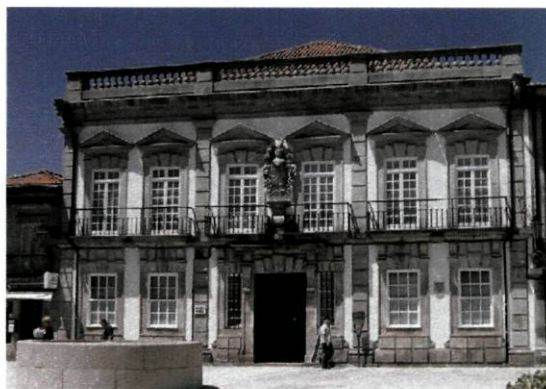


Fig. 12 – Palácio do Cónego Felgueira Lima

Na impossibilidade de esclarecer com rigor quem de facto desenhou as portadas, procurámos contextualizar a acção dos engenheiros militares, dos arquitectos e dos mestres

ALVES, Joaquim Jaime B. – Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga – Actas do Congresso Internacional*, Vol. II/2, 1990, p. 395-404.

¹⁰⁹ Destas obras destacam-se: a sacristia da Sé de Braga, segundo projecto de João Antunes (1698); a remodelação da residência do Cónego Francisco de Meira Carrilho (1702); a Igreja dos Terceiros de S. Francisco e o Palácio dos Irmãos Meira Carrilho, em Braga (1703); o claustro do Colégio de Nossa Senhora do Pópulo (1706) e a capela do Bom Jesus de Fão (1710). ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva: Mestre e Arquitecto de Braga 1693-1751*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996.

¹¹⁰ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva: Mestre e Arquitecto de Braga 1693-1751*, ob. cit., p. 157-176.

pedreiros mais activos na região de Entre Douro e Minho, e portanto os mais requisitados, que independentemente de terem ou não sido os autores das mesmas, foram decerto, através das suas obras, os seus agentes promotores. Assim, a persistência da linguagem maneirista e tardo-maneirista de algumas portadas setecentistas do concelho de Ponte de Lima, denuncia a influência dos engenheiros militares e dos arquitectos e mestres de pedraria que foram influentes nos finais do século XVII e durante a primeira metade do século XVIII, tendo-se posteriormente assistido a uma evolução artística na segunda metade deste século.

André Soares “*foi um dos maiores artistas portugueses e talvez o mais importante que o Norte produziu no século XVIII.*”¹¹² Herdeiro do barroco de Nasoni¹¹³ e da obra de Marceliano de Araújo¹¹⁴, evoluiu para uma nova linguagem artística de teor naturalista fundamentada nas estampas de arquitectura e decoração, provenientes de França e da Alemanha meridional. Apesar da curta vida do artista bracarense, a sua obra foi determinante para a região de Entre Douro e Minho, correspondendo a um período de viragem na produção artística da região, na segunda metade do século XVIII:

*“a verdade é que houve um período excessivamente longo de vida dos valores do maneirismo, de tal forma que se prolongou bastante pela primeira metade do século XVIII.”*¹¹⁵

Assim, com André Soares emerge uma nova linguagem arquitectónica e decorativa, que sendo baseada na tratadística *rocaille*, sobretudo através das estampas de Juste-Aurèle Meissonier, dos irmãos Klauber e de Franz Xaver Habermann, assumiu um cunho pessoal –

¹¹¹SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura, ob. cit.*, p. 185-188.

¹¹²SMITH, Robert C. – *André Soares: arquitecto do Minho*. “Col. Estudos de Arte”. Lisboa: Livros Horizonte, 1973. p. 9.

¹¹³SMITH, Robert C. – *Nicolau Nasoni 1691-1773*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

¹¹⁴A primeira obra documentada de André Soares (1747), a iluminura do frontispício dos Estatutos da Irmandade do Bom Jesus e Santa Ana, mostra o conhecimento e a influência da obra de talha de Marceliano de Araújo: “*Encontramo-las nas cascas vegetais combinadas com grinaldas e cestos de flores e frutas, na cabeça do gordo anjinho, no fundo em forma de mosaico à moda francesa, na concha isolada em baixo, e sobretudo na forma da linha curva que passa por cima dela*”. SMITH, Robert C. – *André Soares: arquitecto do Minho, ob.cit.*, p. 15. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – Marceliano de Araújo. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 37-38.

¹¹⁵OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Os Alvares do Rococó em Guimarães e outros estudos sobre o barroco e o rococó no Minho*. Braga: Edições APPADDM, 2003. ISBN 972-8699-24-7. p. 20.

“*haverá necessariamente escolhas, combinação de modelos, simplificações, “aportuguesamentos.”*”¹¹⁶ Da sua obra destacam-se trabalhos nos campos da arquitectura civil e religiosa, e da talha; e a sua influência espalhou-se por toda a região de Entre Douro e Minho, tendo trabalhado na Ribeira Lima, nomeadamente em Viana do Castelo (no âmbito da arquitectura civil, a Casa dos Malheiros Reimão (c.1758), obra atribuída; dos trabalhos de talha: o retábulo da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Agonia (1761-1762), e o retábulo de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja de S. Domingos (1760-1762)) e nos Arcos de Valdevez (a Igreja de Nossa Senhora da Lapa (1765) e a Capela do Crucifixo da Igreja de S. Salvador (1765-1767), obras atribuídas).

No concelho de Ponte de Lima não são conhecidas, para já, obras de sua autoria; contudo, a linguagem decorativa que preconizou, designadamente a utilização de formas plásticas de concheados, de jarros flamejantes, de volutas sinuosas de forma assimétrica, encontra-se em muitas igrejas e capelas do concelho (Igreja Paroquial de Moreira de Lima, Igreja Matriz de Vilar das Almas, Igreja Matriz de Cabração, Igreja do Santuário do Senhor do Socorro, na freguesia de Labruja, e no Retábulo da Capela da Casa da Freiria em Arcozelo, que segundo Eduardo Pires de Oliveira é do risco de André Soares), assim como em algumas casas, nomeadamente no emolduramento dos vãos da Casa das Torres (freguesia da Facha) e da Casa de Santa Baia (freguesia de Gaifar), bem como em muitas cartelas decorativas que enquadram as pedras de armas, em particular as da segunda metade do século XVIII. Quanto à Casa das Torres, existe documentação que embora não identifique o autor do risco da casa, esclarece determinados aspectos referentes à sua construção. Assim, em 18 de Dezembro de 1751, foi lavrada uma escritura de contrato e obrigação entre André Pereira da Silva, *brasileiro* de torna-viagem, que tendo enriquecido no Brasil pretendia construir uma casa (Casa das Torres, freguesia da Facha), e Pedro Gonçalves de Carvalho, mestre pedreiro do lugar do Pedregal, da freguesia de Poiães:

¹¹⁶PEREIRA, José Fernandes - André Soares. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 454.

“para a construção na sua quinta da Ribam, de umas casas torres com suas duas torres, pela quantia de um conto e quatro centos e cinquenta mil reis, no prazo de dois anos.”¹¹⁷

Existe um forte paralelismo entre os elementos decorativos da Casa das Torres e as formas rococó desenhadas por André Soares, que não seriam estranhas a Pedro Gonçalves de Carvalho, já que os dois trabalharam em colaboração. Sabe-se que Pedro Gonçalves de Carvalho trabalhou na reconstrução da Capela de Santa Maria Madalena da Falperra (1753/1755)¹¹⁸, obra de André Soares. Deste modo, na ausência de mais dados, podemos inferir que as novas formas arquitectónicas e decorativas foram assimiladas pelos artífices da região, que criaram um vocabulário artístico mais rico e mais diversificado.

Ponte de Lima situava-se na zona de influência de dois centros artísticos importantes - Braga e Viana do Castelo - pelo que não é de estranhar que, apesar da sua ruralidade, aí se encontrem obras de grande qualidade arquitectónica. Com efeito, os encomendadores, figuras destacadas da corte, altas patentes militares, comerciantes abastados e também aqueles que fizeram fortuna em terras distantes, conhecendo o que de melhor se fazia naquelas urbes, souberam encontrar os artistas mais esclarecidos e experientes para riscar as suas casas.

No séc. XIX, os autores do risco de arquitectura continuam a ter uma formação muito heterogénea. Com efeito, para as residências oitocentistas do concelho de Ponte de Lima que destacámos, encontramos arquitectos amadores, engenheiros civis e mestres pedreiros.

Como arquitecto amador surge-nos a figura carismática do Dr. António Inácio Pereira de Freitas¹¹⁹ ligado à construção da sua residência - o *Chalet* do Dr. Freitas - hoje conhecido como Vila Belmira, na vila limiana. O *Chalet* é um curioso exemplar de revivalismo romântico, da autoria do proprietário, que se terá inspirado, como D. Fernando II com o Palácio da Pena, nos castelos da Baviera. As obras terão sido realizadas pelo mestre pedreiro

¹¹⁷O Pe. António José Baptista fez um notável levantamento documental no Registo Paroquial da Facha e encontrou elementos importantes para o estudo das casas da sua freguesia, nomeadamente da Casa das Torres. BAPTISTA, António José - A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 128 – Ano XXII, (1988), p. 3-4.

¹¹⁸PEREIRA, José Fernandes – Igreja de Santa Maria Madalena da Falperra. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) - *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 184-186.

¹¹⁹O Dr. António Inácio Pereira de Freitas, nascido nas Caldas de Vizela, em 1842, exerceu medicina na Vila de Ponte de Lima durante cerca de trinta anos. Além da sua actividade profissional era um dinamizador cultural por paixão, tendo estado ligado a várias instituições limianas, como os Bombeiros Voluntários, a extinta

António Pereira Correia e pelo mestre marceneiro António Mourão¹²⁰. A actividade artística do Dr. Freitas não se limitou aos projectos de arquitectura. Efectivamente, foi ele quem desenhou o jardim fronteiro ao Paço de Bertandos, quando se tornou necessário vedar a frente do paço com uma sebe, em consequência da abertura da Estrada Real nº 25, em 1875¹²¹. Este jardim foi totalmente suprimido no final da década de quarenta do séc. XX, mas dele existem registos fotográficos (Figs. 13 e 14) do início do mesmo século¹²².



Fig. 13 – Jardins do Paço de Bertandos
(Fotografia cedida por Amândio de Sousa Vieira)

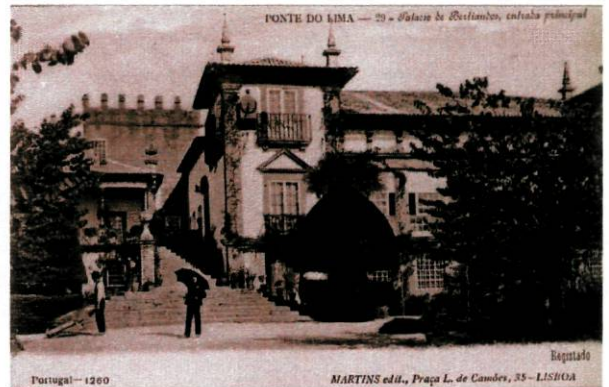


Fig. 14 – Jardins do Paço de Bertandos
(Fotografia cedida por Amândio de Sousa Vieira)

Ainda do fim do séc. XIX destaca-se a Vila Morais, mandada construir por um rico *brasileiro* de torna-viagem, João Francisco Rodrigues de Morais, e que terá sido inicialmente riscada pelo Eng.º Rodrigues Nogueira (autor do Palacete Sottomayor, em Lisboa). António Tomás Ferreira Cardoso, autor de diversos riscos de casas de *brasileiros* na cidade do Porto, esteve posteriormente associado ao projecto, sendo conhecidos os desenhos dos alçados de sua autoria¹²³. Ligado ainda a este edifício encontramos António Pereira Correia, mestre pedreiro de Arcozelo, que como referimos anteriormente foi responsável pela construção do *Chalet* do Dr. Freitas.

Assembleia Limarense, o Teatro Diogo Bernardes e a Associação Artístico-Comercial. Faleceu em 1905, e segundo o Conde D'Aurora, pobre.

¹²⁰Cf. MORAIS, Adelino Tito de – *Arquitectura Brasileira em Terras Limianas. O Anunciador das "Feiras Novas"*. Ano IV. II série. Nº IV. Ponte de Lima: 1987. p. 25-28.

¹²¹Cf. AURORA, Conde D' – *O Solar de Bertandos. Separata da Revista Lusitana*, nº 8. Porto, 1956. p. 10.

¹²²Cf. VIEIRA, Amândio de Sousa – *Ponte de Lima. Outros tempos: 1858-1949*. 2.ª ed. Ponte de Lima: Edição Foto Lethes, 2000. ISBN 972-96357-0-6. p. 64-65.

¹²³Cf. MORAIS; Adelino Tito de – *Palacete Villa Moraes: subsídios históricos*. Ponte de Lima: Ed. A., 1995. p. 10-11.

CAPÍTULO II

ESTUDO TIPOLOGICO DAS PORTADAS

CAPÍTULO II

ESTUDO TIPOLOGICO DAS PORTADAS

Para o estudo tipológico, considerámos “*a análise, descrição e classificação de formas típicas*”¹²⁴ das portadas sob duas perspectivas distintas: a composição arquitectónica e o enquadramento.

Estas classificações são sobretudo operacionais e visam a compreensão do “*sistema de significações*”¹²⁵ desta estrutura arquitectónica, segundo o método científico proposto por Erwin Panofsky: a análise formal, a identificação iconográfica e a descodificação do “*sentido de ser.*”¹²⁶

A definição das tipologias foi estruturada a partir da análise objectiva das portadas, e envolveu várias visitas às diferentes casas do concelho de Ponte de Lima.

Quanto à seriação das tipologias arquitectónicas, procurámos identificar grupos de portadas cujos elementos estruturais comuns justificassem uma classificação, “*como redução de uma série de variantes formais a uma suposta estrutura comum.*”¹²⁷

Em primeiro lugar, considerámos os diferentes tipos de vãos de porta e respectivos emolduramentos, os panos de muro adjacentes, e os distintos modelos de entablamento. Os elementos decorativos e identificativos foram igualmente apreciados; contudo, apesar de estes serem fundamentais, não permitem, por si só, qualquer classificação, sendo em muitos casos comuns a mais do que uma tipologia.

A tipologia arquitectónica mais frequente no concelho de Ponte de Lima consiste num vão de porta inserido num pano de muro coroado por uma cornija arquivada encimada por elementos decorativos (Tipo 1 e suas variantes, ver Tabela 1 e Fig. 37). Um segundo grupo de portadas apresenta uma composição influenciada pela arquitectura militar seiscentista e setecentista e pela tratadística, constituída por um corpo central de grande aparato, ladeado

¹²⁴RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. 3.ª ed. Lisboa: Quimera Editores, 2002. ISBN 972-589-072-8. p. 259.

¹²⁵ALCOFORADO, Diogo – A Igreja dos Terceiros do Carmo: contribuição para uma leitura da sua fachada. Separata da “*Revista de História*”. Porto: Edição do Centro de História da Universidade do Porto, 1979. Vol III, p. 5.

¹²⁶FORSSMAN, Erik – *Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos Séculos XVI-XVII*. Porto: Editorial Presença, 1990. ISBN 972-23-1276-6. p. 9.

¹²⁷CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. 2ª ed. Porto: FAUP Publicações, 1999. ISBN 972-9483-31-0. p. 119.

por panos de muro mais baixos, podendo o entablamento ser ou não ser comum às duas estruturas (Tipo 2 e variantes, ver Tabela 1 e Fig. 37). Um reduzido número de portadas apresenta um entablamento constituído por uma cornija arquivada ondulada (Tipo 3, ver Tabela 1 e Fig. 37). Por fim, temos portadas constituídas por pilares unidos por portões de ferro forjado (Tipo 4 e variantes, ver Tabela 1 e Fig. 37).

No âmbito da classificação das tipologias de enquadramento, conferimos as diferentes formas de articulação da portada com o conjunto edificado, isto é, as relações da portada com a casa, com a capela vincular, e com outras dependências.

Procurámos, igualmente, estabelecer uma correlação entre as duas tipologias, tendo verificado que existe uma relação directa entre a posição da portada e a sua qualidade arquitectónica.

As propriedades são frequentemente muradas, e dependendo da sua dimensão, os muros que as circunscrevem podem ser animados por uma ou várias portadas, das quais uma é mais monumental.

O nosso estudo visa, sobretudo, as portadas de aparato; constatámos, no entanto, que se podem encontrar portadas de qualidade arquitectónica distinta, conforme a posição que ocupam. Assim, aquelas que se situam nos terrenos essencialmente agrícolas têm uma estrutura simples. Pelo contrário, as que se relacionam directamente com o conjunto edificado, ora antecipando-o, ou interligando-o, são por excelência o “espelho da casa”, daí a reforçada qualidade arquitectónica, cumprindo a função de honrar os senhores. Frequentemente, a qualidade da portada supera a da própria casa, e em casos extremos ficou-se mesmo pela portada e pela capela, não se tendo chegado a construir qualquer casa (Casa de S. Bento, freguesia de Fontão).

As portadas autonomizadas são as mais frequentes no Concelho de Ponte de Lima (Tipos A e B, ver Tabela 2 e Fig. 38), e ao definirem um eixo longitudinal com a fachada nobre da casa, projectam-na cenograficamente para o exterior, alcançando no entanto uma personalidade própria relativamente ao conjunto edificado.

Na Casa de Pomarchão, na freguesia de Arcozelo, reconstruída na segunda metade do século XVIII, foi criado um equilíbrio exemplar entre as várias partes do conjunto edificado. A fachada principal, voltada a nascente, possui uma bela escadaria que permite o acesso ao andar nobre, encontrando-se exactamente em eixo com a portada que antecipa a casa. Nos

períodos barroco e rococó, procura-se definir um equilíbrio entre a fachada nobre e a escadaria, que no caso das habitações rurais fica no exterior, passando frequentemente por um jardim de recreio, ou por um pátio, terminando na portada de aparato. O esquema seguido na Casa de Pomarchão não é caso único, sendo pelo contrário muito frequente em toda a Ribeira Lima.

Noutras situações, quando a portada está adossada à casa ou à capela vincular, ou as liga formando um frontispício (Tipos C, E e F- ver Tabela 2 e Fig. 38), os motivos decorativos podem repetir-se numa e noutra estrutura, formando um conjunto de grande uniformidade. Algumas vezes, a portada integra a capela (Tipo D), constituindo um alçado único. Em todos estes casos, a portada insere-se no conjunto edificado, sem no entanto perder a sua individualidade.

Verificámos igualmente que houve uma evolução: as portadas do início do século XVIII, maciças, altas e imponentes, (como se tratasse da portada de uma cintura de muralhas de uma cidade ou fortaleza), tornam-se mais decorativas especialmente no período rococó. Recorre-se às formas onduladas e sinuosas, e as portadas abrem-se ao exterior (com vãos de janela ou porta), rasgando-se janelas nos panos de muro adjacentes, que permitem fruir o pitoresco das vistas. Em consequência destas transformações, as portadas perdem o carácter defensivo que tinham anteriormente: os panos de muro adjacentes tornam-se mais baixos, os símbolos heráldicos (merlões e pedras de armas) desaparecem, e a fechar o vão surgem portões de ferro forjado, alguns de grande valor artístico. Desta forma, a relação da casa com o exterior torna-se mais dinâmica, estabelecendo-se uma certa continuidade. As alterações ocorridas não diminuem a monumentalidade da portada, revelam apenas uma mudança de gosto e de mentalidades. Como diz João Vieira Caldas:

*“O sentido de porta enquadrada pelo muro desaparece e com ele a afirmação genealógica das famílias nobres. A pedra de armas que caracterizava, nos portões fidalgos, o coroamento superior é substituída por duas estátuas, urnas ou outros remates que encimam os pilares laterais.”*¹²⁸

¹²⁸CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, ob. cit., p. 57.

No decurso deste projecto de investigação, o estudo tipológico das portadas permitiu-nos reflectir sobre esta estrutura, as suas funções e significados, suscitando-nos, no entanto, inúmeras interrogações; assim, temos dúvidas, nalguns casos, que o enquadramento actual das portadas seja exactamente o mesmo que terá sido no passado. É conhecido o caso da portada desenhada por Nicolau Nasoni, que foi deslocada do Palácio do Freixo, na cidade do Porto, para a freguesia de Vitorino das Donas, encontrando-se actualmente integrada no muro de vedação da Casa da Torre das Donas (Figs.15 e 16).



Fig. 15 – A portada de Nasoni no Palácio do Freixo (Ext. de TÁVORA, D. Luís de Noronha e – Um Antigo Portão da Quinta do Palácio do Freixo? *O Tripeiro*. 5ª Série. Ano IX, nº 2, Porto, Jun. 1953. p. 62)



Fig. 16 – A portada de Nasoni na sua localização actual na freguesia de Vitorino das Donas.

Este caso singular, por se tratar de uma obra de reconhecido valor artístico, ajuda a ilustrar os problemas resultantes da deslocação de uma portada, e a sua consequente descontextualização em relação ao programa arquitectónico original; daí a relatividade desta classificação.

A questão da deslocação das portadas está directamente ligada com factores externos de grande impacto. O desenvolvimento e a modernização ao longo do tempo, com abertura de novas vias de comunicação, alteraram em muitos casos o traçado das propriedades, obrigando a uma nova articulação dos espaços. Assim, na sequência destas transformações, muitas portadas foram remetidas para estradas e caminhos que se tornaram secundários. Acontece

encontrar-se uma magnífica portada longe do seu real enquadramento; nestes casos, a portada não só perde as suas funções, como é secundarizada, correndo o risco de gradual degradação.

Outros factores concorrem para a alteração das portadas, como a mudança de proprietários, as sucessivas partilhas de bens, a degradação das casas abandonadas e a reconstrução de casas antigas.

Muitas são as casas do Concelho de Ponte de Lima que ainda se encontram na família dos seus primitivos senhores e que, apesar das várias transformações que sofreram ao longo dos tempos, mantiveram basicamente a mesma estrutura arquitectónica, respeitando uma tradição histórica baseada na continuidade; outras casas mudaram de proprietários, e as perspectivas alteraram-se. Tudo pode acontecer, dependendo das expectativas do novo proprietário e do estado de conservação do conjunto edificado. Conhecemos casos em que as casas foram totalmente modificadas, tendo permanecido aqui e acolá uma pálida memória de um passado longínquo. Normalmente são as pedras aparelhadas e artisticamente esculpidas que integram um arranjo novo. Algumas portadas sobreviveram pela sua imponência, pelo respeito de uma memória e tradição, muito embora tenham sofrido reajustamentos com a nova realidade; outras foram demolidas. Com as partilhas de bens ocorrem muitas vezes situações drásticas para a harmonia e preservação das casas, as quais, apesar de se conservarem na mesma família, vêm a ser divididas; em consequência, surgem novos equilíbrios, criando-se frequentemente outros acessos. Onde, novas portadas são construídas, e as pré-existentes deixam de fazer sentido em relação ao programa inicial. Muitas vicissitudes ilustram a deslocação das portadas, ou as suas alterações, e o seu estudo suscita vários pontos de debate.

As atribuições cronológicas tornam-se igualmente discutíveis, se pensarmos no reaproveitamento de elementos arquitectónicos, decorativos e identificativos. Não podemos também esquecer o fenómeno dos revivalismos, e o consequente recurso a modelos pré-existentes. Um exemplo paradigmático é a portada da Casa das Torres (freguesia da Facha), que tendo sido construída na primeira metade do século XX, apresenta uma gramática arquitectónica e decorativa própria do período barroco.

Sendo assim, optámos também por considerar as portadas tal como se apresentam, embora conscientes de que algumas podem incluir elementos deslocados. Para a sua datação, baseámo-nos na leitura formal das portadas, nas pedras de armas, quando existentes, no cruzamento das informações recolhidas durante a pesquisa, e nos exemplares datados.

Das oitenta e oito portadas referenciadas, dezoito estão datadas. Assim identificámos: uma portada do século XVI (Casa da Cavada na freguesia da Facha, considerando a data inscrita no lintel, 1592, e a pedra de armas); sete portadas do século XVIII (Casa da Boavista na freguesia de Moreira de Lima, 1704; Casa de Sá na freguesia de Sá, 1714; Casa do Bárrio na freguesia de Moreira de Lima, 1726; Casa de S. Bento na freguesia de Fontão, 1734; Casa de Fundevila na freguesia de Fontão, 1756; Casa de Pomarchão na freguesia de Arcozelo, 1760; Casa de Santa Baia na freguesia de Gaifar, 1774); e dez portadas do século XIX (Quinta de Nelas na freguesia de Moreira de Lima, 1802; Antigo Convento de Vale de Pereiras na freguesia de Arcozelo, 1806; Casa do Espírito Santo na freguesia de Moreira de Lima, 1878; Casa da Quinta da Conceição na freguesia de Arcozelo, 1880; Casa do Corunheira na freguesia de Ribeira, 1885; Paço de Calheiros na freguesia de Calheiros, 1889; Vila Morais, na freguesia de Ponte de Lima, 1892 e 1894; Casa de Covas na freguesia de Moreira de Lima, 1893, Quinta do Bom Gosto na freguesia de Seara, 1900).

2.1 - TIPOLOGIAS ARQUITECTÓNICAS

O conjunto das portadas inventariadas foi classificado em quatro Tipos principais, nos quais se identificaram elementos estruturais comuns, criando modelos que ainda hoje perduram. Estes tipos foram subdivididos em variantes, sempre que tal se justificou. Para ilustrar cada uma destas tipologias apresentam-se esquemas em que se ressaltam os respectivos elementos estruturais característicos, tendo por base a imagem de um exemplar fotografado. As portadas que não se enquadram nestes quatro Tipos, por serem exemplares ímpares, foram agrupadas sob a designação de “Tipologias Específicas”. Há ainda um reduzido número de portadas que optámos por não classificar:

- Portadas que se encontram em ruína, ou muito degradadas, não sendo possível a sua leitura global correcta: **Tipologia não identificável** (Casa de Barreiros, na freguesia de Anais, Quinta da Cavada, na freguesia de Correlhã, Quinta da Casalta, na freguesia de Fojo Lobal e Casa do Casal, na freguesia de Gondufe);
- Portada cuja história está perfeitamente documentada, tendo sido deslocada do seu enquadramento original, pelo que a sua classificação no contexto geográfico deste trabalho não faz sentido: **Tipologia não atribuída** (Portada de Nasoni, virada a sul, no muro de vedação da Casa da Torre das Donas, na freguesia de Vitorino das Donas);

TIPO 1 - Portadas que apresentam um vão de porta com ombreiras rectas e lintel recto (ou eventualmente curvo)¹²⁹, com ou sem panos de muro adjacentes, limitados por pilastras - tudo coroado por uma cornija arquivada. Sobre a cornija, podem-se encontrar vários elementos decorativos ou identificativos, dispostos simetricamente em relação ao eixo da composição. Os panos de muro, quando estão presentes, podem ter altura e largura variáveis, podendo ser aparelhados, rebocados e pintados, ou de aparelho *incertum* – prevalecendo, neste caso, as cores e texturas do granito. Quando os panos são pintados, a cor branca domina, criando-se um contraste com a cor do granito dos elementos estruturais (o embasamento, as pilastras, o

¹²⁹Incluiu-se ainda nesta tipologia a Casa do Morgado do Outeiro, na freguesia da Correlhã, que apresenta um vão de porta em arco.

entablamento, as ombreiras e o lintel) e dos elementos decorativos e identificativos. A fechar o vão, podem encontrar-se portões de ferro ou de madeira.

Do ponto de vista da composição, trata-se de uma estrutura rectangular, simétrica, que se torna mais dinâmica quando no eixo da portada se encontra uma pedra de armas, ou uma cruz. Neste caso, pode falar-se da intersecção de duas figuras geométricas: um rectângulo e um triângulo equilátero. O rectângulo é definido pelos panos de muro delimitados pelas pilastras e cornija, com o vão de porta, ao centro; e o triângulo, pelas linhas oblíquas que partem da base das pilastras, e que se unem no elemento decorativo ou identificativo (pedra de armas, cruz) no eixo da composição (Fig. 17).



Fig. 17 - Esquema do Tipo 1 (Casa de Pombeiro de Sabadão)

Esta tipologia arquitectónica é a mais comum do Concelho de Ponte de Lima (ver Tabela 1 e Fig. 37), e representa o arquétipo do primeiro grupo. Consideram-se ainda quatro variantes do esquema base, cujas características específicas permitem a sua classificação autónoma.

TIPO 1.1 - Portadas que seguem o esquema base do Tipo 1, com a particularidade de apresentarem vãos de janela e ou de porta, nos panos de muro adjacentes ao vão principal. Estes vãos adicionais podem ser dois, um de cada lado do eixo da composição, ou só um. Os vãos, independentemente de serem de janela ou de porta, permitem uma maior visibilidade e articulação entre o interior e o exterior da propriedade, e assumem várias funções: alternativa ao vão principal, no caso dos vãos de porta; a função lúdica, quando se trata de vãos de janela

com conversadeiras, no lado interior da portada; e a de iluminar, quando as portadas integram a capela, ou outras dependências. Do ponto de vista estético, os vãos cumprem igualmente um papel importante, criando um jogo de oposições, particularmente relevante no período barroco: superfície fechada, e aberturas (Fig. 18).



Fig. 18 - Esquema do Tipo 1.1 (Casa do Paço)

TIPO 1.2 - Portadas que diferem do Tipo 1 ao nível do entablamento. Nestes casos, a cornija arquitravada apresenta-se total ou parcialmente telhada, sendo decorada com o mesmo tipo de elementos decorativos ou identificativos das restantes tipologias (Fig. 19).

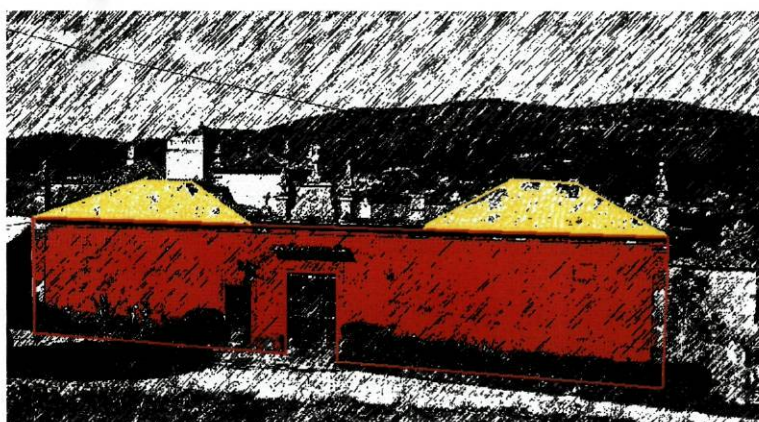


Fig. 19 - Esquema do Tipo 1.2 (Casa do Barreiro)

TIPO 1.3 - Portadas que diferem do Tipo 1 ao nível do entablamento, já que a sua cornija arquitravada recta se encurva, formando uma espécie de tímpano(s), para receber a(s) pedra(s) de armas (Fig. 20).



Fig. 20 - Esquema do Tipo 1.3 (Casa de Fundevila)

TIPO 1.4 - Portada que segue o arquétipo do Tipo 1 no essencial - pano de muro, com vão de porta com ombreiras e lintel rectos, ao centro, limitado nas extremidades (neste caso ímpar) por meias colunas adossadas - tudo coroado por uma cornija arquitravada. A originalidade desta variante está na forma côncava do pano de muro, e na conseqüente curvatura da cornija (Fig. 21).

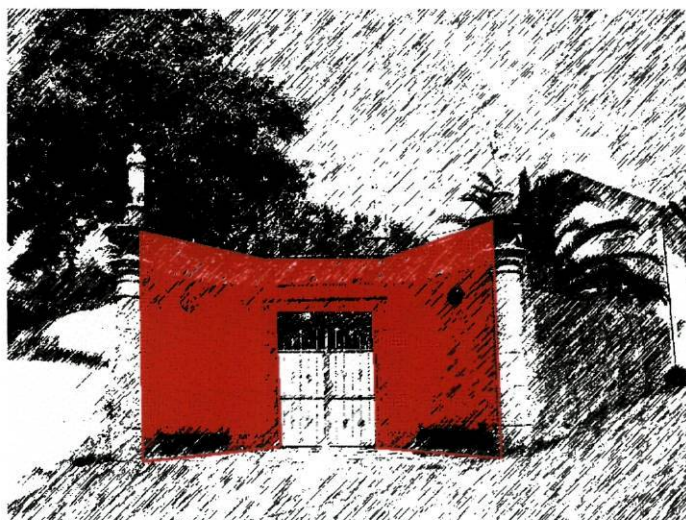


Fig. 21 - Esquema do Tipo 1.4 (Casa do Corunheira)

TIPO 2 – Portadas que apresentam uma composição arquitectónica erudita, influenciada pela tratadística. São constituídas por um corpo central autónomo de granito, de aparato, limitado por pilastras ou por colunas embebidas, com um vão de porta que pode ser em arco de volta perfeita, ou com ombreiras e lintel rectos, com ou sem recurso ao rusticado. No entablamento, é frequente encontrar um frontão interrompido e contracurvado com pedras de armas, ao centro. Este corpo é ladeado por panos de muro mais baixos, limitados por pilastras, e rematados por uma cornija arquivada, encimada por elementos decorativos. Os panos podem eventualmente ser encurvados, e ou decorados com pilastras, criando composições dinâmicas (Fig. 22).

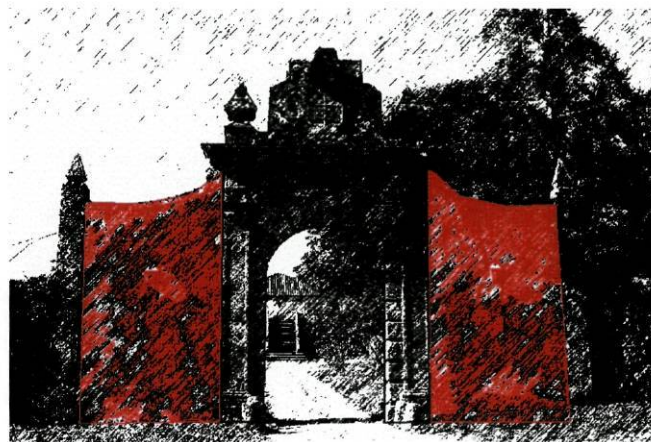


Fig. 22 - Esquema do Tipo 2 (Casa da Boavista)

TIPO 2.1 - Portadas que seguem o esquema base do Tipo 2, em que se identifica um corpo central; contudo, este não é autónomo, no sentido em que partilha elementos do entablamento com os panos de muro que lhe são adjacentes (Fig. 23).



Fig. 23 - Esquema do Tipo 2.1 (Casa da Lage)

TIPO 2.2 - Portadas que se distinguem do Tipo 2, ou da variante 2.1, por apresentarem vãos de janela ou de porta nos panos de muro adjacentes ao corpo central (Fig. 24). Estes vãos têm funções idênticas às que se indicaram para o Tipo 1.1.

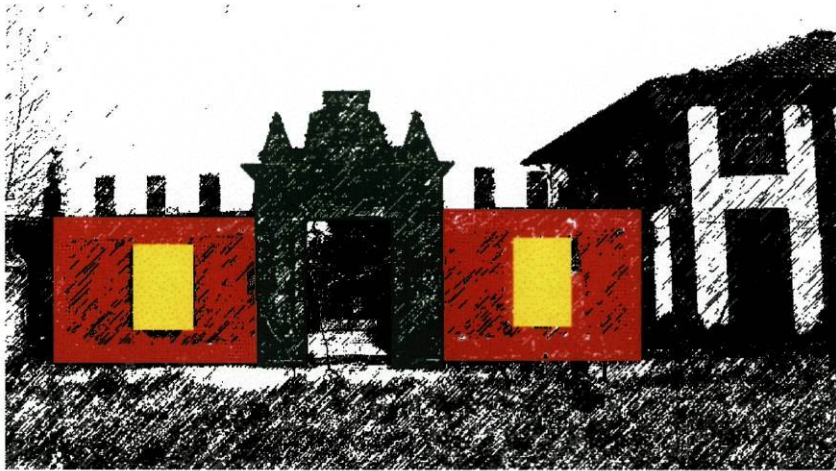


Fig. 24 - Esquema do Tipo 2.2 (Casa da Quinta de Sabadão)

TIPO 3 - Portadas com vão de porta enquadramento num pano de muro limitado por pilastras e encimado por uma cornija arquitravada ondulada, em que se insere uma pedra de armas (ou um símbolo heráldico), seguindo um esquema frequente nos remates da arquitectura portuguesa setecentista (Fig. 25).



Fig. 25 - Esquema do Tipo 3 (Casa de Nabais)

TIPO 4 - Portadas cujo vão de porta (sem coroamento) é definido por dois pilares (por vezes de estrutura monumental, assumindo um papel de destaque pela sua elegância e verticalidade), unidos por portões de ferro forjado (alguns de belo trabalho artístico), com panos de muro adjacentes (Fig. 26).



Fig. 26 - Esquema do Tipo 4 (Casa da Freiria)

TIPO 4.1 - Portadas que diferem do Tipo 4 porque o vão de porta é definido por pilastras adossadas aos panos de muro, imitando pilares (Fig. 27).

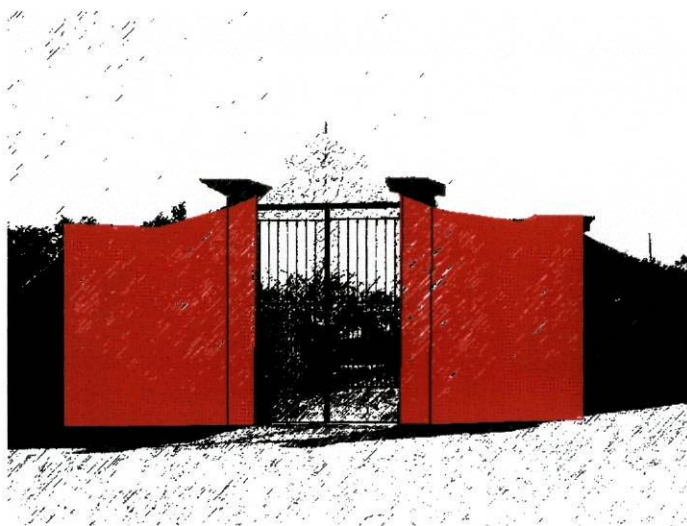


Fig. 27 - Esquema do Tipo 4.1 (Casa do Espírito Santo)

TIPO 4.2 - Portadas que diferem do Tipo 4, ou da variante 4.1, porque apresentam vãos de janela nos panos de muro adjacentes ao vão de porta (Fig. 28). Estes vãos têm funções idênticas às que se indicaram para os Tipos 1.1 e 2.2.

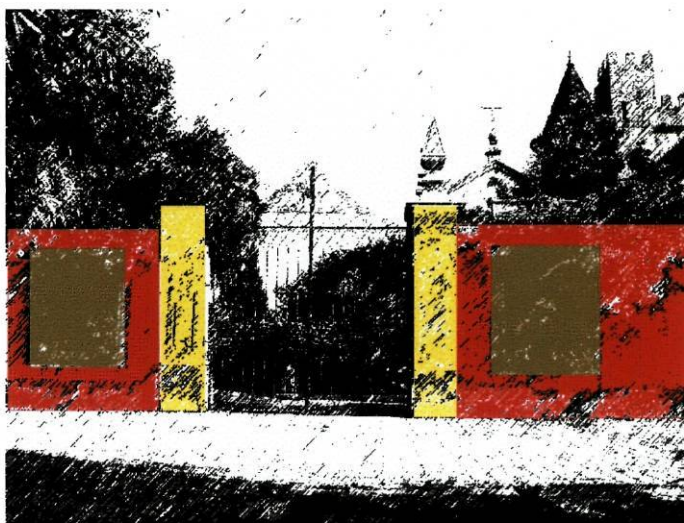


Fig. 28 - Esquema do Tipo 4.2 (Casa da Torre da Pousada)

TIPO 4.3 - Portada que difere do Tipo 4 porque o vão de porta, definido por dois pilares, é coroado por um lintel curvo, tudo encimado por um frontão interrompido (Fig. 29). Pela predominância dos pilares incluiu-se esta portada no Tipo 4, ainda que o conjunto possa apresentar algumas semelhanças com o Tipo 2.



Fig. 29 - Esquema do Tipo 4.3 (Quinta de Nelas)

TIPO 4.4 - Portada definida por dois pilares, unidos por panos de muro a um vão de porta de ombreiras e lintel rectos, coroado por uma cornija arquitravada, encimada por elementos decorativos (Fig. 30).

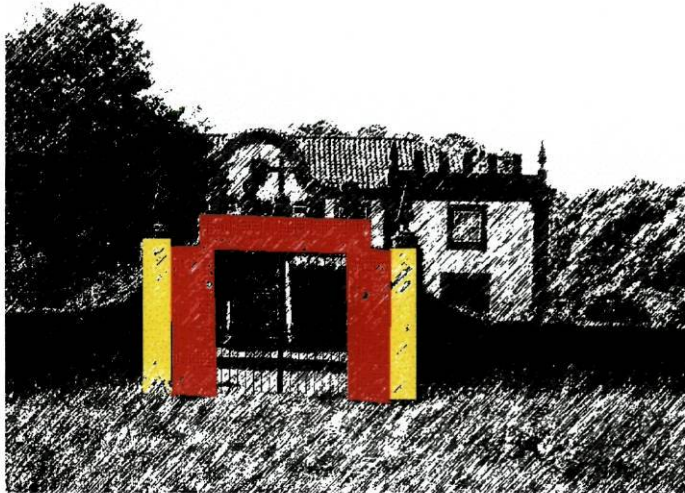


Fig. 30 - Esquema do Tipo 4.4 (Casa de Proence)

Tipologias específicas - Portadas que apresentam uma estrutura singular que não se enquadra em nenhum dos Tipos anteriores, constituindo exemplares únicos que não serviram de modelo para outras portadas. Estão neste caso a portada Sul do Paço de Bertandos (freguesia de Bertandos), as portadas da Quinta do Bom Gosto e da Vila Marieta (freguesia de Seara), e a portada da Vila Belmira (freguesia de Ponte de Lima).

TABELA 1 - TIPOLOGIAS ARQUITECTÓNICAS

Tipo 1	Casa de Carreira-Cova, freguesia de Anais Casa da Graciosa, freguesia de Arca Casa de S.Bento, freguesia de Arca Casa da Granja, freguesia de Arcozelo Casa de Pombeiro de Sabadão, freguesia de Arcozelo Casa do Antepaço, freguesia de Arcozelo Paço de Merece, freguesia de Calvelo Quinta da Torre da Anta, freguesia da Correlhã Casa do Morgado do Outeiro, freguesia da Correlhã Quinta de Barrô, freguesia da Correlhã Casa de Santo António da Pedreira, freguesia da Facha Casa do Paço Velho, freguesia da Facha Casa dos Padres Maciéis (Casa do Outeiro), freguesia da Facha Casa de Santo António do Arejal, freguesia de Fojo Lobal Casa de S. Bento, freguesia de Fontão Casa do Souto, freguesia de Fontão Casa Grande, freguesia de Fontão Casa de Anquião, freguesia de Fornelos Casa de Abades, freguesia de Gandra Casa do Coto, freguesia de Gandra Casa de Ferreira, freguesia de Gondufe Casa de Valdemar, freguesia de Gondufe Casa da Quinta da Torre, freguesia de Poiares Casa da Baldrufa, freguesia de Ponte de Lima Casa do Baganheiro, freguesia da Queijada Casa da Granja, freguesia de Refóios do Lima Casa da Aldeia, freguesia da Ribeira Casa de Crasto, freguesia da Ribeira Casa da Lage ou Casa Grande, freguesia de Sá Casa de Luou, freguesia de Santa Cruz do Lima Casa da Fonte da Bouça, freguesia de Vitorino das Donas Casa da Torre das Donas, freguesia de Vitorino das Donas Casa da Pousada, freguesia de Vitorino das Donas Quinta do Ribeiro, freguesia de Vitorino das Donas Casa da Boavista, freguesia de Vitorino dos Piães
Tipo 1.1	Paço do Beiral, freguesia de Beiral Casa do Paço, freguesia da Facha Casa de Santa Baia, freguesia de Gaifar Casa do Bárrio, freguesia de Moreira de Lima Casa do Soalheiro, freguesia de Rebordões (Souto) Casa Grande, freguesia de Seara Quinta do Paço, freguesia de Vitorino dos Piães
Tipo 1.2	Paço do Cardido, freguesia de Brandara Casa do Barreiro, freguesia de Gemieira Casa da Quinta das Fontes, freguesia de Rebordões (Souto)
Tipo 1.3	Casa de Fundevila, freguesia de Fontão Casa da Boavista, freguesia de Moreira do Lima

- Tipo 1.4** Casa do Corunheira (Casa da Cruz da Pedra), freguesia de Ribeira
- Tipo 2** Antigo Convento Vale de Pereiras, freguesia de Arcozelo
 Casa da Quinta da Conceição, freguesia de Arcozelo
 Casa do Outeiro, freguesia de Arcozelo
 Casa da Boavista, freguesia de Refóios do Lima
 Paço do Vitorino, freguesia de Vitorino das Donas
- Tipo 2.1** Casa da Lage, freguesia dos Arcos
 Casa de Pomarchão, freguesia de Arcozelo
 Casa de Vermil, freguesia de Ardegão
 Paço de Bertandos, freguesia de Bertandos
- Tipo 2.2** Casa do Cruzeiro, freguesia da Arca
 Casa da Quinta de Sabadão, freguesia de Arcozelo
 Casa de Barreiros, freguesia da Correlhã
 Casa da Torre de Bouçapaio, freguesia da Correlhã
 Casa das Torres, freguesia de Facha
- Tipo 3** Casa do Rego, freguesia de Calheiros
 Casa do Retiro, freguesia de Fontão
 Casa de Nabais, freguesia da Gandra
- Tipo 4** Casa da Freiria, freguesia de Arcozelo
 Paço de Calheiros, freguesia de Calheiros
 Casa do Espírito Santo, freguesia da Feitosa
 Vila Morais (3), freguesia de Ponte de Lima
 Casa da Carcaveira, freguesia de Sá
- Tipo 4.1** Casa de Covas, freguesia de Moreira de Lima
 Casa do Espírito Santo, freguesia de Moreira de Lima
 Vila Morais, freguesia de Ponte de Lima
- Tipo 4.2** Casa da Torre de Pousada, freguesia de Calvelo
 Casa do Mosteiro, freguesia de Vitorino das Donas
- Tipo 4.3** Quinta de Nelas, freguesia de Moreira de Lima
- Tipo 4.4** Casa de Proence, freguesia de Sandiães
- Outras** Casa de Barreiros, freguesia de Anais (não identificável)
 Paço de Bertandos (Portada Sul), freguesia de Bertandos (específica)
 Quinta da Cavada, freguesia de Correlhã (não identificável)
 Quinta da Casalta, freguesia de Fojo Lobal (não identificável)
 Casa do Casal, freguesia de Gondufe (não identificável)
 Vila Belmira, freguesia de Ponte de Lima (específica)
 Quinta do Bom Gosto, freguesia de Seara (específica)
 Vila Marieta, freguesia de Seara (específica)
 Casa da Torre das Donas (Portada Nasoni), freguesia de Vitorino das Donas
 (não atribuída)

2.2 -TIPOLOGIAS DE ENQUADRAMENTO

As portadas inventariadas foram classificadas em seis Tipos principais, de acordo com a sua disposição relativamente ao conjunto edificado. Tal como nas tipologias arquitectónicas, optámos por não classificar as seguintes portadas:

- Portadas que se encontram em ruína, ou muito degradadas, não sendo possível determinar o seu correcto enquadramento: **Tipologia não identificável** (Casa de Barreiros, na freguesia de Anais, Quinta da Cavada, na freguesia de Correlhã, Quinta da Casalta, na freguesia de Fojo Lobal e Casa do Casal, na freguesia de Gondufe);
- Portada cuja história está perfeitamente documentada, tendo sido deslocada do seu enquadramento original, pelo que a sua classificação no contexto geográfico deste trabalho não faz sentido: **Tipologia não atribuída** (Portada de Nasoni, virada a Sul, no muro de vedação da Casa da Torre das Donas, na freguesia de Vitorino das Donas);

TIPO A - Portadas autonomizadas do conjunto edificado, inseridas nos panos de muro que circunscrevem a propriedade e definindo eixos orientadores (Fig. 31). “A axialidade é por vezes assumida em termos de enfiamento total”¹³⁰ – da portada à casa ou à capela vincular. Esta tipologia de enquadramento é a mais comum do Concelho de Ponte de Lima (ver Tabela 2 e Fig. 38), e funciona como a antecipação da fachada nobre, uma espécie de cenário que enaltece a própria casa.

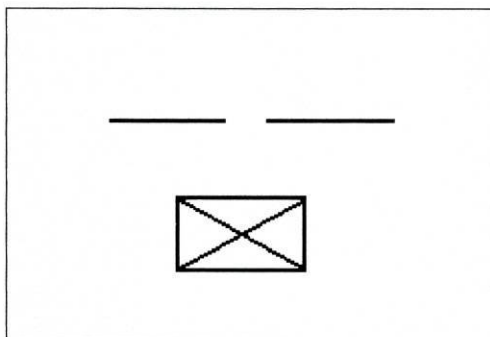


Fig. 31 - Esquema do Tipo A (planta)

¹³⁰Caldas, João – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, ob.cit., p. 41.

A distância da portada à casa varia conforme a dimensão da propriedade e a disposição do conjunto edificado; nalguns casos, a portada encerra um pátio, ou um jardim de recreio, fronteiro à casa, conferindo-lhe privacidade: uma espécie de ante-sala, podendo funcionar como um espaço de serviço ou para receber; noutras situações, a portada encontra-se mais afastada, em eixo com o conjunto edificado, no limite da propriedade, mas sempre em harmonia com a casa.

TIPO B - Portadas que diferem do Tipo A somente porque integram anexos na sua estrutura interior. Estes anexos servem como espaços híbridos e multifuncionais (apoio às actividades agrícolas, domésticas ou para receber) que, integrando-se na portada, se harmonizam e articulam melhor com o conjunto edificado (Fig. 32).

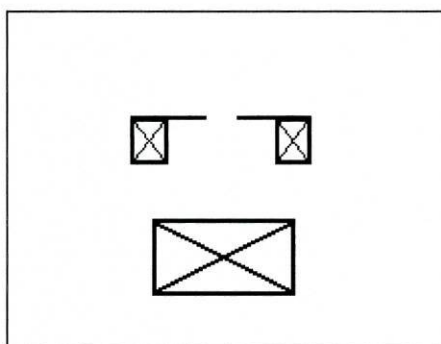


Fig. 32 - Esquema do Tipo B (planta)

TIPO C - Portadas adossadas à capela, formando um ângulo recto ou alinhando-se com a respectiva fachada (Fig. 33). Neste caso, a portada delimita um terreiro fronteiro à casa, conferindo-lhe privacidade relativamente aos fiéis que frequentam a capela. A portada sai decorativamente reforçada, repetindo frequentemente o mesmo tipo de elementos decorativos da capela.

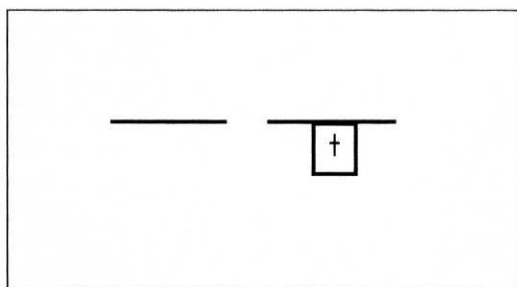


Fig. 33 - Esquema do Tipo C (planta)

TIPO D - Portadas que integram a capela constituindo uma estrutura comum e formando um frontispício harmonioso (Fig. 34). Embora esta tipologia seja idêntica, em planta, ao Tipo C (no caso da portada alinhada com a capela), distingue-se pela unidade do alçado.

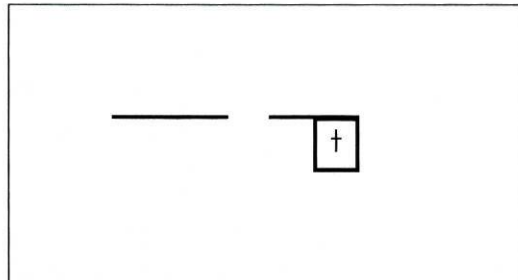


Fig. 34 - Esquema do Tipo D (planta)

TIPO E - Portadas adossadas à casa, formando um ângulo recto ou dispostas no alinhamento do conjunto edificado (Fig. 35).

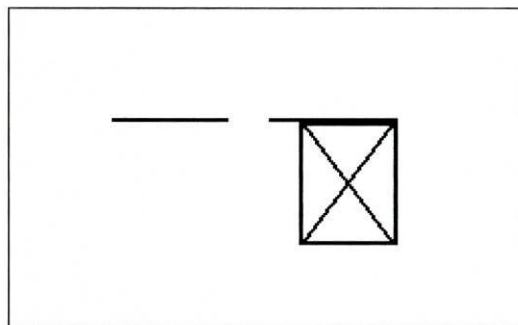


Fig. 35 - Esquema do Tipo E (planta)

TIPO F - Portadas que, conjuntamente com a capela e com a casa, formam um frontispício¹³¹ (Fig. 36).

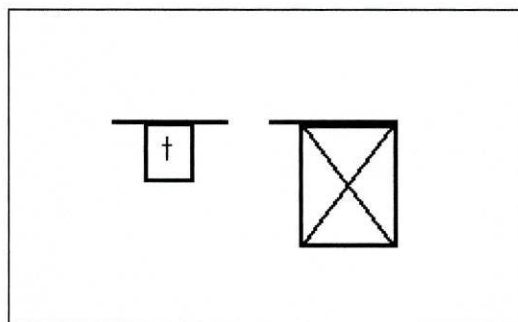


Fig. 36 - Esquema do Tipo F (planta)

¹³¹Incluiu-se nesta tipologia a portada da Casa do Cardido, na freguesia de Brandara, que forma um falso frontispício, na medida em que integra apenas uma galeria que liga a capela à casa, pelo lado interior da portada.

Tabela 2 - TIPOLOGIAS DE ENQUADRAMENTO

Tipo A	Casa de S. Bento, freguesia da Arca Antigo Convento de Vale das Pereiras, freguesia de Arcozelo Casa da Freiria, freguesia de Arcozelo Casa da Granja, freguesia de Arcozelo Casa da Quinta da Conceição, freguesia de Arcozelo Casa de Pombeiro de Sabadão, freguesia de Arcozelo Casa do Antepaço, freguesia de Arcozelo Casa do Outeiro, freguesia de Arcozelo Paço do Beiral, freguesia de Beiral Paço de Bertandos, freguesia de Bertandos Paço de Bertandos (Portada Sul), freguesia de Bertandos Casa do Rego, freguesia de Calheiros Paço de Calheiros, freguesia de Calheiros Quinta de Barrô, freguesia de Correlhã Casa das Torres, freguesia da Facha Casa dos Padres Maciéis, (Casa do Outeiro), freguesia de Facha Casa do Paço Velho, freguesia de Facha Casa do Espírito Santo, freguesia de Feitosa Casa do Souto, freguesia de Fontão Casa Grande, freguesia de Fontão Casa de Nabais, freguesia da Gandra Casa da Boavista, freguesia de Moreira do Lima Casa de Covas, freguesia de Moreira do Lima Casa do Bário, freguesia de Moreira do Lima Casa do Espírito Santo, freguesia de Moreira do Lima Casa da Baldrufa, freguesia de Ponte de Lima Vila Belmira, freguesia de Ponte de Lima Vila Morais (4), freguesia de Ponte de Lima Casa do Baganheiro, freguesia de Queijada Casa da Quinta das Fontes, freguesia de Rebordões (Souto) Casa do Soalheiro, freguesia de Rebordões (Souto) Casa da Boavista, freguesia de Refóios de Lima Casa da Aldeia, freguesia da Ribeira Casa do Corunheira (Casa da Cruz da Pedra), freguesia da Ribeira Casa da Carcaveira, freguesia de Sá Casa da Lage ou Casa Grande, freguesia de Sá Casa de Proence, freguesia de Sandiães Casa de Luou, freguesia de Santa Cruz do Lima Casa Grande, freguesia de Seara Quinta do Bom Gosto, freguesia de Seara Casa da Pousada, freguesia de Vitorino das Donas Casa do Mosteiro, freguesia de Vitorino das Donas Quinta do Ribeiro, freguesia de Vitorino das Donas Casa da Boavista, freguesia de Vitorino dos Piães
Tipo B	Casa de Pomarchão, freguesia de Arcozelo Casa de Anquião, freguesia de Fornelos Casa de Barreiros, freguesia da Gemieira

- Tipo C** Casa do Cruzeiro, freguesia da Arca
 Casa de Santo António do Arejal, freguesia de Fojo Lobal
 Casa da Quinta da Torre, freguesia de Poiães
 Casa da Torre das Donas, freguesia de Vitorino das Donas
 Paço de Vitorino, freguesia de Vitorino das Donas
- Tipo D** Quinta da Torre da Anta, freguesia da Correlhã
 Casa do Paço, freguesia da Facha
 Casa de S. Bento, freguesia de Fontão
- Tipo E** Casa de Carreira-Cova, freguesia de Anais
 Casa da Graciosa, freguesia da Arca
 Casa da Lage, freguesia de Arcos
 Casa da Quinta de Sabadão, freguesia de Arcozelo
 Casa de Vermil, freguesia de Ardegão
 Casa da Torre da Pousada, freguesia de Calvelo
 Casa de Barreiros, freguesia da Correlhã
 Casa do Morgado do Outeiro, freguesia da Correlhã
 Casa de Fundevilla, freguesia de Fontão
 Casa do Retiro, freguesia de Fontão
 Casa de Santa Baia, freguesia de Gaifar
 Casa de Abades, freguesia da Gandra
 Casa de Ferreira, freguesia de Gondufe
 Casa de Valdemar, freguesia de Gondufe
 Quinta de Nelas, freguesia de Moreira de Lima
 Casa da Granja, freguesia de Refóios do Lima
 Casa de Crasto, freguesia de Ribeira
 Vila Marieta, freguesia de Seara
 Casa da Fonte da Bouça, freguesia de Vitorino das Donas
 Quinta do Paço, freguesia de Vitorino dos Piães
- Tipo F** Casa do Cardido, freguesia de Brandara
 Paço de Merece, freguesia de Calvelo
 Casa da Torre de Bouçapaio, freguesia da Correlhã
 Casa de Santo António da Pedreira, freguesia da Facha
 Casa do Coto, freguesia da Gandra
- Outras** Casa de Barreiros, freguesia de Anais (não identificável)
 Quinta da Cavada, freguesia de Correlhã (não identificável)
 Quinta da Casalta, freguesia de Fojo Lobal (não identificável)
 Casa do Casal, freguesia de Gondufe (não identificável)
 Casa da Torre das Donas, freguesia de Vitorino das Donas (não atribuída)

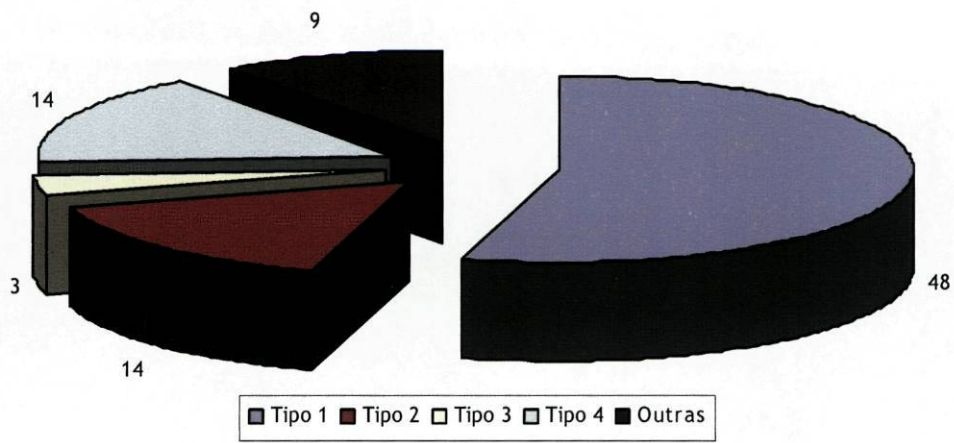


Fig. 37 – Tipologias Arquitetónicas

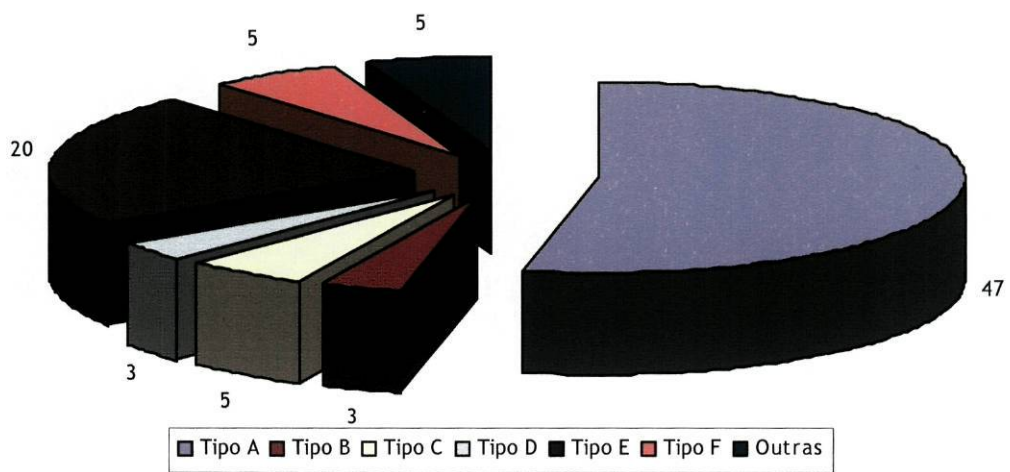


Fig. 38 – Tipologias de Enquadramento

CAPÍTULO III

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DECORATIVOS E IDENTIFICATIVOS

CAPÍTULO III

ELEMENTOS ESTRUTURAIS, DECORATIVOS E IDENTIFICATIVOS

Depois de ordenadas as tipologias arquitectónicas e de enquadramento, procurámos neste capítulo reflectir sobre os diferentes elementos constituintes das portadas: os estruturais, os decorativos e os identificativos. Mais uma vez, trata-se de uma opção metodológica, já que esta classificação pode ser discutível. Com efeito, cada um destes elementos pode ser simultaneamente estrutural, decorativo e identificativo. Estrutural, na medida em que faz parte integrante da solidez construtiva da portada; decorativo, porque contribui para o embelezamento do conjunto; e identificativo, já que permite reconhecer um determinado estatuto social, onde está implícito o gosto pessoal do encomendador, e um gosto cultural, porque veicula maneiras colectivas de pensar e de sentir. Como lembra Natália Fauvrelle:

*“Os elementos e as formas que decoram os edifícios de uma quinta, além do seu conteúdo estético, reflectem de forma inequívoca um gosto pessoal e os valores culturais, espirituais e psicológicos da sociedade em que se inserem.”*¹³²

Pode ainda acontecer que um elemento seja conjuntamente identificativo e decorativo. Assim, esta classificação é meramente operacional; estuda os elementos constituintes das portadas de forma individual e objectiva, procurando sistematizar as potencialidades de cada um deles, e visa sobretudo, *“chamar a atenção para o facto de nenhuma abordagem do objecto plástico poder ser feita (desde que se procure ultrapassar a simples identificação estilística e integração serial), se não houver a preocupação de o compreender “por dentro” e de forma tão radical quanto possível.”*¹³³

As portadas setecentistas mostram duas tendências arquitectónicas distintas: umas, mais eruditas, seguem um modelo *“severamente maneirista”*¹³⁴, influenciado pela arquitectura militar e pela tratadística; enquanto que outras, sobretudo as da segunda metade

¹³²FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro: As Arquitecturas do Vinho do Porto*. [Porto]: Edição GEHVID, 2001. ISBN 972-96896-7-9. p. 59.

¹³³ALCOFORADO, Diogo – A Igreja dos Terceiros do Carmo: contribuição para uma leitura da sua fachada. Separata da *Revista de História*. Porto: Edição do Centro de História da Universidade do Porto, 1979. Vol III. p. 5.

do século, de desenho mais livre, evidenciam maior diversidade, apostando especialmente na exuberância decorativa. Esta mesma situação foi referida por Nelson Correia Borges relativamente às casas nobres, rurais ou urbanas, defendendo este autor que os aspectos ornamentais se sobrepõem à originalidade das plantas: *“o aspecto de maior interesse reside sempre na decoração.”*¹³⁵

Contudo, tal exuberância não resulta apenas da acumulação de ornatos, mas sobretudo de um conjunto de factores: os elementos construtivos tornam-se mais dinâmicos (as cornijas ondulam-se, as pilastras dividem os panos de muro em várias secções, marcando ritmos, acentua-se o movimento ascensional dos frontões, e as silharias esculpidas e almofadadas dos vãos e dos cunhais enriquecem o conjunto), assim como a plasticidade dos ornatos de granito que, em contraste com o branco dos panos de muro, conferem às portadas uma identidade própria. Em consequência, as portadas são frequentemente o que de mais monumental as casas têm, concentrando-se aí todo o esforço arquitectónico e decorativo do conjunto edificado.

O granito, abundante na região da Ribeira Lima, permite a produção de uma vasta gama de elementos (estruturais, decorativos e identificativos) e a combinação de tonalidades e texturas. Nas palavras de Nelson Correia Borges:

*“O granito, material quase exclusivamente utilizado, duro e de grossa textura, não permitia o lavrado fino, a execução perfeita e minuciosa dos mármore e calcários do Sul, exacerbando o gosto pelo volume e pela opulência das formas, mas proporcionava a animação da arquitectura pelos violentos contrastes com as paredes revestidas de cal ou jogando com o efeito de claro-escuro nos elementos relevados.”*¹³⁶

Também nas portadas oitocentistas se podem identificar duas tendências: enquanto umas mostram um gosto revivalista e eclético, outras apresentam novas propostas

¹³⁴ AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 82

¹³⁵ BORGES, Nelson Correia – *Do Barroco ao Rococó. História da Arte em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Publicações Alfa, 1993. Vol 9. p 39.

¹³⁶ IDEM, *Ibidem*. p 27.

construtivas, baseadas na utilização de pilares unidos por portões de ferro forjado (portadas do Tipo 4).

Independentemente da gramática decorativa, cada portada sistematiza um jogo de oposições: vertical/horizontal, rectilíneo/curvo, reentrante/saliente, macio/rugoso, iluminado/sombrio, figurativo/não figurativo, orgânico/não orgânico, organizado a partir de um eixo de simetria, e valorizando o sentido ascensional da composição.

Estamos perante uma estrutura arquitectónica que, longe de ser exclusivamente portuguesa e do Norte de Portugal, assumiu no entanto, nos períodos barroco e rococó e sobretudo na região de Entre Douro e Minho, uma linguagem tão característica que justifica o seu estudo sistemático.

3.1 - ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Por elementos estruturais, entendemos os elementos arquitectónicos que definem as portadas e os respectivos vãos (as pilastras, as colunas, e os pilares; a arquitrave, o friso, a cornija, e os frontões, no entablamento; e o emolduramento dos vãos), assim como os panos de muro que são parte integrante das portadas.

Na região da Ribeira Lima, como em todo o Norte do País, os panos de muro assumem um papel importante:

“o povo minhoto não cessa de arrotear novos bocados de bravio e de “fabricar” novos cortelhos e quintalórios, logo cingidos por zelosos muros, em regra de pedregulhos toscos, mas por vezes aparelhados e possantes como panos de cerca afonsina. Em nenhuma outra província se faz notar tanto a existência do muro e a preocupação do muro.”¹³⁷

¹³⁷ *GUIA de Portugal – Entre Douro e Minho – II. MINHO*. 3ª ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. Vol. 4. ISBN 972-31-0635-3. p. 706.

Os panos de muro delimitam, articulam e fecham espaços descobertos, funcionando como uma cintura protectora que encerra um mundo, tal como as cercas das cidades e das fortalezas - é a “*separação-fronteira-propriedade entre indivíduos, entre famílias.*”¹³⁸

Como pano de muro consideramos uma obra de alvenaria - um corpo maciço de fábrica vertical - alguns de granito de silharia rústica, outros aparelhados, rebocados e pintados, de altura e largura variáveis. São quase sempre limitados por pilastras da ordem toscana, por vezes simplificadas (sem base ou capitel), com fustes lisos, rusticados ou almofadados. As pilastras são fundamentais: reforçam os cunhais, dividem os muros em secções, criando efeitos decorativos, e frequentemente ajudam a definir os vãos de porta, sendo nestes casos ressaltadas. Mais raramente encontram-se colunas, também da ordem toscana, que na Casa da Lage (freguesia de Arcos) são embebidas e definem o vão de porta, e na Casa do Corunheira (freguesia da Ribeira) delimitam a portada. O recurso à ordem toscana é facilmente explicável e ajuda a esclarecer a relação forma/função desta estrutura arquitectónica, como veremos subseqüentemente.

As portadas com pilares (Tipo 4) geralmente apresentam panos de muro adjacentes mais baixos, já que os pilares têm maior poder de sustentação. Estes são de secção quadrangular, constituídos por embasamento, fuste e capitel ou imposta, e podem ter os fustes almofadados, ou então decorados com pilastras.

Nas tipologias de portadas com entablamento, o esquema de remate mais frequente é o das cornijas arquitravadas rectas (Tipo 1), que assentam directamente sobre a arquitrave, sem friso. Nalguns casos, a cornija arquitravada ondula-se parcialmente formando um ou mais tímpanos (Tipo 1.3); noutros, é totalmente ondulada, criando um tipo de coroamento de linhas sinuosas, muito comum na arquitectura setecentista (Tipo 3). Outras portadas apresentam um entablamento clássico com arquitrave, friso e cornija, que em alguns casos é comum aos panos de muro e ao corpo central (Tipo 2.1). Também podemos encontrar na mesma portada dois esquemas de entablamento: um para os panos de muro (cornija arquitravada), e outro para o corpo central, com arquitrave, friso e cornija (que nalguns casos é ressaltada). Os frisos podem ser parcialmente almofadados ou ressaltados, sobretudo na parte central, sobre o vão de porta, apesar da ordem toscana não prever qualquer tipo de decoração (contrariamente à

¹³⁸CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números.* Lisboa: Editorial Teorema, 1994. ISBN 972-695-215-8. p. 464.

dórica que apresenta métopas e tríglifos de forma alternada). Ainda como remates dos panos de muro, quando encurvados, encontram-se cornijas que acompanham a respectiva curvatura, formando elementos espiralados nas extremidades, a lembrar volutas. Os frontões, quando estão presente, são entrecortados, ou contracurvados e com enrolamentos, alguns com formas bastante decorativas e individualizadas, e enquadram as pedras de armas, quando estas existem.

Além do entablamento, os vãos, em especial os de porta, concentram o maior esforço arquitectónico e decorativo. Mesmo nos casos mais simples, são estes que definem a portada e valorizam o eixo de simetria da composição. Podem ser vãos de ombreiras e lintel rectos, vãos de ombreiras e lintel rectos coroados por frontão interrompido, vãos de ombreiras e lintel rectos com pilastras justapostas às ombreiras, vãos de ombreiras rectas e lintel curvo com ou sem frontão, e ainda vãos em arco de volta perfeita. O rusticado, o almofadado e as pilastras ressaltadas são algumas das formas mais comuns de valorização dos vãos de porta. Outras existem, nomeadamente o entalhe dos elementos que os definem, sobretudo ao nível dos lintéis. A Casa de Santa Baia, na freguesia de Gaifar, constitui um exemplo de qualidade excepcional (Fig. 39).



Fig. 39 – Casa de Santa Baia

No caso das portadas com dois vãos de porta, um é sempre mais monumental e define o eixo da composição. Assim, os vãos secundários funcionam como entradas subalternas e daí a sua simplicidade, apresentando quase sempre ombreiras e lintel rectos. Os vãos de janela podem apresentar ombreiras, lintel e peitoril recto, ou ombreiras, lintel e peitoril curvos, geralmente com conversadeiras no lado interior das portadas, aspecto lúdico interessante que desenvolveremos em capítulo próprio.

3.2 - ELEMENTOS DECORATIVOS

Os elementos decorativos, na sua maioria fabricados em granito, servem para animar as portadas e são sinais exteriores de equilíbrio, de ordem e de dignidade. Encontram-se

geralmente ao nível do entablamento, colocados em pontos-chave: no prolongamento das pilastras ou dos pilares, elevando-os, e ao longo da cornija, com especial incidência sobre os vãos de porta, criando no plano perceptivo uma maior complexidade resultante das contínuas diversidades direccionais, volumétricas, tonais e referenciais. Do ponto de vista ornamental são fundamentais para a harmonia da composição, e, de acordo com a sua forma, cumprem igualmente a função simbólica de sinalizar espaços.

De todos os elementos, o merlão é dos mais usados nas portadas do concelho de Ponte de Lima, independentemente do seu estilo e do período de construção. Além da função ornamental, constitui também uma representação vinculada à nobreza, especialmente à fidalguia de solar.

Pode definir-se como um elemento prismático usado no coroamento de um muro, definindo ameias. Tem origem no Oriente, na Antiguidade, e foi muito empregue sobretudo na Idade Média em edifícios fortificados. Como explica Mário Jorge Barroca:

*“O coroamento do edifício (casa-torre) era feito com ameias, elementos que possuíam uma grande carga simbólica. Eram mesmo, de entre todos os componentes da construção, aqueles que se revestiam de maior simbolismo. Na realidade, a documentação da época revela-nos que as ameias ou merlões se assumiam como o principal indício para uma construção civil fortificada.”*¹³⁹

Com a evolução das técnicas militares da época moderna, o merlão perde a função defensiva e assume-se sobretudo como um elemento heráldico:

“Com a heráldica a ganhar um peso definitivo, torres, paços e igrejas coroam-se, no século XVI, com ameias decorativas (o progresso das artes militares tornava-as inúteis), numa expressão que, se no Alentejo é mais evidente pela quantidade de exemplares conservados, percorre todo o país. São as características ameias chanfradas, assumidas como elemento heráldico significante da linhagem nobre

¹³⁹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – O Gótico. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2841-7. Vol 2. p. 106.

da família que nesses paços habita ou, no caso dos edifícios religiosos, patrono protector de mosteiro e igreja.”¹⁴⁰

Assim, o merlão, importado da arquitectura militar medieval, “*mas que é, nos séculos XVII e XVIII, regularmente glosado nos arranjos de inúmeras casas e quintas da região [limiana], numa apropriação em que as potencialidades decorativas do merlão se sobrepõem cada vez mais à sua projecção simbólica*”¹⁴¹, é usado nas portadas como um remate decorativo, que cria um jogo de oposições: aberto/fechado, iluminado/sombrio.

Da análise das portadas estudadas, constatou-se igualmente o uso frequente de outros ornatos como: acrotérios, aletas, anjos, balaústres, bolas, conchas, fogaréus, obeliscos, pináculos, pinhas, pirâmides, plintos, urnas, vasos de coroamento e volutas. Foram também inventariadas outras formas, de difícil definição, algumas muito criativas, testemunhando a originalidade e a criatividade dos canteiros artísticos da região (Fig. 40).

Estes elementos encontram-se sempre no coroamento da portada, enriquecendo-o, e ajudando a definir linhas de força: “*acentuando ritmos e direcções significativas.*”¹⁴² Contribuem para o equilíbrio da relação



Fig. 40 – Casa de Santa Baia

horizontalidade/verticalidade, e favorecem a acentuação vertical do eixo de simetria, aspectos particularmente valorizados no período barroco. As formas onduladas, sinuosas e túrgidas das bolas, das conchas, dos fogaréus e das pinhas contrastam com as formas geométricas dos obeliscos, das pirâmides e dos plintos. Assim, enquanto uns elementos exaltam as formas naturalistas, outros procuram dar ênfase às linhas verticais, conferindo imponência à portada.

¹⁴⁰SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. 2.^a ed. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002. ISBN 972 -8736-11-8. p. 69

¹⁴¹SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada), p. 194.

¹⁴²ALCOFORADO, Diogo – *A Igreja dos Terceiros do Carmo: contribuição para uma leitura da sua fachada ob.cit.*, p. 7-8.

A cruz, símbolo da Paixão de Cristo¹⁴³, é muito usada nas portadas, sobretudo naquelas que integram ou estão adossadas a capelas. Pode também surgir nas portadas autonomizadas do conjunto edificado, para sinalizar a presença de uma capela vincular:

*“A Cruz erguida ao alto, como monumento de pedra rija e duradoira a marcar a religiosidade do espaço, a assinalar o cristianismo daqueles cujas casas se abrigam nos limites do alfoz da paróquia.”*¹⁴⁴

As cruzes podem encontrar-se isoladas no eixo da composição, ou encimando um elemento decorativo ou uma pedra de armas, podendo ainda aparecer integradas em nichos. No caso das portadas com capelas adossadas ou integradas, a cruz localiza-se no vértice da respectiva cumeeira. A forma de cruz mais frequente é a de cruz latina¹⁴⁵, singela, ou com os braços e a haste trilobados ou florenciados, e mais raramente a cruz grega¹⁴⁶ vazada. Um exemplo único, o da Casa de Fundevila na freguesia de Fontão, mostra no eixo da portada uma cruz com um crucifixo.

Frequentemente as capelas públicas e as privadas estão assinaladas por cruzeiros¹⁴⁷, alguns de rara beleza, atestando uma tradição do Noroeste peninsular. Existem cruzeiros paroquiais (aqueles que se encontram em frente à igreja paroquial e estão intimamente ligados a ela, destinando-se a marcar o trajecto das procissões litúrgico-rituais); cruzeiros devocionais (ligados a igrejas ou capelas públicas e privadas) e cruzeiros memoriais (que são erguidos

¹⁴³A simbologia da cruz mudou ao longo dos tempos, como nos explica Geraldo J. Amadeu Coelho: “Inicialmente, a cruz era um instrumento ou lugar de condenação para gente baixa e criminoso, sobretudo entre os persas e os romanos. Neste caso, os romanos apelidavam-na de *crux patibula*. Ela é o madeiro infamante da condenação de Jesus, enquanto acusado a Pôncio Pilatos, procurador do poder romano na Judeia, de perturbador da “paz”. Contudo, em virtude da Ressurreição do mesmo Jesus, a cruz ganhou de forma paradoxal, foros de glória e de vitória”. DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Religião e Simbólica*. Porto: Granito Editores e Livreiros, 2001. ISBN 972-8594-15-5. p. 109.

¹⁴⁴IDEM, *Ibidem*. p. 108.

¹⁴⁵Para uma definição de cruz latina: “No Ocidente europeu predomina a Cruz Latina, de braços desiguais, na medida em que o vertical ou perpendicular é mais comprido que o transversal.” Cf. IDEM, *Ibidem*. p. 115.

¹⁴⁶Para uma definição de cruz grega: “a Cruz Grega, de braços iguais, em que Cristo é representado como se estivesse vivo e a própria cruz fosse o seu trono de glória”. Cf. IDEM, *Ibidem*. p. 115.

¹⁴⁷A importância dos cruzeiros é assinalada por Geraldo J. A. C. Dias: “No chamado movimento de contra-reforma católica por oposição ao Protestantismo, que combatia e negava o valor sacrificial da Eucaristia, a mentalidade pós-tridentina procurou exaltar o valor salvífico da Cruz de Jesus e a sua validade supra-histórica celebrada na Eucaristia. Esta não deveria celebrar-se sem a ostentação bem visível duma cruz sobre o altar. Na sequência disto, incentivou-se a devoção à Paixão e Morte do Senhor através de Vias-Sacras, Calvários ou simples Cruzeiros erguidos nas paróquias e freguesias para marcar a sacralidade do espaço católico, e isto em quase todos os países católicos europeus”. IDEM, *Ibidem*. p. 116-117.

para comemorar factos religiosos ou históricos ou para assinalar um lugar onde algo de trágico aconteceu). No concelho de Ponte de Lima existem vários, e alguns estão mesmo na origem do nome das casas (Casa do Cruzeiro, na freguesia de Arca). Alguns destes cruzeiros são obras notáveis; uns são considerados Imóveis de Interesse Público¹⁴⁸, e muitos outros estão inventariados pela Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Existem também exemplos de esculturas nas portadas, como no caso da portada dupla do Antigo Convento de Vale de Pereiras (freguesia de Arcozelo), que exibe na parte interior uma bela imagem de granito, de Santa Ana a ensinar Nossa Senhora a ler, integrada num nicho enquadrado por uma concha (Fig. 41).



**Fig. 41 – Santa Ana
(Vale de Pereiras)**

Na portada da Casa do Corunheira (freguesia da Ribeira) há quatro esculturas cerâmicas, de vulto redondo, representando as quatro estações do ano (Fig. 42). Não nos foi possível identificar a origem exacta destas esculturas; contudo, pela datação da portada (1885), e pelo tipo de imagens – figuras moldadas, cobertas de esmalte fosco, em branco opaco, tão semelhantes a outras que se encontram um pouco por todo o país – ocorre-nos pensar em peças produzidas nas fábricas de cerâmica do Porto e de Vila Nova de Gaia¹⁴⁹.

Aliás, a figura que representa a “Primavera” é em tudo idêntica a uma representação análoga que se encontra na Quinta de Chão Verde, em Rio Tinto, peça da autoria de José Joaquim Teixeira Lopes¹⁵⁰, reproduzida na fábrica das Devesas.¹⁵¹ Ambas apresentam uma modelação muito cuidada, visível sobretudo no tratamento dos panejamentos.

¹⁴⁸O cruzeiro de S. Pedro de Arcos foi considerado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto-lei nº 27397, de 26 de Dezembro de 1936. Encontra-se no cruzamento da E.N. 525 com a E.N. 202 e é um dos cruzeiros mais esculpturados do país. Apresenta uma estrutura barroca exuberante: uma base paralelipipédica com quatro atlantes sustentando um fuste salomónico, integrando uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, e encimado por um capitel lavrado que suporta uma cruz. O cruzeiro da Casa do Outeiro na freguesia de Arcozelo foi considerado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto-Lei nº 1/86, de 3 de Janeiro de 1986. Edificado nos finais do século XVIII por devoção e promessa dos proprietários, é conhecido por “Senhor dos Esquecidos” e apresenta base paralelipipédica com losangos gravados e coluna encimada por uma cruz com um crucifixo. O cruzeiro do Lugar de Pedrosa na freguesia da Correlhã foi classificado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto-Lei nº 8/83 de 24 de Janeiro de 1983.

¹⁴⁹A Fábrica das Devesas produziu grande quantidade e variedade de estátuas, assim como a Fábrica de Miragaia, a Fábrica de Santo António do Vale de Piedade, a Fábrica de Massarelos e a Fábrica Cerâmica de Valadares *ITINERÁRIOS da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2001. ISBN 972-7776-098-8.

¹⁵⁰José Joaquim Teixeira Lopes, de origem transmontana, nasceu em 1837 em S. Mamede de Riba-Tua e faleceu em Vila Nova de Gaia em 1918. Foi aos 13 anos aprendiz na oficina de Manuel da Fonseca Pinto, no Porto, mas terá sido mais tarde, com o mestre João Correia da Academia de Belas-Artes portuense, que se iniciou na

As esculturas da Casa do Corunheira evidenciam algum desgaste e estão a necessitar de um restauro condigno (especialmente a escultura que representa o “Inverno”). Talvez nessa altura seja possível conhecer melhor a sua verdadeira proveniência¹⁵². Porém, não nos admiraríamos se todas fossem reproduções de esculturas de Teixeira Lopes, da fábrica de Gaia. A qualidade plástica das figuras assim o indica.



Fig. 42 – Esculturas da Casa do Corunheira

Também de material cerâmico, encontramos painéis de azulejos. Ainda que estes painéis sejam com frequência identificativos, como veremos posteriormente, casos há em que cumprem funções decorativas. Por exemplo, na Casa do Barreiro, na freguesia da Gemieira, vêem-se dois painéis de azulejos muito curiosos, com poemas do poeta limiano Diogo Bernardes (contemporâneo de Camões), extraídos da obra quinhentista “O Lima”. Estão enquadrados por molduras policromas com ornatos entrelaçados, onde se destacam folhas de acanto, espigas de milho, romãs e cruzeiros da Ordem de Cristo (Fig. 43). Além do seu valor eminentemente decorativo, estes painéis exprimem o sentido patriótico e saudosista do

arte do desenho. Em 1864 o seu nome já era conhecido no mundo da encomenda artística pela participação no concurso do monumento de D. Pedro IV, que perdeu para Calmels, e acima de tudo pela realização da estátua de D. Pedro V, que o projectou profissionalmente. Na sequência desse projecto foi-lhe subsidiada uma viagem de estudo a Paris, tendo sido discípulo de François Jauffroy. De regresso à pátria, inicia a actividade de ceramista inspirado em temas do mundo rural. Ainda na sequência da sua actividade de ceramista associa-se a Francisco Correia Breda, e depois a António de Almeida Costa e funda a fábrica das Devesas. A sua alma de criador nunca foi ultrapassada pelo ritmo industrial, muito pelo contrário, já que as reproduções das suas esculturas mostram uma grande sensibilidade artística. Cf. SANTOS, Paula Mesquita dos – A Escultura romântica em Portugal. In SOARES, Elisa; [et al.] – *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999. ISBN 972-776-031-7. p. 73-74.

¹⁵¹Cf. *ITINERÁRIOS da Faiança do Porto e Gaia, ob. cit.*, p. 289.

¹⁵²As peças da Fábrica das Devesas estão geralmente identificadas na base com o nome da figura representada e a marca da fábrica incisa. Segundo o proprietário da Casa do Corunheira, as esculturas da portada estão identificadas, o que reforça a possibilidade de serem de facto desta proveniência.

encomendador. Pela análise dos painéis, sabemos que foram executados na Fábrica de Cerâmica Aleluia, em Aveiro, embora não nos tenha sido possível datá-los com precisão.



Fig. 43 – Painéis de azulejos na Casa do Barreiro

Ainda como elemento decorativo, incluímos o trabalho de ferro que se vê nos portões que encerram os vãos de porta, e nas grades que animam os panos de muro. O seu uso introduziu uma nova dinâmica: substituiu a ideia do volume arquitectónico fechado, ligado à construção em pedra, pela da linearidade dinâmica e estrutural das suas longas e finas barras de ferro, desmaterializando os muros e os vãos de porta. Estabelece-se assim uma linha de continuidade, permitindo uma maior visibilidade entre o exterior e o interior da propriedade. Surge uma nova estética assente na singularidade dos elementos estruturais, que simultaneamente se tornam decorativos, expressando-se através da linha sinuosa, estilizada ou geometrizada.

Os trabalhos de ferro são muito comuns nas portadas do concelho de Ponte de Lima, independentemente das tipologias arquitectónicas; contudo têm particular incidência nas portadas constituídas por pilares (Tipo 4).

Sabemos que já a arquitectura civil rococó tinha utilizado abundantemente o ferro forjado em belas grades para jardins e portas. Mas foi especialmente a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX que se produziram mais trabalhos em ferro, a atestar pelos exemplares datados no concelho: Casa de Pomarchão (Arcozelo) 1760, Casa do Espírito Santo (Moreira do Lima) 1878, Casa da Quinta da Conceição (Arcozelo) 1880, Casa de Covas (Moreira de Lima) 1893, Vila Morais (Ponte de Lima) 1892 e 1894.

Dos exemplos inventariados, gostaríamos de destacar alguns trabalhos de ferro forjado que se demarcam dos demais pelo seu valor artístico. São verdadeiras obras de arte, que evidenciam a qualidade artesanal dos ferreiros portugueses. Na portada do Antigo Convento de Vale de Pereiras, na freguesia de Arcozelo, a fechar o vão vê-se um trabalho de grande qualidade artística, principalmente a sobreporta, que apresenta enrolamentos contracurvados com a representação de um sol raiado ao centro da composição (Fig. 44). Também os trabalhos de ferro da Casa do Espírito Santo, na freguesia de Feitosa (Fig. 45), e os da Vila Morais, são dignos de destaque.

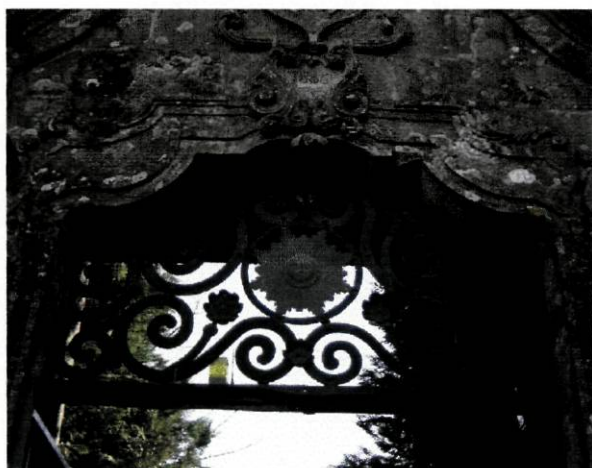


Fig. 44 – Sobreporta (Vale de Pereiras)



Fig. 45 – Portão de ferro da Casa do Espírito Santo

3.3 - ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS

Como elementos identificativos, considerámos as pedras de armas, as cartelas, com o cronograma da edificação e epigrafia alusiva à construção da portada, e ainda os painéis de azulejos identificadores.

Das oitenta e oito portadas estudadas, quarenta e duas apresentam pedras de armas, que aparecem sempre em lugar de destaque, sobretudo no coroamento, sobre as cornijas, no eixo da composição, ou cravadas no entablamento, e mais raramente, embutidas nos panos de muro. Assim, a realidade mostra que este é um dos lugares privilegiados para exibir os “pergaminhos de família”.

Se no passado o seu uso lembrava “*acções de fama, atitudes meritórias, intenções dignas*”¹⁵³, distinguindo famílias segundo determinação régia¹⁵⁴ – “*chancelando as habitações pertencentes às linhagens fidalgas e nobres*”¹⁵⁵ – hoje são sobretudo assumidas como um elemento decorativo que confere prestígio.

No nosso trabalho, a leitura e interpretação das pedras de armas revelou-se assaz importante, pelo elevado número de exemplares, e por serem verdadeiros documentos, que permitem identificar famílias. Além disso, como explica Armando Mattos:

“[têm] valor cronológico, pois são mostras de estilos vários; documentam a difusão de escolas decorativas, pois pela sua presença atestam o conhecimento de determinados pormenores estilísticos e arquitectónicos; são verdadeiros índices estéticos, visto a sua concepção e execução implicarem conhecimentos de arte.”¹⁵⁶

Deste modo, tornam-se uma mais valia em termos cronológicos e artísticos, constituindo um dos factores determinantes para a datação das portadas. No entanto é preciso estar atento, já que nalguns casos podem induzir em erro, sobretudo quando se encontram deslocadas, ou quando os elementos heráldicos estão mal representados. É muito frequente depararmo-nos com uma pedra de armas quinhentista, seiscentista ou setecentista integrada numa portada de edificação posterior, e algumas vezes fora do contexto familiar. Para ilustrar essa situação, veja-se a pedra de armas quinhentista na portada do Paço de Calheiros, na freguesia de Calheiros, ou a pedra de armas da Quinta da Cavada, na freguesia da Facha (Vol. II. p. 113-117 e p. 143-145). E mesmo quando se preservam no âmbito histórico certo, atestando assim a sua conservação ao longo de gerações no seio da mesma família, podem causar alguma perplexidade se os elementos heráldicos não estiverem canonicamente figurados. A incorrecta figuração dos elementos constitutivos das pedras de armas é uma

¹⁵³MATTOS, Armando – *Pedras-de-Armaz de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, [s.d.]. p. 29.

¹⁵⁴A burocratização e a consequente publicação de legislação sobre a matéria das armas e o uso dos brasões de armas são lentas em Portugal; têm início no reinado de D. Afonso V (1438-14819) e fazem-se sentir sobretudo no reinado de D. Manuel I (1495-1521). Verificando-se a partir daí as restrições, por força de lei, do direito ao uso de brasão de armas, só reconhecido aos que o soberano considerava nobres. Cf. AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de Azevedo – Introdução. In NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Compêndio Português de Heráldica de Família*. Lisboa: Medialivros, 2003. ISBN 972-797-029-X. p. XIII.

¹⁵⁵MATTOS, Armando – *Pedras-de-Armaz de Portugal, ob. cit.*, p. 30.

realidade muito comum, e pode ter várias justificações. Com efeito, muitas vezes, os canteiros artísticos não tinham acesso às fontes de representação certas; outras vezes, sujeitavam os modelos a composições alternativas, a seu gosto, ou ao gosto do encomendador. Ou ainda, copiavam as figuras mal representadas de uma outra pedra, sem compreenderem o erro em que incorriam. Podem ainda encontrar-se pedras de armas novas, executadas numa qualquer gramática decorativa, senão mesmo arbitrariamente inventadas, e por isso sem classificação heráldica. A pedra de armas da Casa do Coto, na freguesia da Gandra (Vol. II. p. 213) é disto exemplo.

Apesar de todos os equívocos, considerámo-las como elementos fundamentais que enriquecem decorativamente a portada, permitindo-nos inferir o valor alegórico e artístico que lhes é imputado. Têm igualmente valor cultural e histórico: “*elas falam-nos com calor de pedaços da História, não apenas de uma família, nem de uma classe, mas da Nação inteira.*”¹⁵⁷ Do ponto de vista decorativo, são muitas vezes a parte mais exuberante da portada, o distintivo que confere “nobreza” e dignidade ao conjunto.

Assim, no limite, a sua inventariação permitiu-nos conhecer as famílias dominantes do concelho, as ligações inter-familiares, as escolas decorativas, e sobretudo a importância simbólica que ainda hoje lhes é atribuída.

O uso de cartelas epigrafadas na frontaria de edifícios religiosos ou civis é muito comum na região de Entre Douro e Minho. No concelho de Ponte de Lima existem várias capelas particulares e igrejas paroquiais, assim como algumas portadas, que seguem esse esquema. As cartelas devem ser consideradas elementos identificativos, já que em muitos

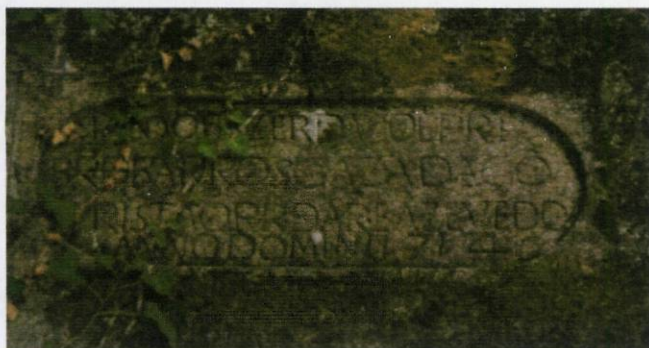


Fig. 46 – Cartela da Casa da Lage

casos fornecem informações relevantes sobre o encomendador e as datas de construção. Veja-se a cartela da Casa da Lage, na freguesia de Sá (Fig. 46), onde se lê: “MANDOV FAZER D. VIOL (Violante?) --- BARROS CAZADA CÕ TRISTÃO --- AZEVEDO. ANNO DOMINI 1714”.

¹⁵⁶IDEM, *Ibidem*. p. 30.

¹⁵⁷CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e Cernache) – *Portas e Casas Brasonadas do Porto e seu termo*. [S.l.: s.n.], 1945. p. 16.

São frequentemente ovaladas e emolduradas, algumas com enrolamentos maneiristas, outras com concheados assimétricos de gosto rococó. Podem também ser muito singelas, sem nenhum tipo de emolduramento. As cartelas mais antigas são as da Casa da Boavista, na freguesia de Moreira de Lima (1704), que são ovaladas e emolduradas com enrolamentos de



Fig. 47 – Cartela da Casa da Boavista

gosto maneirista (Fig. 47), tal como as da Casa de S. de Bento, na freguesia de Fontão, que são em tudo semelhantes, embora mais tardias (1734); as cartelas da Casa de Sá, na freguesia de Sá, são muito simples, ovaladas e sem enquadramento: uma datada de 1714, com alusão ao encomendador, e outra de 1911, data em que a casa foi restaurada. A Casa de Santa Baia, na

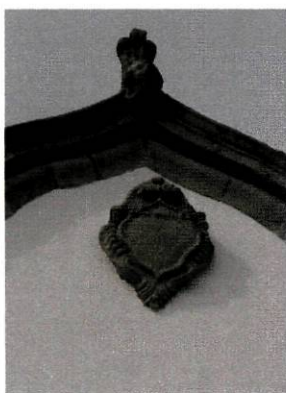


Fig. 48 – Cartela da Casa de Santa Baia

freguesia de Gaifar, apresenta uma cartela rococó datada de 1774 (Fig. 48). Na Casa do Corunheira, na freguesia de Ribeira, vêem-se duas cartelas ovaladas, uma com as iniciais do encomendador em letras estilizadas e entrelaçadas e a outra com a data da reedificação da portada (1885). Na portada do Paço de Calheiros, na freguesia de Calheiros, também há duas lápides: a mais antiga, escrita em gótico minúsculo, refere a origem da família; e a mais recente menciona a data em que o paço foi restaurado (1889). A tradição de colocar cartelas nas fachadas é pois muito antiga. Ainda que a

leitura das mesmas nem sempre seja possível, devido ao desgaste que sofreram, devem ser reconhecidas como verdadeiros “documentos” que, quando confrontados com outros, facilitam a análise histórica.

Encontram-se ainda painéis de azulejos que identificam as casas. São painéis muito simples com o nome da casa inscrito, por vezes, numa moldura decorativa. As cores mais empregues são o branco, para o fundo, frequentemente o azul para o nome da casa, e o azul e o amarelo para a moldura decorativa, quando esta existe. Algumas molduras recriam as formas túrgidas do barroco. Não nos foi possível identificar a proveniência destes painéis de azulejos, nem datá-los. Encontram-se painéis deste tipo nas portadas da Casa de S. Bento (freguesia de Arca), da Casa de Pomarchão e da Casa de Pombeiro de Sabadão (freguesia de

Arcozelo), da Casa das Torres (freguesia da Facha), da Casa de Fundevila e da Casa de Souto (freguesia de Fontão), da Casa de S. Baia (freguesia de Gaifar), da Casa de Abades (freguesia da Gandra), e da Casa do Baganheiro (freguesia de Queijada).

CAPÍTULO IV

A PORTADA E AS INFLUÊNCIAS

CAPÍTULO IV

A PORTADA E AS INFLUÊNCIAS

Uma vez classificadas as portadas de acordo com as respectivas tipologias arquitectónicas e de enquadramento, e após o estudo dos seus elementos constituintes, analisamos neste capítulo as diferentes influências que nelas se consubstanciam.

Considerámos, em particular, os tratados de arquitectura que circulavam na região de Entre Douro e Minho, e que eram um dos principais veículos de informação e formação teórica dos arquitectos, engenheiros militares e mestres pedreiros activos na região. Apreciámos igualmente a influência da arquitectura militar, pelas fortes semelhanças formais que existem entre as portadas das fortalezas de Entre Douro e Minho e algumas das portadas da arquitectura civil de Ponte de Lima. Aliás, o domínio da arquitectura militar, sobretudo durante o século XVII, faz-se sentir, quer nas edificações civis, quer nas religiosas. Assim, não é por acaso que, durante todo o século XVII, a figura do engenheiro militar impera no campo da arquitectura. Com efeito, tanto o encontramos a riscar igrejas, fortificações e casas particulares, como a projectar estruturas urbanísticas em programas de obras públicas. São disso exemplo Miguel de Lescole e Manuel Pinto de Vilalobos, como referimos anteriormente. A arquitectura religiosa também não pode ser descurada. Tanto mais que as portadas se relacionam, de forma directa ou indirecta, com as capelas vinculares das casas senhoriais, seguindo em muitos casos os seus modelos arquitectónicos e decorativos. Por fim, considerámos a tradição popular e o recurso a modelos pré-existentes, já que a ideia de edificar as portadas surge de um processo de assimilação de elementos eruditos com elementos populares, que ao longo dos tempos se foram padronizando.

4.1 - DA TRATADÍSTICA

A circulação de tratados e de gravuras de arquitectura na região de Entre Douro e Minho nos séculos XVII e XVIII está bem documentada. Aliás “*ser arquitecto nos séculos XVII e XVIII significava um contacto com alguns tratados de reputação irrevogável, como*

Vitrúvio, Alberti, Serlio e Vignola.”¹⁵⁸ Assim, os arquitectos, engenheiros militares e mestres pedreiros mais requisitados na região tinham decerto um intenso contacto com os manuais de arquitectura. Concretamente, Miguel de Lescole ”possuía uma nutrida biblioteca”¹⁵⁹, assim como Manuel Pinto de Vilalobos tinha um vasto conhecimento teórico, como Vítor Serrão diz a propósito:

“O engenheiro Vilalobos detinha, além disso, uma sólida cultura tratadística - escreveu, por exemplo, um *Calendario Perpetuo* (1724, BNL), e foi tradutor da enciclopédia sinóptica de N. Bergeron e do *Trattato del Moto de Torricelli*.”¹⁶⁰

Efectivamente, Manuel Pinto de Vilalobos deixou “uma abundante contribuição poligráfica”¹⁶¹, tanto em trabalhos escritos por si, como em obras que traduziu para português, verdadeira prova de um *aggiornamento* teórico com o que de melhor se conhecia no seu tempo. Compôs o “*Tractado das prerrogativas, natureza e admiráveis qualidades do Ponto*”, que segundo Miguel Soromenho poderá ser uma tradução do “*Traité de l’usage du Pantomètre*”, que foi publicado por Pierre Bullet em 1675, tendo uma grande projecção em termos europeus¹⁶². Traduziu igualmente, do francês, “*Tableaux accomplis de tous les arts liberaux*”, obra de Nicolas Bergeron, intitulada na versão portuguesa “*Encyclopedia ou discurso e lição universal de todas as artes e sciencias*”¹⁶³; e do latim, o “*Trattato del Moto*”, de Torricelli. De sua autoria destacam-se as obras: “*Arquitectura Militar*”; “*Lições de Artilharia*”; “*Principaes acções de hum exército e Incumbências do posto de Mestre de Campo General*”; “*Calendário e Lunário Perpétuo*”.

Também Manuel J. Moreira da Rocha esclarece acerca da circulação de tratados:

¹⁵⁸ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva: Mestre e Arquitecto de Braga 1693-1751*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996. p. 60.

¹⁵⁹MOREIRA, Rafael – Miguel Lescole. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 260.

¹⁶⁰SERRÃO, Vítor – O Barroco. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003. Vol. 4. ISBN 972-23-3017.p. 142.

¹⁶¹SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada). Vol. I. p. 159.

¹⁶²IDEM, *Ibidem*, p. 159 e 206.

¹⁶³IDEM, *Ibidem*, p. 159.

“É ilustrativa a quantidade de livros com imagens de arte que eram de uso pessoal de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, em laboração no Minho na segunda metade de setecentos. Ou ainda o conjunto de tratados existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto nomeadamente Vitruvius, Vignola, e Serlio, entre outros, provenientes dos conventos de Entre Douro e Minho.”¹⁶⁴

Os tratados eram de tal forma importantes na actividade profissional dos artistas, que havia necessidade de personalizar o seu uso, referir o seu custo e deixar indicações precisas quanto à sua preservação. Vejam-se, a título de exemplo, algumas anotações manuscritas nos tratados usados por Frei José de Santo António Ferreira Vilaça¹⁶⁵, estudadas por Marie Thérèse Mandroux-França. A primeira, figura no exemplar de Charles-Antoine d’Aviller “*Cours d’Architecture*”:

“Este Libro de Architetura he do uso do irmão Fr. Jozé de António Monge de S. Bento Mestre de Obras de Architetura da sua Religião. Custou quatro mil e oito centos Reis; ano de 1771 à Pombeiro a 28 do Mes de Março do dito &.”¹⁶⁶

Outra, que aparece inscrita num exemplar de J. B. Leroux “*L’Architecture Moderne*”, oferta de D. Manoel Caetano Loreto, Superior Geral da Ordem Beneditina, a Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, em 1768, diz o seguinte:

¹⁶⁴Cf. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva - Mestre e Arquitecto de Braga 1693-1751. ob. cit.*, p. 61.

¹⁶⁵José Ferreira Vilaça foi entalhador, escultor e arquitecto, e a sua actividade desenrolou-se na segunda metade do séc. XVIII. Aos vinte e sete anos de idade tomou hábito na Ordem Beneditina, em Tibães, tendo professado a 2 de Abril de 1759, passando então a chamar-se Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Antes de entrar para a Ordem, foi iniciado no ofício de carpinteiro pelo pai, considerado um dos melhores artistas do seu tempo. Distinguiu-se sobretudo no campo da talha, como autor de riscos e como entalhador, mas a sua actividade no campo da arquitectura e da escultura não pode ser descurada. Trabalhou com André Soares, uma das figuras mais marcantes do rococó nortenho. Dos seus trabalhos de arquitectura destacam-se entre outros, as portadas das capelas do claustro principal do Mosteiro de Tibães (1762); a Biblioteca do Mosteiro de Santo Tirso (1767-1773); o terraço da entrada da igreja (1777-1780) e as alas novas do Mosteiro de Refóios de Basto (1780-1801); a portada da Quinta de Franco, do Mosteiro de Singeverga (1780-1786), etc. Cf. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça*. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 527-530.

¹⁶⁶Este tratado terá sido usado por Frei José de Santo António Vilaça durante os trabalhos do Mosteiro de Pombeiro. Cf. MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – *L’Image Ornamentale et la Litterature Artistique*

*“Por meu falecimento pertence à Livraria de Tibaens que assim esta no noso Livro da Rezam – Pombeiro, Mayo de 1768 &.”*¹⁶⁷

Estes não eram os únicos tratados de arquitectura do artista bracarense; como nos explica Natália Marinho Ferreira-Alves, Frei José de Santo António dispunha de uma panóplia de tratados:

*“Deixou um importante diário, iniciado, em 1759, ano da sua profissão religiosa, ao qual chamará Livro de Rezam, onde apontou todos os acontecimentos do seu percurso artístico. Graças a este manuscrito, sabemos que, para além do tratado de Andrea Pozzo, *Perspectiva pictorum et architectorum*, constavam da sua biblioteca alguns dos livros mais significativos sobre arquitectura e assuntos afins, publicados em Paris a partir da segunda metade do século XVII e ao longo do século XVIII, e que tanto iriam contribuir para a sua evolução estética: de A. Bosse, *Traité des manières de dessiner*; de J.-F. Blondel, *De la distribution des maisons de plaisance, Architecture françoise e Livre nouveau ou règles des cinq ordres d’architecture*; C.-E. Briseux, *L’art de bâtir des maisons de campagne*; de C. A de Aviler, *Cours d’architecture*; de C. A. Jombert, *Architecture moderne*; e de Roland de Verloys, *Dictionnaire d’architecture*.”*¹⁶⁸

Com efeito, os tratados eram um instrumento privilegiado de informação artística, e sem dúvida um meio de ascensão social, sobretudo para uma elite de artistas. Mesmo quando se tornavam inacessíveis, havia sempre a possibilidade de recorrer a empréstimos:

*“Se os artistas não possuíam recursos para adquirir os seus próprios livros com imagens que contribuiriam para a sua formação, podiam recorrer ao empréstimo, prática corrente no século XVIII.”*¹⁶⁹

Importées du XVIe au XVIIIe Siécle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 2ª Série, Vol. I. (1983), p. 201.

¹⁶⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 201.

¹⁶⁸ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. ob. cit.*, p. 527-528.

¹⁶⁹ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva - Mestre e Arquitecto de Braga 1693-1751. ob. cit.*, p. 60.

Assim, o conhecimento e a divulgação de tratados e gravuras de arquitectura na comunidade de artistas, nas famílias mais influentes e nos meios religiosos da região de Entre Douro e Minho, eram uma realidade concreta. As colecções de tratados existentes nas bibliotecas públicas de Braga e do Porto, provenientes dos extintos conventos, ilustram bem esta situação. Marie Thérèse Mandroux-França, a propósito destas colecções, esclarece:

*“Ces collections sont essentiellement constituées de livres et de gravures provenant de la spoliation des couvents, décrétée en 1834 par le nouveau gouvernement libéral, et anarchiquement redistribués entre des institutions culturelles existantes ou créées par le régime lui-même.”*¹⁷⁰

De todos os trabalhos teóricos de arquitectura, os de Sebastiano Serlio¹⁷¹ eram dos mais difundidos, *“(...) les ouvrages de Serlio qui ont connu la plus vaste diffusion (...)”*¹⁷², não só porque permitiam múltiplas aplicações decorativas, mas também devido à sua persistente divulgação em Portugal, quer dos originais, quer de posteriores reedições:

“On y trouve par contre l’édition originale des Livres III et IV, les premiers à paraître à Venise en 1537 et 1540, ainsi que celle des Premier et Second Livres publiés à Paris en 1545, lorsque Serlio était passé au service de François Ier.(...) A côté de ces éditions originales partielles, les nombreuses rééditions de l’ensemble du Traité publiées à Venise, depuis 1550 jusque vers 1620, et

¹⁷⁰MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – L’ Image Ornementale et la Litterature Artistique Importées du XVIe au XVIIIe Siécle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais. *ob. cit.*, p. 144

¹⁷¹Sebastiano Serlio, pintor e arquitecto originário de Bolonha, não deixou qualquer tratado acabado. O conjunto dos seus nove escritos sobre a arte de construir foi publicado intermitentemente a partir de 1517, sem qualquer ordem, parte em Veneza, parte em Paris e em Lyon. O Título *“Tutte l’opere d’architettura et prospettiva di Sebastiano Serlio bolognese”*, sugere que os livros estão completos, contudo só contém os Livros I a V, VII e o *“Extraordinario libro”*, designado erradamente como sendo o Livro VI. As *“Regole generali di architettura sopra le cinque maniere degli edifici”*, que constituem o Livro IV, de 1537, tratam das ordens de colunas, às quais Serlio tinha consagrado uma série de gravuras impressas em Veneza, a partir de 1528. O Livro III, de 1540, *“Il Terzo libro nel quale si figurano e descrivono le antichità di Roma e le altri che sono in Itália e sopra Itália”*, é o primeiro compêndio impresso em língua popular, que comporta gravuras que mostram os grandes edificios antigos de Roma e de Itália. Este Livro é dedicado a Francisco I, que mandou chamar Serlio a França e o empregou em Fontainebleau até 1547. Serlio passou os últimos anos da sua vida em Lyon, onde se consagrou essencialmente aos estudos teóricos. LAMERS-SCHÜTZE, Petra (coord.) – *Teoria da arquitectura do renascimento aos nossos dias*. Colónia: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6. p. 76-85.

¹⁷²MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – L’ Image Ornementale et la Litterature Artistique Importées du XVIe au XVIIIe Siécle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais. *ob. cit.*, p. 148.

largement représentées au Portugal, justifient l'influence durable de Serlio jusqu'à la fin du dix-septième siècle."¹⁷³

Efectivamente, encontramos nalgumas portadas setecentistas do concelho de Ponte de Lima, sobretudo nas mais eruditas, inspiração directa nos trabalhos de Sebastiano Serlio. A influência maneirista manifesta-se pelo recurso à ordem toscana, frequentemente associada ao aparelho rusticado, com colunas ou pilastras embebidas, pelos enrolamentos das cartelas decorativas, e pelo uso do frontão interrompido.

Por aparelho rusticado entendemos a arte de trabalhar a alvenaria de forma irregular, que, quando aplicado numa portada, "*suscita uma impressão de inexpugnabilidade.*"¹⁷⁴

Serlio, no Livro IV, "*Regole generali di architettura sopra le cinque maniere degli edifici*", associa a ordem toscana ao rusticado. Efectivamente, para Serlio, a ordem toscana "*representava o máximo de robustez, qualquer coisa de mais poderoso ainda que o dórico*"¹⁷⁵, que conjuntamente com o rusticado serviam na perfeição o próprio conceito de portada, potenciando e enfatizando a sua robustez. Os estudos que fez dos edifícios da Roma Antiga, particularmente da *Porta Maggiore*¹⁷⁶, ter-lhe-ão dado a inspiração para os numerosos portais rusticados que riscou.

Segundo Vitruvius, a ordem dórica tinha sido consagrada, na Antiguidade, aos edifícios relacionados com as divindades Minerva, Marte e Hércules, pela sua simplicidade e solidez. Embora esta ideia não seja confirmada pela arqueologia, foi amplamente divulgada pela tratadística maneirista, que defendeu o seu uso para as construções mais robustas. A ordem toscana foi igualmente associada a tais edifícios, tendo-se entrecruzado os campos de aplicação do dórico e do toscano. Aliás, "*só no Renascimento o toscano foi elevado a ordem autónoma*"¹⁷⁷, tendo sido largamente empregue sobretudo na arquitectura civil e militar.

¹⁷³IDEM, *Ibidem*. p. 149-150.

¹⁷⁴FORSSMAN, Erik – *Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos Séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. ISBN 972-23-1276-6. p. 51.

¹⁷⁵IDEM, *Ibidem*. p. 46.

¹⁷⁶A *Porta Maggiore* é constituída por dois vãos em arcos de volta perfeita, em travertino, com um ático elevado por detrás do qual passavam as condutas de dois aquedutos construídos pelo Imperador Cláudio no ano 52 DC, o *Aqua Cláudia* e o *Anio Novus*. Foi posteriormente incorporada na muralha Aureliana, mandada construir pelo Imperador Aurélio em 270 DC e terminada pelo seu sucessor, Probo, em 282 DC. A muralha tinha mais de 18 km de comprimento, 6 m de altura, e rodeava toda a urbe romana no séc. III. Tinha 383 torres a intervalos de 30 m, e 18 portas de acesso, mantendo funções defensivas até 1870. Cf. HINTZEN-BOHLEN, Brigitte – *Roma*. Col. Arte y Arquitectura. Colónia: Könemann, 2001. ISBN 3-8290-3296-X. p. 355, 394.

¹⁷⁷FORSSMAN, Erik – *Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos Séculos XVI-XVIII*. *ob. cit.*, p 46.

Não será por acaso que praticamente todas as portadas do concelho de Ponte de Lima recorrem à ordem toscana. Com efeito, esta ordem é apontada como a que melhor se adequa às portas das cidades, dos fortes, dos castelos, dos lugares que guardam tesouros, ou ainda para os edifícios militares.

Também Andrea Palladio¹⁷⁸ e Vincenzo Scamozzi¹⁷⁹ consideraram a ordem toscana como a “*mais clara, e simples de todas as ordens de arquitectura*”¹⁸⁰, e a que melhor se associa com o “*tratamento mais grosseiro da pedra.*”¹⁸¹ Esta combinação de simplicidade e rusticidade foi muito apreciada, sobretudo a partir do Renascimento, sendo perfeitamente adaptada à arquitectura rural.

De facto, se a ligação da ordem toscana com o aparelho rusticado está legitimada na arquitectura clássica, ela é porém uma invenção do Renascimento:

¹⁷⁸Tal como Sebastiano Serlio, o arquitecto Andrea Palladio, natural de Pádua, considerava os modelos da Antiguidade Clássica uma referência incontornável, pelo que empreendeu várias viagens à Cidade Eterna com o objectivo de estudar e registar os seus monumentos antigos. Assim, em consequência das suas estadias em Roma, surgem dois guias, em 1554: “*Le antichità di Roma*” e “*Descrizione de le chiese, stationi, indulgenze*”. Deste modo, a competência teórica de Palladio fundamentou-se na sua própria pesquisa. Efectivamente, o tratado “*Quattro libri*”, publicado em 1570, resulta da sua interpretação dos modelos antigos, da sua experiência de aprendizagem no *atelier* de Giovanni di Giacomo da Porlezza, em Pedemuro, e da própria reflexão teórica dos tratadistas renascentistas e dos seus contemporâneos. O seu tratado teve uma enorme repercussão através dos séculos: “*O “palladianismo” tornou-se um verdadeiro conceito de estilo*”. Os seus projectos de arquitectura civil, sobretudo os Palácios e as *Villas* da região do Veneto, tornaram-se um paradigma na história da arquitectura ocidental. A obra de Andrea Palladio teve uma enorme influência em Portugal, e concretamente na região da Ribeira Lima. Ou não serão as varandas alpendradas dos solares barrocos da região, uma referência à obra de Palladio? Cf. WUNDRAM, Manfred; PAPE, Thomas; MARTON, Paolo – *Andrea Palladio: um arquitecto entre o Renascimento e o Barroco*. Colónia: Taschen, 1994. ISBN 3-8228-0495-9. LAMERS-SCHÜTZE, Petra (coord.) – *Teoria da arquitectura do renascimento aos nossos dias*. Colónia: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6. p. 110-117.

¹⁷⁹Vincenzo Scamozzi foi um dos grandes arquitectos da região de Veneza, na viragem do Maneirismo para o Barroco. O seu Tratado “*L’idea della architettura universale*” foi o último tratado de arquitectura do Maneirismo. Inicialmente foi organizado em doze volumes, sendo mais tarde reduzido para dez. Seis destes dez livros foram publicados em Veneza, em 1615, tendo-se dispersado, depois da morte do autor, o material correspondente aos restantes. O Livro I é dedicado à arquitectura enquanto ciência, e à formação do arquitecto; o Livro II incide sobre as condições geográficas e topográficas da construção; o Livro III trata da arquitectura particular, e o IV da pública; no Livro VI, Scamozzi expõe a sua doutrina sobre as ordens arquitectónicas. Os Livros VII, VIII e IX são dedicados aos materiais de construção; às etapas de edificação e aos trabalhos de acabamentos e embelezamento dos edifícios. Por fim, o Livro X incide sobre as modificações e restauro dos monumentos antigos. Os Livros IV, IX e X nunca foram publicados. Pelo contrário, o Livro VI, que trata das ordens de arquitectura, foi muito divulgado. Scamozzi fez a síntese dos autores que admirava: dos gregos: Platão, Aristóteles e Euclides; dos latinos: Plínio, Cícero e Vitruvius, e ainda dos tratadistas italianos, Leon Battista Alberti e Sebastiano Serlio. Cf. LAMERS-SCHÜTZE, Petra (coord.) – *Teoria da arquitectura do renascimento aos nossos dias*. Colónia: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6. p. 118-127.

¹⁸⁰FORSSMAN, Erik – *Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos Séculos XVI-XVIII. ob. cit.*, p 46.

¹⁸¹IDEM, *Ibidem*, p 47.

*“A ordem mais simples associa-se, adequadamente, com o tratamento mais grosseiro da pedra, numa contaminação que não pode ser deduzida nem dos monumentos antigos, nem de Vitruvius, nem da arquitectura florentina do século XV, mas que foi antes uma invenção do Renascimento: o que, por definição, era robusto e rústico devia ser assim também no exterior.”*¹⁸²

Assim, as portadas, codificadas pela tratadística maneirista como metáfora de robustez, sintetizam um universo de significados. Estamos pois perante uma linguagem arquitectónica cuja função e forma estão estreitamente ligadas. Se por um lado se evoca o aspecto viril, heróico ou defensivo desta estrutura; por outro, representa-se o poder e a afirmação do encomendador, que se exprimem de forma contundente por meios arquitectónicos.

Também a análise das portadas do concelho de Ponte de Lima, especialmente as que classificámos no Tipo 2 e respectivas variantes, cuja gramática decorativa radica na tratadística maneirista, permite inferir a assimilação efectiva de modelos italianos, e a erudição daqueles que protagonizaram a sua encomenda e projecto.

4.2 - DA ARQUITECTURA MILITAR

A leitura formal das portadas inventariadas permitiu-nos classificá-las em quatro tipologias arquitectónicas, com as respectivas variantes, e seis tipologias de enquadramento¹⁸³. Em três das tipologias arquitectónicas (Tipos 1, 2 e 3) identificámos princípios construtivos que as aproximam da arquitectura militar, a saber: a dominante verticalidade; o aspecto maciço dos panos de muro; o recurso sistemático à ordem toscana, por vezes associada ao rusticado; e a presença de pedras de armas e de merlões no entablamento. Destas portadas, aquelas que, em termos de enquadramento, se inserem nos panos de muro que delimitam as propriedades e que são autonomizadas do conjunto edificado (Tipo A), remetem igualmente para um conceito de espaço fortificado.

¹⁸²IDEM, *Ibidem*, p. 47.

¹⁸³A este propósito, consultar o Capítulo II do presente trabalho.

Contudo, além das características referidas, algumas portadas do concelho de Ponte de Lima apresentam fortes semelhanças formais com as das fortalezas seiscentistas e setecentistas construídas na região de Entre Douro e Minho. Já Miguel Soromenho tinha chamado a atenção para essa analogia:

*“Com algumas variantes, é aquele o esquema seguido [o da portada da Coroadá, na Fortaleza de Valença] nos portais da Casa da Lage, em S. Pedro dos Arcos e do Paço de Vitorino, em Vitorino das Donas, ambos situados no concelho de Ponte de Lima.”*¹⁸⁴

No âmbito deste trabalho, foram identificadas muitas portadas cuja composição arquitectónica e decorativa remete directamente para as das fortalezas de Entre Douro e Minho. Além da Casa da Lage e do Paço de Vitorino (Fig. 50), destacamos as portadas: da Casa do Cruzeiro, na freguesia de Arca; da Casa do Outeiro, da Quinta da Conceição, da Casa de Sabadão (Fig. 49) e da Casa do Antigo Convento de Vale das Pereiras, na freguesia de Arcozelo; da Casa da Torre de Bouçapaio (Fig. 51), na freguesia da Correlhã; e da Casa da Boavista, na freguesia de Refóios de Lima. Assim, a influência da arquitectura militar é incontornável, e em parte facilmente justificável.



Fig. 49 – Portada da Casa de Sabadão



Fig. 50 – Portada do Paço de Vitorino



Fig. 51 – Portada da Casa da Torre de Bouçapaio

¹⁸⁴SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada). Vol. I. p. 197.

Se o papel preponderante dos engenheiros militares no âmbito da arquitectura de Entre Douro e Minho é já conhecido, não podemos também esquecer “*que muitos palacetes construídos nos finais do século XVII e na primeira metade do século XVIII, nesta área, pertenciam a famílias militares ou com eles aparentados.*”¹⁸⁵ Aliás, as famílias nobres dominantes, as primeiras a terem acesso privilegiado à imprensa, tinham certamente contacto com os tratados de arquitectura e com os edifícios mais emblemáticos então construídos, revendo-se na erudição dessas propostas.

Foi a presença de Miguel de Lescole, e posteriormente a criação da Aula de Fortificação, em Viana do Castelo, que prestigiaram a engenharia militar na região. Deste modo, os modelos arquitectónicos por si preconizados eram assumidos como uma mais valia estética. Também a divulgação da tratadística e da produção teórica resultante da Aula de Fortificação, contribuíram para a formação de um gosto fortemente vinculado ao poder. Logo, podemos atribuir as portadas que radicam na arquitectura militar e nos tratados maneiristas à influência dos engenheiros militares activos na região em que se insere o concelho de Ponte de Lima, se não mesmo ao seu risco. Assim, tal como Rafael Moreira, acreditamos que:

*“A linguagem clássica que Lescole utiliza nos seus portais deve ter influenciado a arquitectura dos solares da região (se não foi ele próprio a desenhar alguns destes); assim se define um “classicismo minhoto” de raiz parisiense aclimatada a um meio de fidalguia rural e militar, que pelos anos 70 imprime uma viragem decisiva à arte religiosa.”*¹⁸⁶

Certamente que Miguel de Lescole e Manuel Pinto de Vilalobos se apoiaram nos trabalhos teóricos de Sebastiano Serlio e de Giacomo Barozzi da Vignola¹⁸⁷ para riscar as portadas das fortalezas de Entre Douro e Minho, a atestar pelos esquemas seguidos. Aliás, “*a cultura arquitectónica francesa coeva, largamente apoiada na obra de Serlio e Vignola,*

¹⁸⁵REIS, António Matos – *Ponte de Lima no Espaço e no Tempo*. Ponte de Lima: Câmara de Ponte de Lima, 2000. ISBN 972-96581-7-X. p. 207-208.

¹⁸⁶MOREIRA, Rafael – *Engenharia Militar*. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 259.

¹⁸⁷O tratado de Giacomo Barozzi da Vignola “*Regola delli cinque ordini d’ architettura*”, dedicado ao cardeal Alessandro Farnese, é um dos manuais de arquitectura mais referenciados, com mais de 250 edições. O carácter da obra com uma forte predominância de gravuras, certamente contribui para a sua grande divulgação. Cf.

desenvolvera um classicismo original, em que se podem localizar protótipos deste género de portal maneirista.”¹⁸⁸ Não é pois de estranhar que Miguel de Lescole conhecesse esses exemplares e os tivesse introduzido em Portugal. Certo é que, do ponto de vista da composição arquitectónica, quer as portadas das fortalezas de Entre Douro e Minho, quer as da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima, seguem os modelos propostos pelos teóricos italianos para tais estruturas. Muitas foram as fortalezas que aqueles dois engenheiros militares projectaram, e em todas encontramos o mesmo tipo de portada, reiterando assim uma linguagem arquitectónica específica, que só podia ser essa, e não outra. A título de exemplo, podemos referir: a Fortaleza de Valença do Minho¹⁸⁹, a Fortaleza de Monção¹⁹⁰, o Forte ou Castelo de Santiago, em Viana do Castelo¹⁹¹ e o Forte de São Francisco Xavier do Queijo (Castelo do Queijo) no Porto¹⁹², entre outras da região¹⁹³.

LAMERS-SCHÜTZE, Petra (coord.) – *Teoria da arquitectura do renascimento aos nossos dias*. Colónia: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6. p. 86-95.

¹⁸⁸SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*, ob. cit., p. 197.

¹⁸⁹A Fortaleza de Valença do Minho foi classificada Monumento Nacional pelo Decreto nº 15.178, DG 60 de 14 de Março de 1928. É a fortaleza mais importante do género e da época em Portugal, caracterizando-se por uma planta sofisticada com impressionante sobreposição de recintos fortificados. A sua imponência deve-se à necessidade de reforçar a capacidade defensiva desta Praça, implantada frente a Espanha. A sua planta, datada de 1661, é atribuída a Miguel de Lescole, Aí trabalhou também o engenheiro militar Manuel Pinto de Vilalobos, sendo de sua autoria as portadas da Coroada e do Meio, ambas datadas de 1700. Cf. NOÉ, Paula – *Fortificações da Praça de Valença do Minho*. <http://www.monumentos.pt>.

¹⁹⁰A Fortaleza de Monção foi classificada Monumento Nacional pelo Decreto 16-06-1910, DG 136 de 23 de Junho de 1910. O início da sua construção remete para o ano de 1656, sob o risco de Miguel de Lescole, sendo mestre pedreiro João Alves do Rego. Manuel Pinto de Vilalobos também aí trabalhou. Nesta fortaleza destaca-se a portada de Salvaterra: de arco pleno sobre pés-direitos enquadrado por pilastras da ordem toscana, apoiando frontão curvo interrompido com as Armas de Portugal no tímpano. Cf. NOÉ, Paula – *Castelo de Monção/Fortaleza de Monção*. <http://www.monumentos.pt>.

¹⁹¹O Forte ou Castelo de Santiago, em Viana do Castelo, foi classificado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 47.508, DG 20 de 24 de Janeiro de 1967. Em 1589, Filipe I manda proceder a alterações no traçado pré-existente segundo a direcção de Filipe Terzi e o acompanhamento de Tiburzio Spanochi e Leonardo Turriano. Em 1649 procede-se a ampliações e obras de restauro, levadas a cabo por D. Diogo de Lima. Posteriormente, D. João de Sousa terá encarregado Manuel Pinto de Vilalobos de proceder a obras de ampliação. Nesta fortaleza destaca-se a portada armoriada com o brasão de D. João de Sousa, encimado pelas Armas de Portugal. Cf. NOÉ, Paula – *Forte ou Castelo de Santiago*. <http://www.monumentos.pt>.

¹⁹²O Forte de São Francisco Xavier do Queijo, no Porto, foi considerado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 23.684, DG 65 de 20 de Março de 1934. O início da sua construção remete para 1661, em plena Guerra da Restauração, segundo o projecto de Miguel de Lescole, que aqui criou uma fortificação de planta trapezoidal, baseada num triângulo equilátero, cujo vértice aponta para o mar. Este forte serviu de modelo a outros construídos na região de Entre Douro e Minho. Cf. NOÉ, Paula – *Castelo do Queijo/Fortaleza do Queijo/Forte de São Francisco Xavier do Queijo*. <http://www.monumentos.pt>. BARROCA, Mário Jorge – *As Fortificações do Litoral Portuense*. Col. “Portucale”. Lisboa: Edições Inapa, D. L. 2001. ISBN 972-8387-94-6.

¹⁹³Toda a orla costeira de Entre Douro e Minho é rica em fortificações; de Norte para Sul, encontramos-las em Monção, Valença do Minho, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Moledo do Minho, Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Leça da Palmeira e Porto. Todas estas construções militares apresentam portadas; umas mais monumentais que outras, mas sempre dentro do mesmo esquema compositivo.

De todas as portadas da arquitectura militar de Entre Douro e Minho, a da Coroada é sem dúvida uma das mais monumentais (Fig. 52), e aquela que mais impacto terá causado:

“Dos portais desenhados por Manuel Pinto de Vilalobos, o que dá acesso ao recinto da Coroada, na praça de Valença, foi o que alcançou maior projecção: dois pares de pilastras geminadas, poderosamente rusticadas, sustentam na zona superior um frontão interrompido contracurvado, com uma tabela também coroada de frontão, onde estão insculpidas as armas régias.”¹⁹⁴

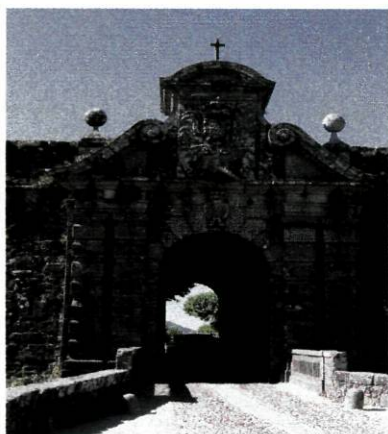


Fig. 52 – Portada da Coroada



Fig. 53 – Portada da Casa da Lage

Efectivamente, entre a portada da Coroada e a da Casa da Lage (Fig. 53), na freguesia de Arcos,

“(...) há uma tal identidade de soluções compositivas, que se torna nítido o propósito da reprodução formal, uma reprodução aliás que parece ser claramente assumida, pesem embora algumas alterações de pormenor.”¹⁹⁵

Aliás, as afinidades compositivas constituem justamente um dos critérios subjacentes à classificação arquitectónica das portadas que propomos, ainda que dentro da mesma tipologia se justifique a criação de variantes. Por conseguinte, as portadas cuja composição arquitectónica radica na arquitectura militar e na tratadística foram integradas no mesmo tipo

¹⁹⁴SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*, ob. cit., p. 197.

¹⁹⁵IDEM, *Ibidem*, p. 198.

(Tipo 2 e variantes, cf. Figs.22, 23 e 24, no Capítulo II). Um dos factores que legitimou o desdobramento da tipologia referida foi a relação do entablamento com os outros elementos constituintes. Assim, a portada da Casa da Lage, bem como aquelas que integram a variante 2.1 (Fig. 23), apresentam um entablamento comum ao corpo central da portada e aos panos de muro contíguos. Deste modo, a principal diferença entre a portada da Coroada e a da Casa da Lage reside na forma como o entablamento se articula com o corpo central e os panos de muro adjacentes:

“O entablamento [da Casa da Lage] foi porém resolvido de forma diversa, assumindo-se a unidade orgânica dos seus elementos constituintes, que aparecia quebrada no portal da Coroada pela descontinuidade introduzida no desenho da arquitrave. Lateralmente ao portal desenvolvem-se dois panos de muro, integrados no motivo arquitectónico central pela continuação do entablamento, enquadrados nos extremos por duas pilastras almofadadas, em tudo idênticas às que víramos aparecer em alguns edifícios de Viana.”¹⁹⁶

No entanto, as portadas que classificámos do Tipo 2 apresentam um corpo central autónomo. A da Casa da Boavista (Fig. 54), na freguesia de Refóios de Lima, representa um dos exemplares desta tipologia. Também nesta portada se encontram fortes semelhanças formais com uma das portadas da Fortaleza de Valença do Minho – a Porta do Meio (Fig. 55), atribuída a Miguel de Lescole.



Fig. 54 - Portada da Casa da Boavista

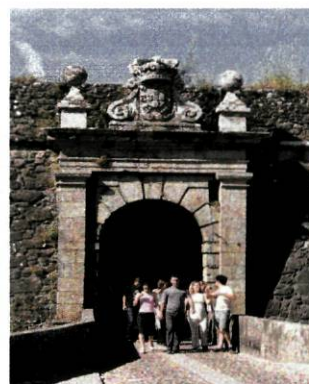


Fig. 55 - Porta do Meio

¹⁹⁶IDEM, *Ibidem*, p. 198.

A última variante desta tipologia (variante 2.2, Fig. 24) segue o mesmo esquema estrutural – corpo central independente e panos de muro contíguos – com a particularidade de os panos de muro apresentarem vãos, que podem ser de janela, ou de porta, sendo estes alternativos ao vão principal.

Apesar das especificidades formais das variantes do Tipo 2, encontramos elementos comuns entre elas. Todas estas portadas apresentam uma composição simétrica, definida pelo vão de porta principal; o eixo de simetria é marcado pela pedra de armas (praticamente todas apresentam pedra de armas), por vezes inserida numa tabela, ou num frontão interrompido à maneira de Vignola¹⁹⁷; todas são definidas por pilastras da ordem toscana, frequentemente associadas ao rusticado; e o entablamento é sempre ricamente decorado.

Assim, em termos construtivos, e a exemplo do que sucedera em fases precedentes “(...) é ainda a engenharia militar, de novo, a pautar o comportamento estético (...).”¹⁹⁸

Deste modo, e partindo dos exemplos inventariados, constatámos que as primeiras tentativas de afirmação do Barroco no Noroeste do país passaram necessariamente pela influência militar, e que a “*arquitectura patrocinada pela nobreza revela que este grupo social se mostrou mais avesso a inovações*”¹⁹⁹, revendo-se mais numa linguagem fortemente conotada com o poder.

Por isso, acreditamos que as portadas que radicam na arquitectura militar são uma metáfora, que visa esclarecer o perfil dos encomendadores, podendo falar-se de uma materialização do poder.

4.3 - DA ARQUITECTURA RELIGIOSA

A religiosidade dos proprietários e a vontade de afirmação de poder levaram à edificação de muitas capelas vinculares²⁰⁰ no concelho de Ponte de Lima. Muitos dos pedidos

¹⁹⁷Veja-se o frontispício do tratado de Giacomo Barozzi da Vignola “*Regola delli cinque ordini d’ architettura*.”

¹⁹⁸SERRÃO, Vítor – O Barroco. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003. Vol. 4. ISBN 972-23-3017. p. 139.

¹⁹⁹PEREIRA, José Fernandes – *Arquitectura barroca em Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. ISBN 972-566-171-0. p. 180.

²⁰⁰Por capelas vinculares entende-se aquelas que foram construídas para nelas se instituir um vínculo com legado perpétuo. “A expressão: é capela vincular, que os documentos referem frequentemente, indica que a ela estavam vinculados bens inalienáveis e indivisíveis, por vezes toda uma quinta e solar. A finalidade do vínculo

feitos à Arquidiocese de Braga para a construção de capelas, ou de oratórios no interior das casas, reiteravam a fé dos proprietários, justificando a especial devoção por um Santo, e alegavam que a distância a que se encontravam de uma Igreja paroquial comprometia o bom exercício dos seus deveres cristãos²⁰¹. Em contrapartida, os senhores vinculavam bens para a construção e a manutenção das mesmas, comprometendo-se a preservar e a respeitar os princípios da Igreja Católica. A aprovação do pedido pela Arquidiocese dependia da garantia dada pelo respeito das regras, e impunha determinados princípios, nomeadamente o livre acesso ao culto, o que implicava a utilização da capela por pessoas exteriores à família. A observância destas regras era particularmente exigente, já que se vivia no período da Reforma. João Vieira Caldas esclarece:

*“É natural que o tipo de religiosidade decorrente do espírito da Reforma e a retirada da nobreza para o campo, durante a união ibérica, tenham proporcionado a construção, junto das habitações rurais, de capelas particulares verdadeiramente dedicadas a serviços regulares e alargados. Este costume terá sido reforçado mais tarde à medida que os grandes senhores quiseram reproduzir à sua escala as pompas e cerimónias da Igreja.”*²⁰²

As capelas construídas, *“nunca as têm as casas mais pobres e nem sempre as mais ricas”*²⁰³, tinham que estar acessíveis a toda a comunidade cristã, segundo as regras canónicas da Igreja. Assim, surgem muitas casas com capela, pois *“a posse de uma capela particular anexa à casa de habitação parece ser um hábito que, tendo surgido no século XVII, se*

era, quase sempre, a de assegurar o cumprimento de legados pios perpétuos e a transmissão intacta dos bens e do nome da família, a fim de permitir o cumprimento indefectível desses legados. Em princípio, a administração destes bens era confiada ao filho varão mais velho que se tornava, assim, o herdeiro e o administrador do vínculo (morgadio)”. Cf. BAPTISTA, António José – Capelas da Freguesia da Facha. Ponte de Lima: [s.n.], 1989, p. 17.

²⁰¹Não sendo a nossa área de pesquisa específica, mas na tentativa de encontrar elementos sobre as portadas, já que umas estão adossadas ou integram capelas, ou mesmo quando autonomizadas se relacionam directa ou indirectamente com estas, consultámos no Registo Geral do Arquivo Distrital de Braga alguma documentação que refere os pedidos de construção de capelas vinculares ou de oratórios, assim como as subsequentes visitas inquisitivas sobre o seu estado de conservação e a respectiva observância das regras cristãs. Cf. A.D.B., Fundos Documentais: Registo Geral, Visitas e Devassas - Informações Eclesiásticas e o Juízo de Resíduos - 2º Juízo.

²⁰²CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. 2.ª ed. Porto: FAUP Publicações, 1999. ISBN 972-9483-31-0. p. 74.

²⁰³CALDAS, João Vieira, *ob. cit.*, p.73.

*desenvolveu principalmente entre finais de seiscentos e meados de setecentos. Um período, portanto, coincidente com o desenvolvimento do barroco em Portugal.*²⁰⁴

Para preservar a intimidade da casa, facilitando no entanto o acesso de todos fiéis, construía-se uma portada, que por vezes seguia o esquema compositivo das fachadas das capelas, repetindo o mesmo tipo de elementos. Em consequência, a portada sai decorativamente reforçada com a presença de uma capela, mesmo que esta não lhe esteja adossada ou não a integre. Daqui se pode inferir que a construção das portadas acompanha igualmente a fase de afirmação do Barroco em Portugal.

A acção artística promovida pelos Arcebispos de Braga – D. Luís de Sousa (1677-1690), D. José de Meneses (1692-1696), D. João de Sousa (1696-1703), D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) e D. José de Bragança (1741-1756) – não deve ter deixado os proprietários pontelimenses indiferentes, já que algumas capelas, e consequentemente algumas portadas do concelho, seguem os modelos arquitectónicos bracarenses.

A portada da Casa da Boavista, na freguesia de Moreira de Lima (Fig. 56) é disso exemplo. Esta portada, apesar de se encontrar no primitivo local de construção, está actualmente desintegrada do contexto arquitectónico original: a casa, que nunca teve o aparato da portada, foi recentemente reconstruída, e a capela que lhe estava adjacente, dedicada a S. Vicente Ferrer, foi totalmente trasladada para o Monte das Santas, na freguesia de Fornelos²⁰⁵ (Fig. 57). As duas construções, hoje fisicamente separadas, apresentam o mesmo tipo de composição arquitectónica e decorativa, inscrevendo-se no Barroco bracarense.

²⁰⁴ IDEM, *Ibidem*, p.73.

²⁰⁵ Em 1923 o Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Dr. Adelino Sampaio, compra a capela da Quinta da Boavista para a reedificar no Monte das Santas, onde inicialmente existia uma pequena ermida em ruínas, dedicada a Santa Maria Madalena. No dia 1 de Maio de 1926 foram transportadas as pedras da capela em 162 carros de bois de Moreira do Lima para o novo lugar. O mestre-de-obras José Manuel Lopes encarregase da sua reconstituição, e em 22 de Setembro de 1929 o Arcebispo de Braga D. Manuel Vieira de Matos faz a sua bênção. No mesmo dia as imagens do Senhor da Agonia, Santa Maria Madalena e Santa Rita de Cássia (assinadas por A. França, do Porto) são trasladadas em peregrinação concelhia da Vila para a capela. A 22 de Janeiro de 1965 é fundada a Confraria de Santa Maria Madalena, que desde então a administra. CF. AMARAL, Paulo – *Capela do Monte da Madalena*. <http://www.monumentos.pt>. DIAS, Pe. Manuel – A Capela do Monte da Madalena em Ponte de Lima. *O Anunciador das "Feiras Novas"*, 2.ª série. 8. Ponte de Lima, 1991, p. 25-27. REIS, António Matos – A Capela de Santa Maria Madalena. *O Anunciador das "Feiras Novas"*. 2.ª Série, 15, Ponte de Lima, 1998. p. 39-44.

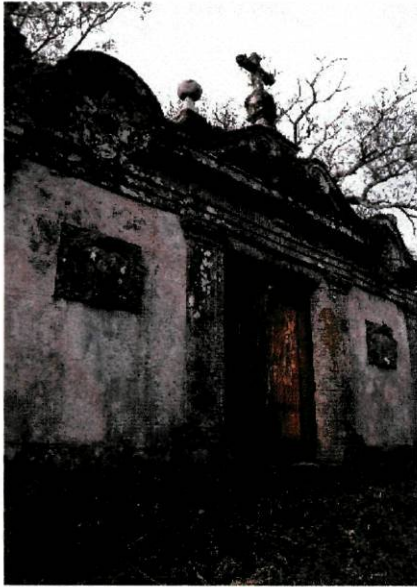


Fig. 56 - Portada da Casa da Boavista



Fig. 57 - Capela do Monte da Madalena

Ambas são flanqueadas por pilastras de canto da ordem toscana, exibem cartelas epigrafadas com enrolamentos de gosto maneirista nos panos de muro, apresentam o mesmo tipo de frontão interrompido e são encimadas por uma cruz latina exactamente igual.

Também a frontaria da capela da Casa de S. Bento, na freguesia de Fontão (Fig 58), que conjuntamente com as portadas adjacentes forma um frontispício harmonioso, apresenta um esquema arquitectónico semelhante aos exemplos anteriormente citados.



Fig. 58 - Frontispício da Casa de S. Bento

Aliás, as afinidades existentes entre a fachada da Capela do Monte da Madalena e a da Casa de S. Bento são evidentes. Estamos, pois, perante o mesmo tipo de composição arquitectónica, que denuncia a influência e a persistência de uma linguagem decorativa maneirista, já em pleno Barroco, visto que a capela de S. Bento é datada de 1734. Estes dois exemplos não são casos isolados, existindo muitas outras capelas vinculares e igrejas paroquiais no concelho que seguem a mesma fonte de inspiração. Podemos citar a Capela das Casas Novas (freguesia de Anais), a Capela da Casa da Garrida Velha (freguesia da Ribeira), a Capela da Casa da Quinta da Torre (freguesia de Poiares), entre muitas outras. Todas estas construções denunciam a influência da tratadística maneirista, nomeadamente de Sebastiano Serlio e de Giacomo Barozzi da Vignola. As cartelas epigrafadas apresentam um emolduramento idêntico àquele que Serlio propõe nos seus manuais de arquitectura, e o frontão interrompido remete para as propostas de Vignola²⁰⁶.

O estudo sistemático das capelas vinculares, assim como das igrejas paroquiais do concelho de Ponte de Lima, ainda se encontra por fazer²⁰⁷. Seria um tema de investigação muito interessante, mas que ultrapassaria o âmbito de uma dissertação de mestrado. O estudo das capelas particulares seria já uma tarefa hercúlea, não só pelo seu elevado número, mas também porque a documentação relevante se encontra dispersa nos Arquivos Paroquiais das cinquenta e uma freguesias do concelho de Ponte de Lima, nos Arquivos Distritais de Viana do Castelo e de Braga, e ainda em Arquivos particulares.

Assim, a análise que aqui fazemos não se fundamenta num estudo documental, mas sim no cotejo das formas arquitectónicas e decorativas com as das suas congéneres bracarenses.

²⁰⁶ As cartelas da Casa da Boavista (freguesia de Moreira do Lima) e da Casa de S. Bento (freguesia de Fontão), assim como de outras construções coevas, apresentam um esquema idêntico ao frontispício do I Livro de Arquitectura de Sebastiano Serlio e à moldura que enquadra o retrato do D. João III na obra *Imagines Quorundam Principum et Illustrum Virorum (...)*, Zaltieri Bolognino, Venise, 1569. Cf. MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – L' Image Ornementale et la Litterature Artistique Importées du XVIe au XVIIIe Siècle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 2ª Série, Vol. I. (1983), p. 143-206.

²⁰⁷ Referimo-nos a uma obra que abranja as igrejas paroquiais, as capelas vinculares e os cruzeiros das cinquenta e uma freguesias do concelho. O estudo arquitectónico e artístico destas edificações, assim como dos retábulos, das pinturas e das imagens, bem como dos paramentos e objectos litúrgicos, seria fundamental para conhecer este património. Existem algumas monografias e estudos sumários que evocam alguns destes temas, mas não se encontra nenhuma obra de fôlego. O Pe. António José Baptista, Pároco da Facha, grande conhecedor da sua freguesia, já há muitos anos que investiga os templos da sua paróquia, sendo a sua obra uma referência neste contexto. Cf. BAPTISTA, António José – *Capelas da Freguesia da Facha*. Ponte de Lima: [s.n.], 1989.

Um dos exemplares que assumimos como referência foi a Igreja paroquial de S. Vítor (Fig. 59), na freguesia com o mesmo nome, em Braga, reconstruída em 1686 por D. Luís de Sousa, arcebispo primaz das Espanhas, que foi uma das principais obras do seu governo eclesiástico. Esta igreja tem o risco de Miguel de Lescole, figura determinante para a arquitectura militar, civil e religiosa seiscentista e setecentista de Entre Douro e Minho, como temos vindo a referir. Nesta igreja bracarense, como noutras que lhe são atribuídas (Igreja de S. Vicente, em Braga), Lescole espelhou a sua formação clássica e de engenheiro militar, tendo aí introduzido, no entanto, alguma fantasia:



Fig. 59 - Igreja de S. Vítor

*“No projecto da Igreja de São Vítor, Lescolle desenvolve uma sóbria estrutura “estilo chão” que se abre a decantadas fórmulas militaristas com os flancos solidamente firmados por pilastras clássicas e a fachada concebida em exercício de austeridades com uso de tarjas e espirais, e aí se sente bem como palpita, à margem do discurso tradicional, um tónus pontualizado de renovação que abraça alguns dos cânones do Barroco.”*²⁰⁸

A Igreja de S. Vítor, considerada como uma obra precursora do barroco nacional, *“tanto ao nível da arquitectura como na solução decorativa dos interiores”*²⁰⁹, serviu certamente de modelo a outras construções na região de Entre Douro e Minho. As similitudes

²⁰⁸SERRÃO, Vítor – O Barroco. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003. Vol. 4. ISBN 972-23-3017. p. 141.

²⁰⁹A Igreja de S. Vítor foi das primeiras igrejas em Portugal a receber um revestimento integral de azulejos historiados nas paredes da nave e da capela-mor. Estes foram encomendados a uma oficina de Lisboa, tendo sido assentes entre 1692 e 1693 pelo mestre vilacondense João Neto da Costa. Representam a vida e o martírio de S. Vítor, assim como o panteão dos santos do Minho. A sua pintura está atribuída a Gabriel del Barco, e foi inspirada na *“História Ecclesiástica dos Arcebispos de Braga e dos Santos e Varoens Illustres que Florescerão neste Arcebispado”* de D. Rodrigo da Cunha (1634-1635). ARRUDA, Luísa d’ Orey Capucho – Igreja de S. Vítor de Braga, In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 98.; MECO, José – *O Azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 1991. 3 vol. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada). p. 56-61.

entre a frontaria deste templo e as de algumas capelas vinculares do concelho de Ponte de Lima remetem para essa possibilidade.

Aliás, Braga, cidade episcopal, era um centro artístico privilegiado, que difundia modelos e “exportava” grandes mestres e mão-de-obra especializada. O mesmo se pode dizer de Viana do Castelo, entreposto comercial dinâmico da maior importância para o Noroeste do país. Ponte de Lima, na confluência destes dois pólos artísticos, recebia estas influências, que enriqueceram o seu património. Basta cotejar a Igreja de Nossa Senhora da Agonia²¹⁰, uma das mais emblemáticas de Viana do Castelo (Fig. 60), com as capelas da Casa do Casal, em Gondufe (Fig. 61), e do Paço de Vitorino das Donas (Fig.62), para fundamentar este argumento.



Fig. 60 – Igreja de N^{ra}. S^a. da Agonia



Fig. 61 – Capela da Casa do Casal



Fig. 62 – Capela do Paço de Vitorino

Existem ainda, embora indirectamente, outras formas de influência religiosa nas portadas de Ponte de Lima. Nomeadamente, a portada da Quinta do Bom Gosto (freguesia da Seara), de estilo revivalista e eclético, que recria a fachada de um templo a partir da fantasia de um *brasileiro* de torna-viagem. Por outro lado, a portada da Casa do Morgado do Outeiro (freguesia da Correlhã) integra elementos deslocados (arquivolta, colunelos e capitéis),

²¹⁰ A Igreja da Nossa da Agonia foi reedificada entre 1751 e 1756 segundo os preceitos do barroco joanino nortenho. A ampliação tornou-se necessária devido à exiguidade do templo anterior face à popularidade do culto e da festa barroca em honra da Nossa Senhora da Agonia. O templo, de nave única, apresenta uma frontaria recortada com portada com duplo frontão invertido. Esta composição foi seguida na capela do Paço de

originais da segunda fase do Românico do Alto Minho, possivelmente provenientes de algum templo da região.

4.4 - DOS MODELOS PRÉ-EXISTENTES

Identificadas as principais influências com incidência na construção das portadas, não podemos concluir este capítulo sem mencionar também a força da tradição e dos modelos pré-existentes.

Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, no seu estudo sobre a casa nobre no Porto, refere a este propósito:

“(...) encontramos nos contratos de obras de pedraria e carpintaria, aquilo que designamos por modelos arquitectónicos e decorativos. Formas da estrutura arquitectónica ou elementos decorativos existentes em edifícios na cidade (ou fora dela) vão servir de modelos à nova construção. Esta razão, entre outras, poderá explicar uma certa resistência a inovações e o gosto por seguir esquemas já existentes, o que é frequente neste tipo de arquitectura.”²¹¹

Efectivamente, considerando as diversas tipologias arquitectónicas que identificámos (Tabela 1), verificamos que mais de 50% das portadas do concelho de Ponte de Lima têm uma estrutura idêntica, revelando assim uma tendência inequívoca para a padronização das formas. Referimo-nos objectivamente às portadas que classificámos no Tipo 1 e suas variantes. As portadas desta tipologia consubstanciam formas eruditas com elementos locais, criando uma linguagem vernácula.

Assiste-se igualmente, em algumas portadas desta tipologia, a uma simplificação de elementos da linguagem clássica, em particular no que se refere ao emolduramento dos vãos, e ao entablamento, em que o friso é frequentemente suprimido. Contudo, o entablamento é

Vitorino. Cf. PEREIRA, Paulo – Viana do Castelo. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 517-519.

²¹¹FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Col. “Portucal”. Lisboa: Edições Inapa, D.L. 2001. ISBN 972-8387-91-1. p. 38.

sempre o elemento mais exuberante; quanto ao vão de porta, apesar da simplicidade dos seus elementos estruturantes, a sua colocação no eixo de simetria, a que correspondem, no entablamento, elementos decorativos que o enaltecem, confere à portada o seu aparato.

A simplificação dos elementos estruturais facilita a construção das portadas, já que não exige uma mão-de-obra tão especializada, permitindo ainda uma economia de recursos. É neste contexto que se recorre a pedreiros e mestres-de-obras sem preocupações de carácter estético, que se serviam de modelos previamente testados. Ressalva-se, no entanto, a criatividade de alguns artífices.

Verifica-se também que há uma utilização recorrente dos mesmos tipos de elementos decorativos, comuns aos Tipos 1, 2 e 3, nomeadamente merlões chanfrados, cruces, pináculos, bolas, entre outros. Daqui se infere a valorização e a assimilação de formas que traduzem os valores culturais e espirituais em que a comunidade se revê.

Com efeito, em muitas casas que hoje se constroem no concelho, encontramos ainda elementos característicos da arquitectura solarenga, como as varandas alpendradas com colunas da ordem toscana, a simulação de uma torre, as portadas com os seus merlões, ou até pedras de armas sem classificação heráldica, comprovando assim a persistência de modelos arquitectónicos e decorativos²¹².

²¹²Efectivamente, constatámos que existem no concelho de Ponte de Lima numerosas oficinas de canteiros artísticos onde se produzem em série aqueles elementos.

CAPÍTULO V

AS PORTADAS NA ARQUITECTURA CIVIL DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA: FUNÇÕES E SIGNIFICADOS

CAPÍTULO V

AS PORTADAS NA ARQUITECTURA DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA: FUNÇÕES E SIGNIFICADOS

Depois de definidas as tipologias arquitectónicas e de enquadramento, e estudados os elementos estruturais, decorativos e identificativos, bem como as várias influências com incidência nas portadas do concelho de Ponte de Lima, importa neste capítulo reflectir sobre as suas funções e significados.

Ultrapassando a sua funcionalidade imediata – permitir a passagem – as portadas, enquanto estrutura arquitectónica de excelência, constituem *”uma espécie de síntese, por si só suficiente para dar um ensinamento.”*²¹³

Assim, do ponto de vista arquitectónico, concentram grande parte do esforço decorativo, conferindo um acesso condigno às casas e dignificando o conjunto edificado, umas vezes por antecipação, no caso daquelas que se encontram autonomizadas, outras vezes articulando e integrando os espaços construídos. Nas propriedades rurais setecentistas, além dos edifícios nobres (casa, capela), há ainda dependências agrícolas (adega, armazéns, celeiros, espigueiros, etc.), bem como espaços de produção e de fruição (horta, pomar, vinha, jardim, mata, bosque), geralmente delimitados por panos de muro onde se inserem uma ou mais portadas. Uma delas é sempre mais monumental, e frequentemente define um eixo longitudinal com os edifícios nobres, estruturando ainda a natureza envolvente. Deste modo, as portadas de aparato, autonomizadas, encontram-se quase sempre em eixo com a fachada nobre da casa, projectando-a para o exterior:

*“Nesta solução as vistas tornam-se parte essencial da composição e satisfazem essa outra tendência da arte barroca (...) – a de prolongar os espaços até ao infinito.”*²¹⁴

²¹³CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994. ISBN 972-695-215-8. p. 538.

²¹⁴AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 75.

Carlos Azevedo defende que “na casa nobre setecentista todo o esforço arquitectónico e decorativo se concentra na fachada”²¹⁵; nós vamos ainda mais longe, pois verificámos que, em muitos casos, esse esforço se concentra na própria portada, que se assume, então, como a verdadeira fachada nobre da casa. Aliás, no nosso inventário, encontrámos numerosos exemplos em que a casa é de grande simplicidade arquitectónica, sendo no entanto antecedida por uma portada sumptuosa.

No entanto, há outros casos em que a fachada nobre é enriquecida por uma varanda alpendrada e uma escadaria monumental – “A escadaria conhece agora maior desenvolvimento e chega mesmo a desempenhar papel primacial no exterior do edifício”²¹⁶ – que pode ser de um ou de dois lanços divergentes, estabelecendo-se, então, uma relação directa entre a portada e a escadaria, como se do seu prolongamento se tratasse. De qualquer forma, o que importa salientar é a hierarquização dos espaços e o tratamento privilegiado dos frontispícios, em detrimento de outras partes do conjunto edificado, como refere Adriano de Gusmão:

*“Na verdade, na maioria dos casos, toda a imponência do solar é cenográfica. Se a casa se distingue pela prosápia dos seus brasões talhados no granito da região, pela escadaria nobre subindo até ao primeiro andar, em um ou dois lanços, se a capela, algumas vezes, se encosta ao solar, a parte posterior do prédio tem todo o aspecto de um pardieiro.”*²¹⁷

Assim, a opção de tratar as frontarias de forma excepcional põe em evidência conceitos fundamentais do Barroco: a teatralidade e a valorização cenográfica dos espaços, o apelo aos sentidos e o dinamismo das formas. Segundo Christian Norberg-Schulz:

²¹⁵ AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 70.

²¹⁶ AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 72.

²¹⁷ GUSMÃO, Adriano de – *Solares Barrocos da Região de Basto*. In *Ensaios de Arte e Crítica*. Lisboa: Vega Edições, 2004. ISBN 972-699-609-0. p. 376

*“(...) tutti i sistemi barocchi operavano attraverso la persuasione, la partecipazione, il trasporto, che si traducevano nei termini di centralizzazione, integrazione ed estensione spaziale.”*²¹⁸

Contudo, além destes conceitos, outro aspecto está em jogo: a exaltação do proprietário. Assim, a definição de um eixo longitudinal que liga a fachada da casa com a portada cumpre, igualmente, um dos princípios humanistas fundamentais – a valorização do homem e a sua afirmação como ser social.

Esta perspectiva conduz também a uma acção ordenadora do homem sobre a natureza: *“Se há recinto exterior que o século XVIII privilegiou foi, certamente, o jardim.”*²¹⁹ Não surpreende, portanto, que entre a portada de aparato e a própria casa, se encontre frequentemente um jardim de recreio com buxos talhados, ou um amplo terreiro ajardinado que perspectiva o conjunto edificado, ou ainda, dependendo da dimensão da propriedade, uma alameda de árvores frondosas, com chafarizes. Estabelece-se, deste modo, um território fronteiro entre o mundo da natureza e o da cultura. Aliás, é no séc. XVIII que o jardim, no Norte, assume maior importância:

*“O jardim no Norte que até aí tinha ocupado um lugar secundário na evolução dos jardins portugueses – os grandes traçados paisagísticos do séc. XVI e XVII situam-se quase exclusivamente a Sul – adquire um novo sentido estético, ao lado das outras manifestações artísticas.”*²²⁰

Assim, podemos inferir que, na centúria de setecentos, no Norte, se desenvolveu um crescente interesse pela casa e pelo requinte da vida doméstica, que passava pela harmonia entre os diferentes espaços, quer os edificados, quer os naturais:

²¹⁸NORBERG-SCHULZ, Christian – *Architettura Barocca*. 2.^a ed. Milano: Electa, 1998. ISBN 88-435-2461-5. p. 204.

²¹⁹CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. 2.^a ed. Porto: FAUP Publicações, 1999. ISBN 972-9483-31-0. p. 59.

²²⁰CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da Originalidade e Desaires desta Arte*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1990. ISBN 972-42-0157-0. p. 249.

*“Os valores cenográficos do barroco e a efectiva utilização lúdica dos espaços exteriores por uma sociedade rococó, aliados a uma mentalidade acentuadamente ruralizante, levaram a uma frequente combinação do útil com o agradável.”*²²¹

Se a portada estrutura e articula os espaços interiores da propriedade, desempenha igualmente um papel determinante sobre o meio envolvente. Não nos referimos explicitamente, neste contexto, à afirmação social do proprietário, muito embora possa existir uma correlação.

Com efeito, durante o nosso inventário, constatámos que em muitas portadas existem bancos de granito adossados ao lado exterior dos panos de muro. Esta característica permite algumas leituras interessantes. De facto, na proximidade de muitas das portadas com bancos adossados existe uma capela vincular, podendo verificar-se uma das seguintes situações: a portada integra a capela (Tipo D); a portada forma com a capela um ângulo recto ou alinha-se com a respectiva fachada (Tipo C); a portada encontra-se em eixo com a capela (Tipo A). Pensamos, pois, que esta realidade traduz a vontade expressa de criar um espaço com uma função eminentemente social, como se de um pequeno adro se tratasse. No espaço rural, tais adros funcionavam como pontos de encontro e de convívio, nos dias de festa ou depois dos serviços religiosos, tendo a portada como cenário. Ainda que não exista a capela, as portadas com bancos adossados cumprem sempre uma função social. Deste modo, as portadas tanto obrigam à organização do interior das propriedades, como desempenham um papel estruturante do meio envolvente, criando-se uma certa continuidade entre o privado e o público. Não será esta uma outra forma de afirmação social do proprietário? E não estaremos ainda perante uma tentativa de regular espaços, conferindo-lhes uma certa uniformidade?

Outro aspecto que nos pareceu interessante foi que, em algumas portadas dos Tipos 1.1, 2.2 e 4.2, os panos de muro adjacentes ao vão de porta apresentam janelas de peitoril com conversadeiras no lado interior. Também esta peculiaridade nos sugere algumas interpretações.

Assim, além da valorização estética do pano de muro através de um jogo de oposições: aberto/fechado; claro/escuro; luz/sombra, os vãos de janela cumprem nitidamente

²²¹CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, ob. cit., p. 60.

uma função lúdica. O gosto pela fruição da paisagem remete-nos de novo para uma perspectiva humanista, por oposição à realidade medieval, com muralhas altas, maciças e com poucas aberturas. Terry Comito esclarece:

*“L’iconografia típica dell’ età medievale collocò i propri auctores prediletti entro camere o cellette rigorosamente chiuse, curvi sulle loro pergamene (come gli evangelisti, sulla cui attività essi modellavano la própria) intenti ad accogliere il dettato dello Spirito Santo. Il Convivium religiosum di Erasmo ci offre invece un paradigma di interpretazione del tutto diverso per la lettura del rapporto fra pensiero e mondo.”*²²²

Por outro lado, os vãos de janela projectam a fachada nobre da casa para o exterior, cumprindo assim mais uma das premissas do Barroco – o gosto de ver e, principalmente, o de ser visto.

Deste modo, e apesar de nos situarmos num cenário rural, encontramos aqui também os princípios fundamentais do urbanismo deste período, quer no traçado de um eixo longitudinal, quer na regulação dos espaços nobres e ainda na definição de uma perspectiva monumental:

*“O barroco, aliás, vai até ao ponto de contemplar o mundo como uma vista. Até aí estava-se dentro do mundo, no meio das coisas, mas não se tinha a distância nem a visão em profundidade para que estas coisas se organizassem como uma vista, como um panorama.”*²²³

Também a composição ascensional, a valorização de um eixo de simetria e a profusão de elementos decorativos remetem para o carácter festivo e comemorativo das portadas, lembrando necessariamente um arco de triunfo. O facto de assumirem uma certa individualidade em relação ao conjunto edificado, confere-lhes igualmente solenidade.

²²²COMITO, Terry – Il giardino umanistico. In MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges – *L’architettura dei giardini d’Occidente: dal Rinascimento al Novecento*. 3ª. ed. Milão: Electa, 1999. ISBN 88-435-7238-5. p. 33.

²²³CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve História do Urbanismo*. 4ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996. ISBN 972-23-1541-2. p. 136.

De certa forma, as portadas sintetizam dois conceitos aparentemente antagónicos, mas complementares. Se por um lado têm uma função estática, são com frequência a parte mais dinâmica do conjunto edificado. Já José Fernandes Pereira, referindo-se ao Paço dos Cunhas, em Santar, diz o seguinte:

*“(...) o muro exterior da propriedade com o seu portão, onde o brasão, ultrapassando a linha de topo do muro, introduz uma ondulação amplamente desenvolvida no período barroco e constituindo inúmeras vezes o único elemento dinâmico do edifício.”*²²⁴

Efectivamente, as portadas representam um dos aspectos mais dinâmicos da paisagem limiana, e uma das expressões arquitectónicas mais características de Entre Douro e Minho, mostrando uma identidade própria, fortemente enraizada na cultura e história locais.

Assim, no meio da exuberante vegetação do concelho de Ponte de Lima, entre colinas verdejantes, rompem animadas estruturas de granito da região, umas mais eruditas, outras mais simples, umas tantas fantasiosas, e outras ainda, definidas por possantes pilares.

Se umas são armoriadas, outras ostentam singelas cruces, ou são apenas coroadas por atávicos adornos. Independentemente da gramática decorativa, o que se pretende é celebrar o poder:

*“É que o poder, para se exercer, necessita de um grande esforço de ostentação – que poderíamos classificar de diplomático – mostrando grandeza e escondendo misérias.”*²²⁵

Deste modo, e em qualquer dos casos, a portada cumpre sempre uma função simbólica. Pode, assim, ser considerada como estrutura falante, que materializa uma vontade de afirmação social. E ainda, de comunicação, estabelecendo-se, desde logo, uma dinâmica entre a linguagem arquitectónica escolhida e aquilo que se pretende dizer.

²²⁴PEREIRA, José Fernandes – Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil. In MOURA, Carlos (dir.) – O Limar do Barroco. *História da Arte em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Alfa, 1993. Vol. 8. p. 59.

Assim, as portadas do início de setecentos consubstanciam as ideias de defesa e de solidez, que se exteriorizam nos panos de muro altos e maciços, e as de sobriedade e virilidade, ilustradas no recurso à ordem toscana, muitas vezes, associada ao rusticado.

Acreditamos, ainda, que as ideias representadas por estas estruturas são meramente retóricas e visam enaltecer o perfil dos encomendadores, podendo falar-se de uma corporalização do poder.

No entanto, as atitudes foram evoluindo progressivamente, assistindo-se a uma alteração de gostos e de mentalidades, e os muros intransponíveis deram lugar a vedações mais baixas, criando-se um novo conceito de espaço²²⁶. Esta realidade exprime uma nova atitude do homem, que procura libertar-se do passado para construir um futuro alicerçado nos princípios da razão. Esta evolução ocorre em simultâneo com as grandes transformações sociais dos finais do séc. XVIII.

Deste modo, a relação continuada entre o interior e o exterior da propriedade traduz uma nova postura do homem perante os seus pares e o meio. Daí que muitas portadas do séc. XIX apresentem estruturas constituídas por fortes pilares e com panos de muro adjacentes baixos, que em muitos casos não passam de muretes envoltos por sebes. Noutros casos, as vedações são de ferro forjado, em sintonia com as novas tecnologias de construção. Agora, as portadas já não ostentam as armas de família, substituídas por outros ornatos; não se perde, no entanto, a monumentalidade desta estrutura arquitectónica, que mantém as suas múltiplas funções.

²²⁵RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – *Flor da Rosa e o Mosteiro*. “Catálogo da Exposição”. Crato: Câmara Municipal do Crato, [s.d.]. p. 25.

²²⁶A evolução da estrutura das portadas é contemporânea da destruição das cinturas de muralhas que envolviam os núcleos urbanos; no caso de Ponte de Lima, tal ocorre entre 1787 e 1857, conforme já referimos no Capítulo I. Cf. ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN 972-24-0771-6. p. 14-21.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Esta dissertação permitiu-nos conhecer uma das estruturas arquitectónicas mais emblemáticas do concelho de Ponte de Lima. Apesar das portadas não serem exclusivas da região, já que as encontramos em todo o País, assumem aqui uma maior expressão numérica, certamente em resultado de dois factores determinantes: por um lado, na região de Entre Douro e Minho – berço da nacionalidade e da nobreza mais antiga de Portugal – existem inúmeras casas nobres; por outro lado, o regime de propriedade, dispersa e dividida no Norte, conduz a uma concentração elevada de quintas muradas e, conseqüentemente, um grande número de portadas.

Acreditamos ainda que as portadas surgem inicialmente no contexto da casa nobre seiscentista, assumindo uma importância significativa durante o séc. XVIII, vinculadas a uma vontade de afirmação do poder. Com efeito, aquelas que identificámos como as mais antigas são armoriadas, e mostram uma grande erudição arquitectónica que só estaria ao alcance de uma classe dominante. No entanto, limitar este estudo à casa nobre teria sido, na nossa opinião, demasiado restritivo, já que outros grupos sociais se identificaram com esta estrutura, tendo contribuído para a sua diversidade.

A análise das portadas no âmbito da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima revelou a singularidade de uma linguagem vernácula, onde se consubstanciam elementos de uma memória longínqua da arquitectura militar e civil medieval, da arquitectura militar da época moderna e do aparato e opulência das formas sinuosas do barroco nortenho. Sabemos igualmente que a portada, enquanto estrutura arquitectónica, evoluiu em conformidade com as gramáticas decorativas. Contudo, as portadas setecentistas, pela sua qualidade e originalidade, podem ser consideradas um distintivo indelével no contexto do Barroco do Norte do país.

Assim, o reconhecimento da componente regional deve-se à persistência de certas constantes de carácter construtivo, estrutural e decorativo, que se inserem na cultura artística local, contribuindo ainda para a afirmação da identidade de uma região e de um povo.

FONTES

FONTES

I – Bibliografia

A CASA Limiana. Ponte de Lima: Instituto de Estudos Limianos, [1979].

ACKERMAN, James S. – *La Arquitectura de Miguel Angel*. Madrid: Celeste Ediciones, 1997. ISBN 84-8211-094-2.

AFONSO, José Ferrão (dir.) – *Vale do Lima. Memória. Sentimento. Situação*. Ponte de Lima: Edição Valima, 2002. ISBN 972-97510-6-4.

ALBERTI, Leon Battista – *De Re Aedificatoria*. Madrid: Ediciones Akal, 1991. ISBN 84-7600-924-0.

ALCOFORADO, Diogo – A Igreja dos Terceiros do Carmo: contribuição para uma leitura da sua fachada. Separata da *Revista de História*. Porto: Edição do Centro de História da Universidade do Porto, 1979. Vol. II.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Alto Minho*. Col. “Novos Guias de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Património: o seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos, 1998. ISBN 972-96935-3-6.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – O Gótico. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2841-7. Vol. 2.

ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: [s.n.], 1994.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. ISBN 972-24-1173-X.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Ponte de Lima. O Espaço e as Gentes*. Porto: [s.n.], 1985. 2 vol. Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Policopiada).

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN 972-24-0771-6.

ARAÚJO, Ilídio de – Quintas de recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII). *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XXVII, n.º 63 (75) (1973), p. 321-331.

ARAÚJO, José Rosa de – *Memória da Capela de Nossa Senhora da Agonia*. 2ª. ed. Viana do Castelo: Edição da Confraria de Nossa Senhora da Agonia. 1993.

ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho – *Monografia de S. Julião do Freixo e estudo sucinto de Anais (Sta. Marinha de)*. Viana do Castelo: Edições do Centro de Estudos Regionais, 1981.

ARQUITECTURA *Popular em Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Vol. 1.

ARRUDA, Luísa d' Orey Capucho – Igreja de S. Vítor de Braga, In PEREIRA, José Fernandes (dir.) - *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 98

ATIENZA, Júlio de – *Nobiliario español. Diccionario heráldico de apellidos españoles y de títulos nobiliarios*. 3.ª ed. Madrid: Aguilar Ediciones, 1959.

AURORA, Conde D' – *Monografia do Concelho de Ponte de Lima*. Porto: Litografia Nacional, 1946.

AURORA, Conde D' – *Roteiro da Ribeira-Lima*. 4.ª ed. Ponte de Lima: Edição LIMICI, 1996. ISBN 972-95844-1-9.

- AURORA, Conde D' – Varandas, janelas, postigos e outros ferros da cidade do Porto. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXX, Fascs. 1, 2 (1967), p.163-275.
- AURORA, Conde D' – O Solar de Bertandos. Separata da *Revista Lusíada*, nº 8. Porto, 1956.
- AZEREDO, Francisco de – *Casas Senhoriais Portuguesas*. I - Viagem de Estudo do Internationales Burgen-Institut [S.I.]: Instituto Internacional dos Castelos, 1978.
- AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- AZEVEDO, José Adolfo da Costa – Sousas Machados, Senhores que foram da Casa da Lage. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. VII, (1986), p. 261-271.
- BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha Monteiro – *Vocabulário Heráldico*. Lisboa: Edições Mama Sume, [s.d.].
- BAPTISTA, António José – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 128 - Ano XXII, (1988), p. 3-4.
- BAPTISTA, António José – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 129 - Ano XXII, (1988), p. 3-4.
- BAPTISTA, António José – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 130 - Ano XXII, (1988), p. 3-4.
- BAPTISTA, António José – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 131 - Ano XXII, (1988), p. 3-4.
- BAPTISTA, António José – A Casa das Torres. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 132 - Ano XXII, (1988), p. 3.

- BAPTISTA, António José – A Quinta do Outeiro. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 185 - Ano XXXI, (1997), p. 3-4.
- BAPTISTA, António José – A Quinta do Outeiro. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 186 - Ano XXXI, (1997), p. 3-4.
- BAPTISTA, António José – A Quinta do Outeiro. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 187 - Ano XXXI, (1997), p. 3.
- BAPTISTA, António José – *Capelas da Freguesia da Facha*. Ponte de Lima: [s.n.], 1989.
- BAPTISTA, António José – Casa da Pedreira. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 198 - Ano XXXIII, (1999), p. 3.
- BAPTISTA, António José – Casa da Pedreira. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 199 - Ano XXXIII, (1999), p. 3-4.
- BAPTISTA, António José – Quinta do Paço Velho. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 179 - Ano XXX, (1996), p. 3.
- BAPTISTA, António José – Quinta do Paço Velho. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 180 - Ano XXX, (1996), p. 3.
- BAPTISTA, António José – Quinta do Paço Velho. *A Minha Terra*. Ponte de Lima: Boletim Paroquial. Nº 181 - Ano XXX, (1996), p. 3.
- BAPTISTA, António José – *Toponímia de Ponte de Lima: Levantamento Toponímico*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2001. Vol. I. ISBN 972-98467-6-6.
- BARBOSA, I. de Vilhena – *As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza que teem Brasão d'Armas*. Lisboa: Typografia do Panorama, 1860. Vol. II.
- BARROCA, Mário Jorge – *As Fortificações do Litoral Portuense*. Col. “Portucalé”. Lisboa: Edições Inapa, D. L. 2001. ISBN 972-8387-94-6.

- BERNALDO DE QUIRÓS, Felipe Torroba – *Palacios y Jardines*. 2.^a ed. Madrid: Publicaciones Españolas, 1959.
- BEZERRA, Manuel Gomes de Lima – *Os Estrangeiros no Lima*. Fac-simile da 1.^a ed. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992. ISBN 972-588-048-X. 3 volumes.
- BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa: Difel Difusão Editorial, 1987.
- BLUTEAU, D. Rafael – *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra: Collegio das Artes de Companhia de Jesu, (1712), Vol. 2; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, (1720), Vol. 7.
- BONET CORREA, Antonio – *Fiesta, Poder y Arquitectura*. Madrid: Edições Akal, 1990.
- BONET CORREA, Antonio – *La Arquitectura en Galicia durante el Siglo XVII*. Madrid: [s.n.], 1966.
- BORGES, Nelson Correia – *A Arte nas Festas do Casamento de D. Pedro II*. Porto: Paisagem Editora, 1982.
- BORGES, Nelson Correia – *Do Barroco ao Rococó. História da Arte em Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: Publicações Alfa, 1993. Vol. 9.
- BOSC, Ernest – *Dictionnaire raisonné d'architecture et des sciences et arts qui s'y rattachent*. Paris: Librairie de Firmin, 1880.
- BOTTINEAU, Yves – *Baroque Íberique: Espagne, Portugal, Amérique Latine*. Fribourg: Office du Livre, 1986.
- BRANCO, Camilo Castelo – *O Senhor do Paço de Ninães*. 4.^a ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1911.
- BRANCO, Camilo Castelo – *Eusébio Macário*. 3.^a ed. Porto: Livraria Chardron, 1897.

- CALADO, Margarida – Barroco do Norte, Barroco do Sul: Algumas Reflexões. *Separatas - Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. p.
- CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. 2.^a ed. Porto: FAUP Publicações, 1999. ISBN 972-9483-31-0.
- CALDAS, João Vieira – Casa Rural. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) - *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 109-110.
- CALHEIROS, Diogo Lopes de – *Memorial de Calheiros*. Ponte de Lima: [s.n.], 1987.
- CALZADA ECHEVARRÍA, Andrés – *Diccionario Clásico de Arquitectura y Bellas Artes*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003. ISBN 84-7628-406-3.
- CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e Cernache) – *Portas e Casas Brasonadas do Porto e seu termo*. [S.l.: s.n.], 1945.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira – *Da Essência do Jardim Português*. Évora: [s.n.], 1995. 2 vol. Tese de Doutoramento em Arte da Paisagem e do Jardim apresentada à Universidade de Évora. (Policopiada).
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira – *Inventário da Arte Paisagista em Portugal*. Évora: [s.n.], 1985. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Universidade de Évora. (Policopiado).
- CARDONA, Paula Cristina Machado – *O perfil artístico das Confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*. Porto: [s.n.], 1997. 2 vol. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Policopiada).
- CARITA, Helder – *Palácios de Goa: modelos e tipologias de arquitectura civil indo-portuguesa*. Lisboa: Quetzal Editores, 1995. ISBN 972-564-243-0.

- CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da Originalidade e Desaires desta Arte*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1990. ISBN 972-42-0157-0.
- CATÁLOGO da Exposição “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. ISBN 972-787-00-2.
- CHARPENTRAT, Pierre – *Baroque: Italie et Europe Centrale*. Fribourg: Office du Livre, [1964].
- CHARPENTRAT, Pierre – *L’art baroque*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.
- CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994. ISBN 972-695-215-8.
- CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve História do Urbanismo*. 4ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996. ISBN 972-23-1541-2.
- COMITO, Terry – Il giardino umanistico. In MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges – *L’architettura dei giardini d’Occidente: dal Rinascimento al Novecento*. 3ª. ed. Milão: Electa, 1999. ISBN 88-435-7238-5.
- CONAN, Michel – *Dictionnaire Historique de L’Art des Jardins*. [Paris]: Hazan, [s.d.]. ISBN 2-8525-543-2.
- CRESPO, José – *Roteiro do Minho*. 3.ª ed. Viana do Castelo: Edição do A., [s.d.].
- D’ABREU, João Gomes – Beato Francisco Pacheco: subsídios bibliográficos. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal. Vol. V, (1984), p. 377-391.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Religião e Simbólica*. Porto: Granito Editores e Livreiros, 2001. ISBN 972-8594-15-5.

DIAS, Pe. Manuel – A Capela do Monte da Madalena em Ponte de Lima. *O Anunciador das “Feiras Novas”*, 2.^a série. 8. Ponte de Lima, 1991, p. 25-27.

ENCICLOPEDIA Universal Ilustrada Europeo-Americana. Barcelona: Hijos de J. Espasa, Editores. [s.d.]. Tomo XLVI. ISBN 84-239-4500-6.

ESTEBAN LORENTE, Juan Francisco – *Tratado de Iconografía*. Madrid: Ediciones Istmo, 1998. ISBN 84-7090-224-5.

FARIA, António Machado de – *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro: As Arquitecturas do Vinho do Porto*. [Porto]: Edição GEHVID, 2001. ISBN 972-96896-7-9.

FERNANDES, A. de Almeida – *Toponímia de Ponte de Lima: Estudo Toponímico*. Ponte de Lima. Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2001. Vol. II. ISBN 972-98467-7-4.

FERRÃO, Leonor – Um Motivo Arquitectónico Emblemático. In *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Vol. 2. Porto, 1991, p. 593-619.

FERREIRA, Guilherme Luís dos Santos – *Armorial Português*. Lisboa: Livraria Universal, (1920) Vol. 1; (1923) Vol. II.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto dos séculos XVII e XVIII: Introdução ao seu estudo. *Poligrafia*. ISSN 0872-4490. N° 4, (1995), p. 25-54.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Col. “Portucal”. Lisboa: Edições Inapa, D.L. 2001. ISBN 972-8387-91-1.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988. Vol.I.

- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Pascoal Fernandes, mestre pedreiro arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade *de*. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*, Vol. II/2, 1990. p. 395-404.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – Marceliano de Araújo. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 37-38.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) - *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 527-530.
- FORSSMAN, Erik – *Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos Séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. ISBN 972-23-1276-6.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Armaria Portuguesa*. Reedição facsimilada. Lisboa: Cota d' Armas, Editores e Livreiros, 1989.
- GAYO, Manuel da Costa Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*. 3.^a ed. Braga: Carvalhos de Bastos, 1992. 12 volumes.
- GOMES, Paulo Varela – *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.
- GONÇALVES, Flávio – *Inventário Artístico da Região do Norte*. Porto: Comissão de Planeamento da Região do Norte. Série *Estudos Regionais* - nº 10, 1973.
- GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1998. ISBN 972-8258-04-6. Vol. XXII.
- GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1960]. Vol. XXXIII.

- GUERRA, Luís de Figueiredo – Tôrres Solarengas do Alto Minho. Separata de *O Instituto*, Vol. 27, 4. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.
- GUERRA, Luís de Figueiredo da – Meréce e Pouzada. *Almanaque Ilustrado de "O Commercio do Lima"*. Ponte de Lima, 1909, p. 99-100.
- GUIA de Portugal. Entre Douro e Minho – II Minho*. 3.^a ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. ISBN 972-31-0635-3. Vol. 4.
- GUSMÃO, Adriano de – Solares Barrocos da Região de Basto. In *Ensaaios de Arte e Crítica*. Lisboa: Vega Edições, 2004. ISBN 972-699-609-0.
- HAUSER, Arnold – *O Conceito de Barroco*. Lisboa: Edição Vega, 1997. ISBN 972-699-512-4.
- HINTZEN-BOHLEN, Brigitte – *Roma*. Col. Arte y Arquitectura. Colónia: Könemann, 2001. ISBN 3-8290-3296-X.
- ITINERÁRIOS da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2001. ISBN 972-7776-098-8.
- KOCH, Wilfried – *Estilos de Arquitectura I*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1993. ISBN 972-23-1626-5.
- KOCH, Wilfried – *Estilos de Arquitectura II*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- KUBLER, George – *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*. Lisboa: Vega Editores, 1988.
- LAMERS-SCHÜTZE, Petra (coord.) – *Teoria da Arquitectura do renascimento aos nossos dias*. Colónia: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6.
- LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho – *Portugal antigo e moderno: Diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e*

etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1876. Vol. 7.

LEITE, Ana Cristina – Jardins. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 236-238.

LEITE, Ana Cristina Soares Turrion – *O Jardim em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Architecturas. Programas Iconográficos*. Lisboa: [s.n.], 1988. 3 vol. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada).

LEMOS, Miguel Roque dos Reys – *Estudo para os Anais Municipais de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal, 1938.

LIMA, João Gomes de Abreu de – Solares da Ribeira Lima. In OLIVEIRA, Eduardo Pires de (coord.) – *Vale do Lima: um rio, dois países*. Ponte de Lima: Edição Adril, 2001. ISBN 972-95663-7-2. p. 153-156.

LOPES, Flávio (coord.) – *Património Arquitectónico Classificado: Distrito de Viana do Castelo*. Lisboa: IPPAR, 1993. ISBN 972-8087-07-01.

LÓPEZ-CHAVES MELÉNDEZ, Juan M.; MORENO AMOR Grato E. – *Inventario Pazos Y Torres de la Provincia de Pontevedra*. 2.^a ed. Pontevedra: Edição da Diputación Provincial de Pontevedra, 1998. Tomo I. ISBN 84-86845-09-02.

LOUREIRO, José Carlos – Palácio do Freixo mais uma pedra da Cultura e o Património portuenses. *O Tripeiro*. Série Nova, Ano I, nº 0, Porto, 1981, p. 16-19.

LUCIE-SMITH, Edward – *Dicionário de Termos de Arte*. 2.^a ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. ISBN 972-20-0815-3.

MACHADO, Cirilo Wolkmar – *Tratado de Arquitectura e Pintura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN 972-31-0968-9.

- MACHADO, José de Sousa – *Últimas Gerações de Entre Douro e Minho*. Braga: Edição do A., 1931.
- MAGALHÃES, António de – Casa e famílias nobres de Ponte de Lima. *Almanaque Ilustrado de “O Commercio do Lima”*. Ponte de Lima, 1909, p. 201-205.
- MAGALHÃES, António de – Casa e famílias nobres de Ponte de Lima. *Almanaque Ilustrado de “O Commercio do Lima”*. Ponte de Lima, 1910, p. 135-138.
- MAGALHÃES, António de – Casa e famílias nobres de Ponte de Lima. *Almanaque de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1923, p.194-200.
- MAGALHÃES, Francisco de – Mosteiro de Vitorino. *Almanque Ilustrado de “O Commercio do Lima”*. Ponte de Lima, 1909, p. 265-269.
- MAGALHÃES, Pedro de – O Paço de Vitorino das Donas. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. II, (1981), p. 207-216.
- MAGALHÃES, Pedro de – O Paço de Vitorino das Donas. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. III, (1982), p. 93-100.
- MAGALHÃES, Pedro de – O Paço de Vitorino das Donas. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. IV, (1983), p. 237-244.
- MAGALHÃES, Pedro de – O Paço de Vitorino das Donas. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. V, (1984), p. 315-319.
- MAGALHÃES, Pedro de – O Paço de Vitorino das Donas. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. VI, (1987), p. 251-253.
- MAIA, Francisco de Abreu – Convento de Val-de-Pereiras. *Almanaque de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1927. p. 59-63.

- MANDROUX-FRANÇA, Marie- Thérèse – Information Artistique et “Mass-Media” au XVIII: la difusion de l’ ornement gravé rococó au Portugal. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XXVII, nº 64 (76) (1973), p. 412-445.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – L’ Image Ornementale et la Litterature Artistique Importées du XVIe au XVIIIe Siécle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 2ª Série, Vol. I. (1983), p. 143-206.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – Nobreza - Na Idade Média. In SERRÃO; Joel – *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, [s.d.]. Vol. 4. p. 385.
- MATOS, José Sarmiento de – Arquitectura Civil. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 38-42.
- MATOS, José Sarmiento de – Solar. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 458-460.
- MATTOS, Armando de – *Brasonário de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, (1940). Vol. 1; (1943) Vol. 2.
- MATTOS, Armando de – *Manual de Heráldica Portuguesa*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1941.
- MATTOS, Armando de – *Pedras-de-Armaz de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, [s.d.].
- MATTOSO, José – Estruturas Familiares e Estratégias de Poder: A Nobreza de Entre-Douro-e-Minho. *Cadernos do Noroeste*. Braga, 1986.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Minho*. Col. “Portugal - O Sabor da Terra”. [S. l.]: Círculo dos Leitores, 1997. ISBN972-42-1595-4.
- MECO, José – *O Azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

- MEUNIÉ, Louis – *L'Architecture et la Géométrie: symétries et rythmes harmonique*. Paris: Éditions Vincent, Fréal & Cie, 1968.
- MINHA TERRA, ed. lit. – *Dicionário Enciclopédico das Freguesias*. Matosinhos: Minhaterra, imp.1996. ISBN 972-96087-2-3. Vol. I.
- MONTEIRO, Miguel – Marcas Arquitectónicas do *Brasileiro* na Paisagem do Minho. In *Catálogo da Exposição “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. ISBN 972-787-00-2.
- MONTEIRO, Miguel – Casa de *Brasileiros*: o Público e o Privado. In *Catálogo da Exposição “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. ISBN 972-787-00-2.
- MORAIS, Adelino Tito de – Arquitectura Brasileira em Terras Limianas. *O Anunciador das “Feiras Novas”*. Ano IV. II série. Nº IV. Ponte de Lima: 1987. p.17-33.
- MORAIS, Adelino Tito de – Calheiros. Subsídios para uma Monografia. *O Anunciador das “Feiras Novas”*. Ano V. II série. Nº V. Ponte de Lima: 1988, p.11-32.
- MORAIS, Adelino Tito de – *Limianos: nobres e titulares no Brasil*. Lisboa: Casa do Concelho de Ponte de Lima, 1995.
- MORAIS, Adelino Tito de – O que são as “Feiras Novas”. *O Anunciador das “Feiras Novas”*. Ano IV. II série. Nº IV. Ponte de Lima: 1987, p.98.
- MORAIS, Adelino Tito de – Para a História da Emigração no Alto Minho: Ponte de Lima e o Brasil. *O Anunciador das “Feiras Novas”*. Ano III. II série. Nº 111. Ponte de Lima: 1986, p.1-12.
- MORAIS; Adelino Tito de – *Lembrança Genealógica dos Rocha Peixoto de Barros*. 2ª ed. Ponte de Lima: Ed. do A., 1999.

- MORAIS; Adelino Tito de – *Notas Históricas sobre Ponte de Lima*. Viana do Castelo: [s.n.], 1982.
- MORAIS; Adelino Tito de – *Palacete Villa Moraes: subsídios históricos*. Ponte de Lima: Ed. A., 1995.
- MOREIRA, Rafael – Engenharia Militar. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 155-159.
- MOREIRA, Rafael – Miguel Lescole. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 259-260.
- MOREIRA, Rafael – *Um Tratado Português de Arquitectura do séc. XVI*. Lisboa: [s.n.], 1982. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada).
- MORENO, Humberto Baquero – *Um fidalgo de ascendência galega: Leonel de Lima*. In 1º Colóquio Galaico-Minhoto, Actas, I vol., Ponte de Lima: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, (1981). p. 259-274.
- MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges – *L'architettura dei giardini d'Occidente: dal Rinascimento al Novecento*. 3ª. ed. Milão: Electa, 1999. ISBN 88-435-7238-5.
- MOURA, A. Casal – *Granitos e Rochas Similares de Portugal*. Porto: Instituto Geológico e Mineiro, 2000. ISBN 972-98469-5-2.
- MOURA, Carlos – O Limiar do Barroco. In *História da Arte em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Publicações Alfa, 1993. Vol.8.
- NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Compêndio Português de Heráldica de Família*. Lisboa: Medialivros, 2003. ISBN 972-797-029-X.

- NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga: Cidade de Barcelos e Freguesias Rurais do seu Concelho (Aquém-Cávado)*. Braga: Junta Distrital de Braga, 1975. Vol. V.
- NORBERG-SCHULZ, Christian – *Architettura Barocca*. 2.^a ed. Milano: Electa, 1998. ISBN 88-435-2461-5.
- NORBERG-SCHULZ, Christian – *Architettura Occidental*. 4.^a ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001. ISBN 84-252-1805-5.
- NORTON, Manuel Artur – O brasão de armas da família Malheiro. *Arquivo do Alto Minho*. Viana do Castelo. 20 (II). 1973.
- NORTON, Manuel Artur – O brasão de armas da família Malheiro. *Almanaque de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1980.
- NORTON, Manuel Artur – *A Heráldica em Portugal*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2004. ISBN 972-8604-85-8. 2 volumes.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Os Alvares do Rococó em Guimarães e outros estudos sobre o barroco e o rococó no Minho*. Braga: Edições APPADDM, 2003. ISBN 972-8699-24-7.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (coord.) – *Vale do Lima: um rio, dois países*. Ponte de Lima: Edição Adril, 2001. ISBN 972-95663-7-2.
- OLIVEIRA, M. de – Corutello. *Almanach Illustrado de “O Commercio do Lima”*. Ponte de Lima, 1907. p. 161-164.
- OLIVEIRA, Rosa Maria – *Portões e Fontes do Concelho de Lousada*. Lousada: Edição da Câmara Municipal de Lousada, 2003. ISBN 972 98237-1-5.
- ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943. Vol. I.

- OSÓRIO, Artur Cardoso Pinto – Casas e famílias nobres de Ponte de Lima. *Almanaque de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1927, p. 176-179.
- PEREIRA MORALES, Ana Maria – *La Arquitectura del Pazo en Vigo y su comarca*. Santiago de Compostela: Colexio de Arquitectos de Galicia, 1979. ISBN 84-85665-00-7.
- PEREIRA, José Fernandes – André Soares. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 454-457.
- PEREIRA, José Fernandes – Estilo Barroco. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 69-75.
- PEREIRA, José Fernandes – Igreja de Santa Maria Madalena da Falperra. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 184-186.
- PEREIRA, José Fernandes – Luís Serrão Pimentel. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 354-355.
- PEREIRA, José Fernandes – *Arquitectura barroca em Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. ISBN 972-566-171-0.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – Os *Brasileiros* Notáveis e ... os Outros. In *Catálogo da Exposição “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. ISBN 972-787-00-2.
- PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1995. Vol. I. ISBN 972-42-1143-6.

- PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1995. Vol. II. ISBN 972-42-1184-3.
- PEREIRA, Paulo, (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1995. Vol. III. ISBN 972-42-1225-4.
- PEREIRA, Paulo – Viana do Castelo. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 517-519.
- PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e Poder: O Real Edifício de Mafra*. 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. ISBN 972-24 -1172-1.
- RAMALLO ASENSIO, German (dir.) – *Arquitectura Señorial en el Norte de Españã*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1992. ISBN 84-7468-780-2.
- REIS, António Matos – A Capela de Santa Maria Madalena. *O Anunciador das “Feiras Novas”*. 2.^a Série, 15, Ponte de Lima, 1998. p. 39-44.
- REIS, António Matos – Caminhos da História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do séc. XVIII. *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo. Tomo 19, (1995). ISSN 0871-4282. p. 155-200.
- REIS, António Matos – Miguel de Lescot, Engenheiro e Arquitecto. *Estudos Regionais-V*. Viana do Castelo: Edição do Centro de Estudos Regionais, (1989). p. 53-63.
- REIS, António Matos – O Mosteiro de Vitorino das Donas do século XI ao século XV. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. VII, (1986), p. 151-194.
- REIS, António Matos – *Ponte de Lima no Espaço e no Tempo*. Ponte de Lima: Câmara de Ponte de Lima, 2000. ISBN 972-96581-7-X.
- REIS, António P. de Matos dos – *Itinerários de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: [s.n.], 1973.

- RIVERA RODRIGUEZ, Maria Teresa – *Arquitectura del Siglo XVIII en la Provincia de Orense. Los Pazos Orensanos*. 2.^a ed. La Coruña: Editorial Atlántico, 1982.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva: Mestre e Arquitecto de Braga 1693-1751*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – *Flor da Rosa e o Mosteiro*. “Catálogo da Exposição”. Crato: Câmara Municipal do Crato, [s.d.].
- RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA; Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*. 3.^a ed. Coimbra: Quimera Editores, 2002. ISBN 972-589-072-8.
- RODRÍGUEZ DACAL, Carlos; IZCO, Jesús – *Pazos de Galicia. Xardíns e Plantas*. [S. l.]: Xunta da Galicia, 1994. ISBN 84-453-1228-6.
- SANTOS, Eugénio dos – Os Brasileiros de Torna-Viagem. In CATÁLOGO da Exposição “*Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*”. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. ISBN 972-787-00-2.
- SANTOS, Paula Mesquita dos – A Escultura romântica em Portugal. In SOARES, Elisa; [et al.] – *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999. ISBN 972-776-031-7.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Palácios e Solares Portugueses*. Porto: Livraria Lello, 1932.
- SERLIO, Sebastiano – *Tercero y Quarto Libro de Architectura de Sebastiano Serlio Bolones. En los quales se trata de las maneras de como se pueden adornar los edificios: com los exemplos de las antiguedades*. Toledo: Casa de Luan de Ayala, 1573.
- SERRÃO, Vítor – *A Cripto-História de Arte: análise de obras de arte inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN 972-24-1135-7.

- SERRÃO, Vítor – O Barroco. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003. Vol. 4. ISBN 972-23-3017.
- SERRÃO, Vítor – O Renascimento e o Maneirismo. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. Vol. 3. ISBN 972-23-2924-3.
- SILVA CAMPOS – Casa da Granja. *Almanaque de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1923, p.112-114.
- SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, [s.d]. 5 vol.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – O Minho nas Monografias (Sécs. XIX/XX) - *Bracara Augusta*. Vol. XLIII, n.º 94/95, Braga, 1991-92. ISBN 972-9169-14-4. p. 27-96.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro; NOVAIS, Luís – *Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez: Subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. 2.ª ed. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 2000. Vol. I.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro; SILVA, Guilherme Rego da – *Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez: Subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 1992. Vol. II.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro; SILVA, Guilherme Rego da – *Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez: Subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 1993. Vol. III.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro; FERNANDES, José Queiroga – *Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez:*

Subsídios para o estudo da nobreza arcoense. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 1996. Vol. IV.

SILVA, Jorge Henrique Pais da – Em torno da Arquitectura Setecentista Portuguesa. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XXVII, n.º 64 (76) (1973), p. 354-360.

SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. 2.ª ed. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002. ISBN 972 -8736-11-8.

SILVA, Manuel Carlos – Emigração. In OLIVEIRA, Eduardo Pires de (coord.) – Vale do Lima: um rio, dois países. Ponte de Lima: Edição Adril, 2001. ISBN 972-95663-7-2.

SMITH, Robert C. – *André Soares: arquitecto do Minho*. “Col. Estudos de Arte”. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

SMITH, Robert C. – *Nicolau Nasoni 1691-1773*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

SOARES; Franquelim Neiva – A Sociedade Pontelimense na primeira metade do século XIX. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. V, (1984), p. 329-357.

SOARES, Elisa; [et al.] – *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999. ISBN 972-776-031-7.

SORDO, Albano – Uma obra de Nasoni a dois passos de Viana. *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Edição do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal. Tomo II, (1979), p. 117-122.

SOROMENHO, Miguel – Contributos para história da arte no Alto Minho nos séculos XVII e XVIII - I. Uma Linguagem de Pedreiros do Noroeste: Os Alves do Rego. *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo. ISSN 0871-4282. Tomo 23, (1998), p. 221-242.

- SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 1991. 3 vol. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada).
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998. ISBN 972-26-1559-9.
- SOUSA, Manuel Sousa – Solar. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7. p. 458-460.
- STOOP, Anne de – *Palácios e Casas Senhoriais do Minho*. 2ª ed. Porto: Editora Civilização, 2000. ISBN 972-26-1136-4.
- SUMMERSON, John – *A Linguagem Clássica da Arquitectura*. 3.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. ISBN 85-336-0332-0.
- TÁVORA, D. Luís de Lencastre e – *Dicionário das Famílias Portuguesas*. 2.ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1999. ISBN 972-564-417-4.
- TÁVORA, D. Luís de Noronha e – Um Antigo Portão da Quinta do Palácio do Freixo?. *O Tripeiro*. 5ª Série. Ano IX, nº 2, Porto, Jun. 1953. p. 62.
- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Maria – *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil*. [S. l.]: Livros Horizonte, 1999. ISBN 972-24-1061-X.
- THOENES, Christof – Introdução. IN LAMERS-SCHUTZ, Petra (coord.) – *Teoria da Arquitectura do renascimento até aos nossos dias*. Colónia: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6. p.10.
- UM TESTAMENTO do Séc. XIX: Registo do Testamento de António Luís Bezerra de Melo e Lima. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. II, (1981), p. 185-189.

- VASCONCELOS, Francisco de – *O Couto de Gondufe*. Ponte de Lima: [s.n.], 1982.
- VASCONCELOS, Francisco de – Paço de Sequeiros: uma Casa que completa 600 anos. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. V, (1984), p. 71-95.
- VASCONCELOS, Francisco de – Paço de Sequeiros: Uma Casa que completa 600 anos. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. VI, (1985), p. 57-67.
- VASCONCELOS, Maria Emília Sena de – Adeus, não: Até à Volta! (Os brasileiros do Minho). *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Edição da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. V, (1984), p. 229-287.
- VERDE, João – *Ares da Raya*. Viana do Castelo: Edição da Câmara Municipal de Monção, 1953.
- VIEIRA, Amândio de Sousa – *Ponte de Lima: Formas de Ver*. Ponte de Lima: Edição Foto Lethes, 1992. D.L. 5725392.
- VIEIRA, Amândio de Sousa – *Minha Pátria*. Ponte de Lima: Edição Foto Lethes, 1994. ISBN 972-96357-3-0.
- VIEIRA, Amândio de Sousa – *Ponte de Lima. Outros tempos: 1858-1949*. 2.^a ed. Ponte de Lima: Edição Foto Lethes, 2000. ISBN 972-96357-0-6.
- VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pitoresco*. Valença: Edição do Rotary Club de Valença, 1986.
- VIGNOLA, Giacomo Barozio da – *Breve Tratado das Cinco Ordens de Arquitectura*. Col. “Teorias e Fontes da Arquitectura”. Lisboa: Estar Editora. 2000. ISBN 972-8095-65-1.
- VITRUVIO, Marco Lucio – *Los Diez Libros de Arquitectura*. Barcelona: Editorial Iberia, 1997. ISBN 84-7082-045-1.

WUNDRAM, Manfred; PAPE, Thomas; MARTON, Paolo – *Andrea Palladio: um arquitecto entre o Renascimento e o Barroco*. Colónia: Taschen, 1994. ISBN 3-8228-0495-9.

II – DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

AMARAL, Paulo – *Capela do Monte da Madalena*. <http://www.monumentos.pt>.

AMARAL, Paulo – *Solar do Barreiro/Casa do Barreiro*. <http://www.monumentos.pt>.

AMARAL, Paulo – *Torre de Malheiros/Torre de Malheiras/Torre de Refóios*.
<http://www.monumentos.pt>.

DÓRDIO, Paulo; SERENO, Isabel – *Casa da Quinta de Pombeiro de Sabadão*.
<http://www.monumentos.pt>.

DÓRDIO, Paulo; SERENO, Isabel – *Casa de Pomarchão*. <http://www.monumentos.pt>.

DÓRDIO, Paulo; SERENO, Isabel – *Casa do Barrenho/Casa do Barrinho*.
<http://www.monumentos.pt>.

DÓRDIO, Paulo; SERENO, Isabel – *Casa do Conselheiro/Casa de Faldejães*.
<http://www.monumentos.pt>.

DÓRDIO, Paulo; SERENO, Isabel – *Solar de Vermil*. <http://www.monumentos.pt>.

FIGUEIREDO, Paula – *Capela da Casa do Barreiro*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Albergaria de São João de Deus/Quartéis*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Casa da Boavista*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Casa da Garrida*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Casa de Nossa Senhora da Aurora*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Casa do Cruzeiro, capela e portão*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Casa do Outeiro, com Capela, Terreiros, Portão, Cruzeiro e Aqueduto*.
<http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Casa dos Pereiras*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Casa na Rua Norton de Matos, nº 57, e as suas fontes/Casa dos Calixtos*.
<http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Casa Torreada dos Barbosas Aranhas*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Castelo de Monção/Fortaleza de Monção*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Castelo do Curutelo / Paço do Curutelo*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Forte ou Castelo de Santiago*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Fortificações da Praça de Valença do Minho*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Castelo do Queijo/Fortaleza do Queijo/Forte de São Francisco Xavier do Queijo*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Paço de Calheiros*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Paço de Siqueiros*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Paço de Vitorino*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Portada proveniente do Palácio do Freixo*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Solar de Bertandos, incluindo a alameda e carvalhos que do solar vai até ao rio*. <http://www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula, BANDEIRA, Filomena – *Forte de Âncora/Forte da Lagarteira.*

<http://www.monumentos.pt>.

SANTOS, João – *Casa das Torres dos Malheiros.* *<http://www.monumentos.pt>.*

SERENO, Isabel – *Casa e Quinta da Lage.* *<http://www.monumentos.pt>.*

